



Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP
Pós Graduação em Direito Tributário e Finanças Públicas

**OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS FISCAL E ADUANEIRA
NO DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO
E NA ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL**

BRUNA MOTA DE LIMA

Brasília – DF
2013



Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP
Pós Graduação em Direito Tributário e Finanças Públicas

**OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS FISCAL E ADUANEIRA
NO DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO
E NA ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Tributário e Finanças Públicas do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Brasília – DF
2013

**OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS FISCAL E ADUANEIRA
NO DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO
E NA ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL**

BRUNA MOTA DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso a ser aprovado pela Banca Examinadora com vistas à obtenção do título de Especialista em Direito Tributário e Finanças Públicas do Instituto Brasiliense de Direito Público de Brasília - IDP.

Brasília-DF, 16 de janeiro de 2013.

Banca Examinadora:

RESUMO

O estudo analisa os impactos das políticas fiscal e aduaneira adotadas pelo Brasil nos anos de 1990 a 2002 sobre o desempenho do comércio exterior e a estabilização da economia nacional. Ainda que o referido período tenha sido marcado pelo baixo crescimento da economia nacional, percebe-se, no decorrer do estudo, que as políticas adotadas pelo país contribuíram para o crescimento e o dinamismo do comércio exterior brasileiro, gerando impactos positivos sobre a economia nacional. A análise qualitativa dos dados apresentados sugere, por exemplo, que o aumento das importações com a abertura do comércio, em um período inicial, contribuiu para a dinamização do parque industrial brasileiro. Com a mudança do regime cambial, em um segundo momento, as exportações assumiram um papel fundamental sobre as contas externas brasileiras. Ao longo do trabalho, demais variáveis são analisadas, em comparação com as políticas adotadas no período, permitindo verificar, pois, seus impactos positivos sobre o setor externo e a estabilização econômica.

Palavras-chave: Política fiscal e aduaneira. Comércio exterior. Estabilização da Economia.

ABSTRACT

The study analyzes the impacts of taxation and customs policies adopted by Brazil in the years 1990 to 2002 on the performance of foreign trade and the stabilization of the national economy. Although this period has been marked by slow growth of the national economy, it is perceived, during the study, that the policies adopted by the country contributed to the growth and dynamism of Brazilian foreign trade, generating positive impacts on the national economy. The qualitative analysis of the data presented suggests, for example, that the increase of imports with trade opening, in an initial period, contributed to the promotion of Brazilian industry. With the change of the exchange rate regime, in a second moment, exports have taken a key role on the external accounts. Throughout the work, other variables are analyzed, compared with the policies adopted in the period, allowing you to check its positive impacts on the external sector and on the economic stabilization.

Key-words: Fiscal and customs policies. Foreign trade. Stabilization of the economy.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL	Comissão Econômica para o Progresso da América Latina e Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IED	Investimento Externo Direto
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
URV	Unidade Real de Valor

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Abertura Comercial e os Fluxos de Comércio.....	72
Tabela 2 – Balança Comercial Brasileira.....	74
Tabela 3 – Importações de Bens de Capital.....	77
Tabela 4 – Participação das Exportações Brasileiras no Comércio Mundial.....	78
Tabela 5 – Participação do Saldo Comercial em Transações Correntes.....	79
Tabela 6 – Investimentos Externos Diretos no Brasil.....	81
Tabela 7 – Indicadores da Situação Externa.....	83
Tabela 8 – Balanço de Pagamentos Brasileiro.....	86
Tabela 9 – Produto Interno Bruto.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual do Coeficiente de Abertura e dos Fluxos de Comércio.....	73
Gráfico 2 – Evolução do Comércio Exterior Brasileiro.....	75
Gráfico 3 – Composição das Transações Correntes.....	80
Gráfico 4 – Fluxos de Investimento Externo Direto no País.....	82
Gráfico 5 – Coeficiente de Vulnerabilidade da Dívida Externa Brasileira.....	84
Gráfico 6 – Reservas Internacionais (liquidez internacional).....	85
Gráfico 7 – Composição do Balanço de Pagamentos.....	87
Gráfico 8 – Evolução das Contas do Balanço de Pagamentos.....	88
Gráfico 9 – Variação Anual das Exportações e Participação no PIB.....	90
Gráfico 10 – Variação Taxa Real do Produto Interno Bruto.....	91
Gráfico 11 – Taxa de Câmbio Efetiva Real.....	92
Gráfico 12 – Dívida Interna Líquida do Setor Público.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 COMÉRCIO INTERNACIONAL	14
1.1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	14
1.2 TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	16
1.2.1 Teoria das Vantagens Absolutas.....	17
1.2.2 Teoria das Vantagens Comparativas.....	19
1.2.3 O Modelo Hecksher-Ohlin.....	21
1.2.4 As Novas teorias de Linder e Vernon.....	23
1.2.5 O Comércio de Produtos Industrializados.....	24
1.3 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	28
1.3.1 Livre-cambismo.....	29
1.3.2 Protecionismo.....	30
1.3.3 Instrumentos de Política Comercial.....	32
1.3.3.1 <i>Tarifas</i>	32
1.3.3.2 <i>Subsídios às Exportações</i>	33
1.3.3.3 <i>Cotas de Importações</i>	34
1.3.3.4 <i>Restrições Voluntárias às Exportações</i>	34
1.3.3.5 <i>Outras Barreiras Não-tarifárias</i>	34
1.3.3.6 <i>Estabelecimento de Contingente</i>	35
1.3.3.7 <i>Controles Monetários e Taxas de Câmbio</i>	35
1.3.3.8 <i>Incentivos Fiscais</i>	36
1.3.4 Modelos de Desenvolvimento.....	37
1.3.4.1 <i>O Modelo de Substituição de Importações</i>	37
1.3.4.2 <i>O Modelo Exportador</i>	38
1.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	40
1.4.1 Crescimento Econômico <i>versus</i> Desenvolvimento Econômico.....	42
1.4.2 As políticas Comerciais e o Crescimento Econômico.....	43
2 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL	46
2.1 PANORAMA HISTÓRICO.....	46
2.2 POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE OS ANOS 1990 E 2002.....	52

2.2.1 Contexto Internacional.....	52
2.2.2 Políticas Econômicas.....	53
2.2.2.1 <i>As Reformas Econômicas</i>	55
2.2.2.2 <i>O Plano Real e a Âncora Cambial</i>	57
2.2.2.3 <i>Impactos e Problemas do Plano Real</i>	60
2.2.2.4 <i>A Segunda Fase do Plano Real</i>	62
2.2.2.5 <i>O Plano Real e o Câmbio Flutuante</i>	64
2.2.3 Políticas Comerciais.....	67
3 O COMÉRCIO COMO ELEMENTO ESTABILIZADOR DA ECONOMIA NACIONAL	71
3.1 IMPACTOS DO COMÉRCIO SOBRE O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA....	71
3.1.1 Abertura Comercial e Fluxos de Comércio.....	71
3.1.2 Balança Comercial.....	74
3.1.3 Investimentos Externos Diretos.....	81
3.1.4 Dívida Externa.....	83
3.2 IMPACTOS DO COMÉRCIO SOBRE O SETOR INTERNO DA ECONOMIA.....	85
3.2.1 Balanço de Pagamentos.....	86
3.2.2 Produto Interno Bruto.....	89
3.2.3 Inflação.....	91
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

ANEXO IA – Evolução do Comércio Exterior Brasileiro: 1950-1979

ANEXO IB – Evolução do Comércio Exterior Brasileiro: 1980-2008

INTRODUÇÃO

A relação entre comércio internacional e crescimento econômico, há um longo tempo, tem sido objeto de debate entre estudiosos. Não obstante, o papel que o comércio internacional exerce sobre o crescimento econômico é marcado, ainda hoje, por uma série de controvérsias. Ainda que o crescimento e o volume de comércio sejam correlacionados como fatos estilizados de crescimento econômico, o entendimento não é pacífico. A relação entre estas duas variáveis, até então, permanece obscura, apresentando, no plano teórico, argumentos um tanto ambíguos.

O Brasil, ao longo de sua história, sempre esteve inserido no comércio internacional. Sua política comercial envolveu historicamente um grande debate nacional e, desde suas origens, na primeira metade do século XIX, governos e lideranças sociais a ela vinculavam as possibilidades do crescimento econômico. Como expõe Cervo (1997), a política comercial brasileira esteve atrelada a diferentes paradigmas de inserção internacional. Desde o século XIX até 1930, predominou no país uma política liberal conservadora; essa foi substituída pelo nacional-desenvolvimentismo, que perdurou até 1989, quando então se adotou um paradigma de inserção liberal, fortemente influenciado pelo contexto internacional do livre-comércio e do multilateralismo.

A década de 1990 significou um novo momento para a política econômico-comercial do Brasil. Caracterizou-se por uma disposição na liberalização do comércio e na abertura da economia, incluindo uma maior preocupação com a inserção do país no cenário internacional. A transição da economia brasileira, de um relativo fechamento ao mercado externo para uma maior exposição aos fluxos de comércio, envolveu, por outro lado, significativas transformações na estrutura produtiva interna do país. A busca pela estabilidade e pela baixa dos preços foram metas de diferentes governos brasileiros, que viram no câmbio o principal instrumento para a estabilização.

À luz das reformas ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, torna-se relevante, do ponto de vista econômico-político, o estudo sobre os impactos das

políticas fiscal e aduaneira no desempenho do comércio exterior brasileiro e na estabilização da economia nacional.

O presente trabalho monotemático tem por objetivo principal analisar em que medida as políticas fiscal e aduaneira adotadas pelo Brasil no período compreendido entre os anos de 1990 e 2002 contribuíram para um melhor desempenho do comércio exterior brasileiro e para a estabilização da economia nacional. Justifica-se a escolha do referido período tendo em vista que é a partir dos marcos de reestruturação da política de comércio exterior, por meio das reformas econômicas ocorridas entre 1990 e 2002, que são observados os arranjos para consolidar a linha econômico-comercial brasileira.

Argumenta-se que, apesar do baixo crescimento econômico apresentado pelo país em determinados períodos, especialmente na década de 1990, as políticas fiscal e aduaneira adotadas pelo Brasil contribuíram para o crescimento e o dinamismo do comércio exterior do país, fato esse que teria colaborado para a revitalização do parque industrial brasileiro, bem como teria gerado impactos positivos sobre o balanço de pagamentos, contribuindo para que o país atingisse, ao longo dos anos, uma trajetória de estabilização econômica.

Para a confirmação da hipótese levantada, necessário se faz a abordagem dos seguintes pontos: 1) breve estudo das principais análises teóricas de comércio internacional e de como estas correlacionam sua importância para o crescimento econômico dos países; e apresentação das principais políticas de comércio internacional, visando identificar, posteriormente, quais delas foram adotadas pelo Brasil nos períodos abordados; 2) análise das políticas fiscal e aduaneira implantadas pelo país nos períodos discriminados e o seus impactos sobre o desempenho do comércio exterior brasileiro; 3) análise dos dados quantitativos e de variáveis de cunho externo e interno que permitam correlacionar o desempenho do comércio exterior brasileiro à estabilização econômica apresentada em cada período.

A monografia, pautada em um estudo qualitativo e sistêmico, possui como técnica a pesquisa bibliográfica e documental – baseada em livros e manuais de Economia e Comércio Exterior, artigos técnicos, revistas, periódicos etc –, sendo subsidiada com a análise de dados e de políticas públicas adotadas pelo país.

Outrossim, são utilizadas abordagens de pesquisa dogmática à luz da legislação aduaneira e de conceitos oriundos da Economia.

Não se pretende, por meio deste estudo, a defesa de uma ou outra diretriz de política adotada pelo país. O que se pretende mostrar é tão somente até que ponto as políticas fiscais e aduaneiras adotadas pelo Brasil, à luz de sua trajetória histórica, contribuíram para o desempenho do comércio exterior e a estabilização da economia nacional. Cabe esclarecer que as tabelas e os gráficos apresentados no decorrer do trabalho foram devidamente calculados com base em dados obtidos em sites brasileiros oficiais. Os dados e informações referentes a outros países, quando apresentados, são apenas para fins comparativos.

1 COMÉRCIO INTERNACIONAL

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A importância do estudo do comércio internacional¹ é reconhecida desde o mercantilismo², no século XVI, quando se tornou evidente que cada país podia usar seus recursos de forma eficiente, especializando-se conforme sua dotação de fatores e obtendo economias de escala em sua produção. Como expõe Foschete (1999), o fluxo de comércio entre as nações possibilitava o aumento da renda real de cada país, acarretando daí uma melhoria no bem-estar da população. Ademais, criava condições para que as melhorias tecnológicas desenvolvidas em um país fossem compartilhadas com os demais, aumentando a qualidade e eficiência produtivas. Todos esses fatores em conjunto fizeram com que o comércio internacional se tornasse, com o passar dos anos, fator essencial para o bom desempenho econômico das nações.

A principal razão para a transposição das fronteiras, ainda de acordo com Foschete (op.cit.), é a constatação de que nenhum país é auto-suficiente para produzir tudo aquilo de que necessita; e, em muitos casos, mesmo que um país conseguisse ser auto-suficiente, não conseguiria produzir com custos mais baixos e com eficiência, não obtendo vantagem em relação a outras nações. Isso se deve ao simples fato de que os países são dotados, de forma diferente, de recursos naturais, clima e nível de tecnologia, além de distintos estágios de desenvolvimento econômico. A partir dessa constatação, os países procuram especializar-se

¹ Assim como no comércio interno, o comércio internacional consiste na troca de determinados bens e/ou serviços. Envolve, portanto, compradores e vendedores, além de benefícios mútuos para as partes, políticas de produção e de venda, problemas de assistência creditícia, preferências de consumidores, faturamento, detalhes de transporte, etc. É caracterizado, segundo OLIVEIRA (apud Maia J. M., 2001, p. 24), por uma via de duas mãos, onde as vendas são representadas pelas exportações e as compras pelas importações. Difere-se do comércio interno, segundo KILLOUGH (1960, p. 3-10, apud Ratti, 1997, p. 313), quanto às variações no grau de mobilidade dos fatores de produção, natureza do mercado, existência de barreiras aduaneiras e outras restrições, longas distâncias, variações de ordem monetária e de ordem legal.

² Para os mercantilistas, a riqueza das nações era medida pelo seu estoque de metais preciosos, em especial ouro. Assim sendo, era essencial que os países buscassem a acumulação de ouro, seguindo a premissa de que era necessário exportar mais do que importar (já que os pagamentos eram feitos em metais preciosos). Deve-se atentar, todavia, para o fato de que, se todos os países seguissem a orientação mercantilista, não haveria comércio internacional, de vez que as exportações de um país nada mais são que as importações de outro país.

naquelas atividades produtivas em que, pela sua dotação de fatores, têm vantagem relativa sobre outros países, estabelecendo, a partir daí, as trocas internacionais.

O processo de globalização³ fez com que nenhum país do mundo pudesse ignorar seu papel na complexa rede de relações comerciais internacionais. A interdependência econômica dos países, advinda dos fluxos comerciais e financeiros globais, é um fenômeno que se torna cada vez mais presente no mundo atual⁴. No que tange às relações comerciais, em 1980, por exemplo, o valor total das exportações de todos os países situou-se perto dos US\$ 2,0 trilhões, aumentando, para US\$ 3,3 trilhões (cerca de 75%) em 1990 (KENEN, P.B., 1980, p.5, apud FOSCHETE, 1999, p. 14). Dados mais recentes, referentes as últimas décadas, revelam um crescimento ainda maior: as exportações mundiais passaram de US\$ 6,3 trilhões no ano de 2000 para US\$ 16,9 trilhões em 2008, quase o triplo em um espaço de 8 anos⁵ (BRASIL, MDIC, 2009). Dessa forma, além do caráter dinamizador do comércio sobre as economias internas⁶, tem-se que a expansão das transações internacionais contribui sobremaneira para o aumento dos vínculos entre os países, servindo, inicialmente, como um meio estratégico de inserção internacional. Por essa razão, de acordo com Baumann et. al. (1998), o comércio internacional foi, progressivamente, adquirindo uma grande importância no debate político e intelectual do mundo contemporâneo.

O presente capítulo, cuja função teórica lhe foi atribuída, tem como escopo a apresentação conceitual das principais análises teóricas, características, modelos de crescimento, políticas e instrumentos existentes em torno do comércio

³ A globalização é a unificação do mercado em escala planetária (RICÚPERO, 1998, apud MAIA J. M., 2001, p. 69), pressupondo uma maior interdependência entre as nações. Baumann et. al. (1998) nos remetem a dois tipos de globalização: financeira e produtiva. A primeira pode ser entendida como a interação entre os fluxos financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais. Já a segunda nos remete à internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais.

⁴ Segundo Fochete (1999), um bom indicador do grau de interdependência de um país com o resto do mundo pode ser dado pelo volume e valor de seu comércio externo – exportação e importação de bens e serviços – relativamente ao seu Produto Interno Bruto – PIB. Mankiw (2001) define Produto Interno Bruto como o total da renda gerada internamente, incluindo aquela recebida por proprietários estrangeiros de fatores de produção, e o total das despesas em bens e serviços produzidos no país. Em suma, o PIB é a medição de toda a riqueza gerada em um país durante um determinado período.

⁵ Para maiores dados, ver ANEXO IA e IB.

⁶ De acordo com Baumann et. al. (1998, p. 3), “a transformação do comércio internacional de atividade econômica e marginal – em uma sociedade essencialmente agrária e autárquica – em uma atividade econômica central no processo de desenvolvimento econômico, e motor do crescimento de algumas importantes economias nacionais, é a razão da viabilidade econômica e política para que nos tornássemos uma nação”.

internacional. Tais conceitos serão fundamentais para uma posterior análise, no segundo capítulo, visando identificar em que contexto o Brasil inseriu-se comercialmente, bem como suas características econômico-comerciais, políticas e instrumentos por ele utilizados durante os períodos abordados. Em se tratando do comércio exterior como fator estabilizador da economia, além dos efeitos preconizados pelos modelos de comércio, é apresentada, ademais, uma relação teórica entre comércio e crescimento econômico, sendo feita, para tanto, uma pequena diferenciação conceitual entre crescimento e desenvolvimento econômico, os quais servirão de base para o terceiro capítulo, quando são analisadas algumas importantes variáveis para a estabilização econômica⁷.

1.2 TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

As teorias de comércio internacional englobam vários modelos distintos que foram propostos para explicar o fluxo de bens entre os países, prever os padrões de comércio e analisar os efeitos das políticas comerciais. De acordo com Bajo e Rubio (1991), as teorias de comércio internacional apresentam, de um lado, as determinantes da estrutura, direção e volume do comércio externo, isto é, quais bens um país intercambia nos mercados internacionais. Do outro lado, tais modelos analisam ainda os efeitos do comércio internacional sobre o bem-estar, assim como o papel de importância que é exercido pela política econômica dentro desse contexto. Nas palavras de Bajo e Rubio (op. cit., p.12):

(...) el objetivo de la teoría del comercio internacional sería el análisis de los distintos aspectos relacionados con el intercambio de bienes e servicios entre personas residentes en diferentes países. Su enfoque a diferencia de la economía monetaria internacional (la otra rama constitutiva de la economía internacional), es básicamente macroeconómico y a largo plazo, centrándose en el análisis de los aspectos reales de las relaciones económicas internacionales; en otras palabras, se concentra en el estudio de las tendencias a largo plazo en un contexto de equilibrio, una vez que ha supuesto que los

⁷ A discussão sobre o comércio como fator dinamizador da economia brasileira será tratada efetivamente no terceiro capítulo, quando então são analisadas variáveis, de cunho externo e interno, de forma a verificar se o comércio foi um fator colaborador para a estabilização econômica nacional durante o período abordado.

aspectos monetarios influyen solamente en el corto plazo y a través del proceso de ajuste de la balanza de pagos entre una situación de desequilibrio en las relaciones económicas internacionales.

Com semelhante raciocínio Dixit e Norman (1980, p. 1) já afirmavam a existência de duas análises principais em torno das teorias de comércio internacional: uma análise qualitativa, outra quantitativa.

[The qualitative theme is] concerned with the pattern of trade, i.e. which country will export which good. The standard theory relates this to comparative advantage, i.e. to international differences in relative opportunity costs, and then tries to explain comparative advantages in terms of differences in technologies, factor supplies, etc. (...) [The quantitative theme] seeks to explain the terms of trade, i.e. relative prices of exports and imports in a trading world. It also examines how they are affected by changes in data such as factor supplies or technology, and policies such as tariffs. (...) it is clear that normative analyses will have to be based on, and will benefit from, a proper understanding of them. Question of the state of the balance of payments, or of determination of exchange rates, can also be seen as elaborations and extensions of the same basic ideas.

Para qualquer estudo sobre comércio internacional torna-se, pois, imprescindível o conhecimento das teorias ou modelos a ele intrínsecos. Seu estudo visa identificar o enquadramento comercial brasileiro frente aos modelos apresentados, bem como será de relevância na discussão dos padrões e efeitos do comércio sobre a economia nacional.

Do ponto de vista acadêmico, as teorias de comércio são divididas em clássicas, modernas e as chamadas novas teorias de comércio internacional⁸. Serão apresentados a seguir alguns desses principais modelos, que, junto a outros conceitos de política comercial, servirão de base teórica para o estudo em questão.

1.2.1 Teoria das Vantagens Absolutas

⁸ Para melhor compreensão, torna-se necessário, pois, entender o evolucionismo existente no tocante às teorias de comércio internacional. As teorias clássicas abrangem a *Teoria das Vantagens Absolutas* de Adam Smith e a *Teoria das Vantagens Comparativas* de David Ricardo. A teoria moderna é aqui tratada por meio do *Modelo Hecksher-Ohlin*, enquanto as novas teorias de comércio internacional são representadas pelas *Teorias de Linder e Vernon* e outras teorias recentes baseadas na industrialização e outros fatores advindos da globalização.

Em contraposição à visão mercantilista – defendendo o *livre comércio*⁹ como a melhor política para os países – Adam Smith cria em 1976 a *teoria das vantagens absolutas*¹⁰, baseando-se na premissa de que um país pode ser mais eficiente na produção de algumas mercadorias e menos eficiente na produção de outras, relativamente a outros países. Ambos poderiam beneficiar-se do comércio internacional caso se especializassem na produção e troca do produto em que tivessem uma *vantagem absoluta*¹¹. Nas palavras de Ratti (2001, p. 325), “cada país deveria concentrar-se naquilo que pudesse produzir a custo mais baixo e trocar parte dessa produção por artigos que custassem menos em outros países”.

A título explicativo, e, considerando o exemplo de Foschete (1999), supondo que Brasil e Argentina produzam, respectivamente, em milhares de sacas e utilizando o mesmo número de trabalhadores, as quantidades 3 e 2 sacas de café e 6 e 8 sacas de trigo; vê-se que o Brasil apresenta uma vantagem absoluta na produção de café sobre a Argentina, enquanto essa apresenta uma vantagem absoluta na produção de trigo sobre o Brasil. Percebe-se, ainda, que o custo relativo de produção no Brasil é de 2 sacas de café para cada saca de trigo; já na Argentina, o custo relativo de produção é de 4 sacas de trigo para cada saca de café. Logo, caso os dois países se dedicassem a produzir os bens que lhe custassem relativamente menos, ambos comprariam seus produtos a preços ou custos menores, obtendo, portanto, ganhos com o comércio internacional.

Adam Smith considerou em sua teoria que os preços dos produtos eram determinados principalmente pela quantidade de horas utilizadas (mão-de-obra) durante a produção¹². Assim, o comércio internacional só seria possível quando o tempo de trabalho necessário para produzir pelo menos um produto fosse inferior àquele do exterior. Procurou mostrar ainda que a aplicação da divisão do trabalho na área internacional, permitindo a especialização de produções¹³, aliada às trocas entre os países, contribuía para a melhoria do bem-estar das populações.

9 Para uma exposição detalhada sobre o conceito, ver p. 29.

10 Segundo Foschete (1999), a teoria das vantagens absolutas assenta-se na máxima de que 'nenhum pai de família deve produzir em casa aquilo que lhe custaria mais para produzir que para comprar'.

11 Vantagem absoluta é a possibilidade de um país produzir um bem com menor emprego de trabalho – o único fator de produção para a economia política clássica – que no resto do mundo.

12 Na verdade, sabe-se que o custo das mercadorias é consequência de três fatores: matéria-prima, capital e trabalho.

13 A especialização na produção de determinado produto proporcionaria o aumento da eficiência produtiva e qualidade final do produto.

1.2.2 Teoria das Vantagens Comparativas

Criada pelo economista clássico David Ricardo (1817), a *teoria das vantagens comparativas* – talvez o mais importante conceito de teoria de comércio internacional¹⁴ – demonstrou, em contraposição a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, que o comércio internacional é mutuamente vantajoso quando existe uma *vantagem comparativa*¹⁵ e não necessariamente absoluta de um país em relação a outro. Dessa forma, os países deveriam especializar-se na produção daqueles bens em que tivessem uma vantagem relativamente maior, realizando as trocas entre si, posteriormente, por meio do comércio internacional. O argumento principal em torno das vantagens comparativas assenta-se no fato de que os países dispõem de recursos naturais e outros fatores de produção diferentes em quantidade e qualidade, o que os levam assim a ter custos de produção diferentes.

Para melhor compreender o modelo ricardiano, toma-se novamente o exemplo mencionado por Foschete (1999): supondo agora que o Brasil e a Argentina produzam, mensalmente, e em milhares de sacas, respectivamente, 40 e 60 sacas de café e 10 e 30 sacas de trigo. Tem-se que, em termos absolutos, a Argentina possui vantagem na produção de ambos os produtos: produz maior quantidade de café e trigo. No que tange ao custo interno de produção, percebe-se que, para cada saca de café que se produz na Argentina, produz-se $\frac{1}{2}$ saca de trigo; já no Brasil, para cada saca de café produz-se $\frac{1}{4}$ saca de trigo (1 saca de trigo equivaleria a 4 sacas de café). Caso a Argentina produzisse mais 1 saca de trigo, teria de sacrificar 2 sacas de café, enquanto o Brasil sacrificaria 4 sacas do mesmo produto. Percebe-se assim que o custo do trigo é mais elevado no Brasil, enquanto o custo do café é relativamente mais baixo. Conclui-se, pois, que o Brasil é mais eficiente na produção do café que a Argentina, obtendo uma vantagem comparativa em relação a esse produto sobre aquele país. A Argentina, por sua vez, tem uma vantagem comparativa sobre o Brasil na produção do trigo. Dessa forma, de acordo

¹⁴ De acordo com Krugman e Obstfeld (2001, p. 34-37), as duas implicações principais da teoria das vantagens comparativas – que as diferenças de produtividade desempenham um papel importante no comércio internacional e que as vantagens comparativas em vez das absolutas é que importam – são as grandes contribuições de David Ricardo para se pensar as razões de ocorrência do comércio internacional.

¹⁵ Segundo Foschete (op. cit.), quando se diz que um país tem vantagem comparativa – custo de produção relativamente diferente – sobre outro em um determinado produto, está se afirmando, implicitamente, que este mesmo país tem desvantagem comparativa no outro produto.

com a teoria das vantagens comparativas, como os custos de produção domésticos de cada produto são diferentes nos dois países, é possível haver especialização produtiva e troca mutuamente vantajosa.

O modelo ricardiano de comércio internacional implica, portanto, a especialização de cada país na exportação do produto no qual tem vantagens comparativas. Como explicam Baumann et. al. (1998), excetuando a circunstância altamente improvável em que as estruturas de custos relativos desses países fossem idênticas¹⁶, quaisquer das duas nações lucrariam com o comércio bilateral. Nesse sentido, de acordo com o mesmo autor, o modelo ricardiano assenta-se na premissa de que mais comércio é melhor que menos comércio, não implicando necessariamente o livre comércio.

Apesar da teoria das vantagens comparativas ser uma “idéia poderosa e ter sobrevivido ao debate acadêmico até os dias de hoje” (BAUMANN et. al., 1998, p.14), fundamentou-se, segundo Foschete (1999, p.34), em hipóteses bastante simples e restritivas, apresentando uma visão estática do processo econômico. “A experiência tem demonstrado que, com o tempo, os países alteram suas dotações de fatores e seu padrão tecnológico e, portanto, suas capacidades produtivas”. Dentre as críticas, o modelo ricardiano:

1. pressupõe o comércio entre dois países, com dois produtos – premissa facilmente descartável segundo Baumann et. al. (op. cit.);
2. baseia-se na *teoria do valor trabalho*¹⁷: o trabalho é o único *fator de produção*¹⁸ por ele considerado – o qual seria perfeitamente móvel no interior de um país, mas completamente imóvel no mercado internacional –, sendo ainda um fator homogêneo – descartando assim a existência de diferentes produtividades e custos;

¹⁶ O comércio será mutuamente benéfico aos países apenas se existir uma vantagem comparativa na produção das mercadorias. Se o custo de produção doméstico é o mesmo em ambos os países, haverá o que se chama de *vantagem igual*, situação em que nenhum país tem vantagem comparativa sobre o outro em nenhuma mercadoria, não havendo, portanto, condições para a especialização e o comércio mutuamente vantajoso.

¹⁷ David Ricardo supõe que os custos de produção são determinados unicamente pela quantidade de trabalho nela incorporada, descartando os custos de outros fatores de produção.

¹⁸ São três os fatores de produção: terra, trabalho e capital. O fator ‘terra’ corresponde aos recursos naturais não renováveis (terra, água, ar); o fator ‘trabalho’ corresponde ao esforço humano (físico, mental, intelectual); e, finalmente, o fator ‘capital’ corresponde aos bens produzidos para a produção de outros (máquinas e equipamentos, etc.).

3. considera a existência de diferentes tecnologias em diferentes países – na verdade, o uso de diferentes tecnologias, segundo Baumann et. al. (1998), é uma explicação possível para diferentes estruturas de preços relativos em diferentes países;
4. pressupõe uma balança comercial sempre equilibrada e a ausência do custo de transporte;
5. considera que os custos de produção são constantes;
6. pressupõe a existência de uma concorrência perfeita.

Nesse sentido, tais pressupostos permitem-nos compreender algumas limitações na aplicação do modelo. Como explicam Baumann et. al. (op. cit., p.16):

O conceito das vantagens comparativas é uma dessas idéias econômicas que ultrapassam em muito o limite do debate acadêmico, com frequência levando a uma confusão entre a teoria e a doutrina, isto é, entre um modelo explicativo de como o mundo funciona, e uma recomendação de como o mundo deveria funcionar. (...) Nosso desafio é, portanto, compreender o significado desse conceito no momento em que foi formulado, e ainda compreender suas limitações para aplicação ao mundo real.

1.2.3 O Modelo Hecksher-Ohlin

Desenvolvido pelos economistas suecos Elie Hecksher e Bertil Ohlin (1930), o modelo ou teorema Hecksher-Ohlin, principal teoria ortodoxa do comércio internacional, mostra, segundo Krugman e Obstfeld (2001), que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação e a tecnologia da produção. De acordo com tais autores, o modelo enfatiza ainda o mecanismo entre as proporções nas quais fatores diferentes de produção estão disponíveis em países diferentes, e em que proporções esses fatores são utilizados para produzir bens diferentes¹⁹. Baseado, portanto, na premissa de que um país tem uma vantagem comparativa na mercadoria que usa de forma intensiva seu fator copioso, as nações deveriam especializar-se, pois, na produção de bens produzidos por fatores de relativa abundância em suas economias.

¹⁹ Segundo Krugman e Obstfeld (op.cit.), é a chamada *teoria das proporções dos fatores*.

Ao concentrar-se na existência de diferenças nas dotações domésticas dos fatores de produção e na intensidade do uso de tais fatores, o modelo Hecksher-Ohlin propõe a especialização dos países abundantes em mão-de-obra (subdesenvolvidos) em produtos primários e tradicionais (têxtil, agricultura, etc.), ao passo em que os países abundantes em capital (desenvolvidos) deveriam especializar-se em indústrias intensivas em tecnologia. Como explica Williamson (1996, p. 30):

(...) os países diferem em seus estoques relativos dos diferentes fatores de produção, (...) estas diferentes ofertas de fatores influenciam os custos de produção de determinados bens. (...) um país com uma oferta abundante de capital considera relativamente barato produzir bens cuja produção precise de muito capital e pouca mão-de-obra, tendo, portanto, uma vantagem comparativa nestes bens intensivos de capital e exportando-os.

Logo, de acordo com o teorema Hecksher-Ohlin, o comércio – estimulado, como expõe Maia J. M. (2001), pela imobilidade dos fatores de produção e mobilidade dos produtos – por si só conduziria à eliminação ou redução na diferença dos preços de fatores entre as nações.

A principal crítica em torno do modelo refere-se ao fato de que, se seguissem tal premissa, os países subdesenvolvidos estariam fadados a exportar produtos primários – principalmente ligados à agricultura – e bens de indústrias tradicionais – intensivos em trabalho – e importar produtos manufaturados e de alta tecnologia. Os preços dos produtos primários tendiam a baixar, enquanto os dos produtos industrializados tendiam a ficar cada vez mais caros. Ao contrário do que afirmava o modelo – em que o comércio trataria de eliminar as diferenças de preços, a desigualdade entre subdesenvolvidos e desenvolvidos tendia a estar cada vez maior. Ademais, de acordo com Foschete (1999), o modelo não considerava que, dependendo do esforço de investimentos empreendido pelos países, sua dotação de fatores poderia ser alterada com o passar do tempo. Como sintetizam Krugman e Obstfeld (2001, p. 89):

Embora o modelo Hecksher-Ohlin tenha tido menos sucesso na explicação dos padrões atuais de comércio internacional que podíamos esperar, ele permanece vital para o entendimento dos efeitos do comércio; especialmente os efeitos na distribuição de renda. De fato, o crescimento do comércio Norte-Sul em manufaturas

– um comércio no qual a intensidade dos fatores das importações do Norte é muito diferente da do Sul – trouxe a abordagem das proporções dos fatores ao centro dos debates sobre política econômica internacional.

1.2.4 As Novas Teorias de Linder e Vernon

O pensamento predominante, de Adam Smith a Heckscher-Ohlin, segundo Foschete (1999), era de que o comércio trazia benefícios recíprocos para os países e que as trocas externas eram determinadas pela diferença e diversidade estruturais de recursos entre as nações. Tal crença, entretanto, começou a ser objeto de críticas por novas abordagens de comércio internacional surgidas a partir dos anos 50. Dentre elas, destacam-se as abordagens de Linder e Vernon²⁰.

Ao contrário do que argumentavam as teorias anteriores, o fluxo intenso de comércio, segundo a abordagem de Linder, não ocorria entre países com diversidades em suas dotações de fatores, e sim entre países que apresentavam semelhantes níveis de renda e estruturas internas de demanda agregada. Linder mostrou, segundo Foschete (1999), que o comércio internacional nada mais é que uma extensão, para fora do país, das atividades econômicas desenvolvidas internamente.

A intensidade dos fluxos de comércio, segundo tal teoria, é derivada dos esforços dos empresários no sentido de estender as demandas além das fronteiras do país. O empresário é motivado a produzir internamente ao ver necessidades insatisfeitas dentro de seu país aliadas às possibilidades de ganhos com o comércio. Com empreendimentos bem sucedidos, após um longo período de produção interna, o empresário percebe que o mercado local está pequeno ou insuficiente, momento este em que enxerga ganhos ainda maiores ao produzir e vender os excedentes de sua produção a outros países. Como explica Foschete (op. cit.), uma vez ultrapassada as fronteiras, nada impede que as exportações passem a ser maiores que a produção absorvida no próprio país²¹.

²⁰ Mais detalhes referentes às teorias de Linder e Vernon são expostos nas p. 25 a 27, quando é tratada a *demanda de produtos* e o *ciclo de vida dos produtos*, respectivamente, dentro do 'comércio de produtos industrializados'.

²¹ Quanto menor o país de origem, mais cedo as fronteiras são cruzadas e maior a probabilidade das exportações aumentarem sua participação na oferta agregada.

A teoria de Linder sugere ainda que o comércio exterior pode constituir a base de iniciativas de produção substitutivas de importações. Isso acontece quando a demanda interna pelo produto importado torna-se significativa, incentivando o surgimento de novos empreendimentos locais nos países importadores. Os ganhos do comércio internacional, de acordo com o modelo de Linder, estariam, portanto, na transmissão de capacidades de produção entre os países.

Com uma abordagem semelhante à de Linder, Vernon correlacionou os fluxos de comércio e os investimentos internacionais à teoria do ciclo de vida dos produtos. Segundo tal teoria, um país inovador, altamente industrializado, desenvolve determinado produto para atender tanto a demanda interna quanto a externa. As exportações, como expõe Foschete (1999), apenas se mantêm dinâmicas no período de introdução e maturação do produto, quando então a produção começa a declinar. Isso acontece porque as forças de produção internas já estão concentradas e direcionadas para novos produtos, fazendo com que a produção local se estabilize ou cresça mais lentamente. Além disso, os países que antes importavam tornaram-se produtores e exportadores desses mesmos produtos.

Percebe-se que, assim como no modelo de Linder, as inovações se antecipam aos mercados. O mercado interno insuficiente e a existência de mercados externos estimulam as exportações. Ao incentivar novos empresários, as exportações proporcionam a criação de novos mercados²². “Na verdade, pode-se concluir que os ganhos decorrentes dessas cadeias de transmissão de novos padrões de procura e de oferta seriam, mais que as vantagens recíprocas preconizadas pelas abordagens clássicas, os benefícios efetivos das redes mundiais de intercâmbio econômico-comercial”. (FOSCHETE, op. cit., p. 39)

1.2.5 O Comércio de Produtos Industrializados

A existência de um intenso e crescente comércio entre países que apresentam dotações de recursos bastante semelhantes impulsionou, na década de 80, a formulação de argumentos contrários às teorias clássicas e modernas de

²² Segundo Foschete (op. cit.), a viabilização de novas iniciativas empresariais ocorre, muitas vezes, por investimentos de origem externa.

comércio internacional²³. De acordo com essas novas teorias, o comércio de produtos industrializados, como expõe Williamson (1996), – movido não pela dotação de fatores, mas pela diferenciação de produtos – é influenciado pelas *economias de escala*, pela *demanda dos consumidores* e pela *teoria do ciclo de vida dos produtos*²⁴.

Segundo Baumann et. al. (1998), a especialização decorrente da abertura do comércio internacional, aumentando o mercado para produtos antes restritos ao âmbito doméstico, faz com que a existência de *economias de escala* aumente ainda mais os ganhos de comércio²⁵. Como explicam Krugman e Obstfeld (2001), cada país especializa-se na produção de uma variedade limitada de produtos, o que possibilita produzir esses bens mais eficientemente do que se o país tentasse produzir tudo por si mesmo; essas economias especializadas comercializam entre si para que se possa consumir toda a variedade dos bens. À medida que a escala de produção aumenta, os custos se reduzem e, com isso, os países se beneficiam com o comércio e, por conseqüência, há um aumento do bem-estar dos consumidores com os preços menores²⁶. A discussão sobre economias de escala no comércio internacional exige, no entanto, ainda de acordo com Baumann et. al. (op. cit.), a especificação da natureza dessas características²⁷, isto é, se as economias de escalas são internas à firma ou se são externas à firma e internas à indústria. Como explicam Krugman e Obstfeld (op. cit., p. 127-128):

²³ Em 1985, Krugman e Helpman publicaram o livro *Market Structure and Foreign Trade: Increasing Returns, Imperfect Competition and International Economy*, ao qual normalmente se atribui o marco inicial do que ficou conhecido como Nova Economia Internacional.

²⁴ A *economia de escala* ocorre com a organização e expansão do processo produtivo, onde a utilização ótima dos fatores de produção e a produção em larga escala acaba por baixar os custos de produção por unidade e incrementar os bens e serviços. A *demanda dos consumidores*, como será vista adiante, retomando a abordagem de Linder, sugere a importância do consumidor e sua relação direta com os fluxos de comércio entre os países. Por fim, o *ciclo de vida dos produtos*, que também será visto adiante, é uma continuação do que já foi apresentado na página anterior junto à teoria de Vernon. Segundo tal teoria, as exportações apenas se mantêm dinâmicas no período de introdução e maturação do produto.

²⁵ Como expõem Baumann et. al. (op. cit.), embora esse fato seja reconhecido há um longo tempo, tal característica não teve um papel relevante na teoria pura de comércio internacional porque, em muitos casos, modelos de economia de escala fazem com que os padrões de comércio internacional fiquem indeterminados.

²⁶ De acordo com Bonelli (1994), os ganhos de produtividade não são apenas uma forma de elevar o padrão de vida das sociedades, mas é também uma maneira de melhorar a competitividade internacional de um determinado país no longo prazo.

²⁷ Os efeitos das economias de escala podem ser bem diferentes, segundo Krugman e Obstfeld (op. cit.). As economias externas, em particular, podem fazer com que os países fiquem prisioneiros de padrões indesejáveis de especialização e podem até mesmo induzir a perdas no comércio internacional.

As *economias de escala externas* ocorrem quando o custo por unidade depende do tamanho da indústria, mas não necessariamente do tamanho de qualquer firma. As *economias de escala internas* ocorrem quando o custo por unidade depende do tamanho de uma firma individual, mas não necessariamente de toda a indústria. (...) As economias de escala externas e internas têm implicações diferentes para a estrutura das indústrias [e são causas importantes do comércio internacional]. Uma indústria em que as economias de escala são puramente externas consistirá em várias firmas pequenas e será perfeitamente competitiva. As economias de escala internas, por sua vez, geram uma vantagem de custos das grandes firmas sobre as pequenas e levam a uma estrutura de mercado imperfeitamente competitiva.

Outra importante característica no que tange às novas formulações e análises empíricas de comércio internacional refere-se à *demandas dos consumidores*, ligada à abordagem de Linder. De acordo com Foschete (1999), à medida que a renda per capita vai se elevando, os consumidores vão diversificando e sofisticando seus gostos. O crescimento da renda provoca não só o crescimento da demanda por mais produtos como também por produtos de maior qualidade.

A teoria de Linder, segundo Williamson (1996, p. 63), ajuda a mostrar por que o comércio de produtos primários é tão diferente: não há o problema de inventar ou mesmo adaptar a qualidade do produto, mas simplesmente a necessidade de perceber a existência de um mercado externo. “As situações em que os recursos naturais necessários existem, mas não estão sendo explorados pelos empresários locais devido a sua incapacidade de perceber o mercado externo, são exatamente as que atraem empresas multinacionais para a indústria extrativa”. Defendendo a tese de que o fluxo de comércio é maior entre os países que possuem estruturas internas semelhantes, Linder sugere ainda que os países tenderão a produzir produtos destinados a atender às demandas representativas de seus próprios países e exportar esses bens que atendem a demandas típicas internas para satisfazer gostos minoritários em outros países.

A última característica do comércio de produtos industrializados está intrinsecamente ligada à *teoria do ciclo de vida dos produtos* de Vernon, que, por sua vez, está intimamente ligada à *teoria do investimento direto*²⁸. Os produtos

²⁸ Segundo definição do Fundo Monetário Internacional (FMI), os *Investimentos Externos Diretos – IED* são “recursos canalizados para outra economia com o objetivo de obter participação duradoura em outra empresa, ficando implícita a relação de longo prazo e certo grau de influência do investidor na direção da empresa receptora”.

novos são desenvolvidos e produzidos primeiramente numa economia mais industrializada. Como expõe Foschete (1999), isso é explicado porque nessa economia a renda é alta e, conseqüentemente, a demanda é maior, a mão-de-obra é mais qualificada e as técnicas de produção são mais desenvolvidas. Atendido o consumo geral dentro do país, começa a busca por novos mercados consumidores. Segundo Williamson (1996, p. 68), “à medida que o produto vai passando por seu ciclo natural, passando de intensivo em pesquisa e desenvolvimento e mão-de-obra qualificada para intensivo em capital e ou mão-de-obra não-qualificada, seu principal local de produção vai se deslocando para os países menos avançados” – já em condições de produzir aqueles produtos, enquanto nos países de origem estão surgindo novos e mais sofisticados produtos para atender a demanda cada vez mais exigente.

As teorias de comércio internacional mostram serem ferramentas extremamente úteis para pensar nas razões de ocorrência do comércio e sobre os efeitos do comércio internacional sobre a dinamização econômica e o bem estar nacional. Tem-se que tais teorias, ao explicar por que os países comercializam entre si, ora diferenciam-se, ora assemelham-se e outrora chegam a complementar-se. Os benefícios do comércio internacional, porém, parecem entrelaçar-se pacificamente diante de tais modelos.

Dentre os principais efeitos do comércio internacional, abordados pelas teorias apresentadas, estão a realocação dos recursos produtivos, com a transferência dos recursos destinados à produção de bens com desvantagem comparativa para a produção de bens que têm vantagem comparativa; a divisão internacional do trabalho, gerando a especialização; a produção em larga escala, reduzindo os custos de produção; a melhora do nível de vida da população, gerada pela ampliação do poder aquisitivo dos consumidores – conseqüência da realocação dos recursos produtivos e da redução dos custos de produção; a amplitude da escolha dos consumidores, onde a abertura comercial proporciona um aumento das possibilidades ou opções de consumo; e o intercambio econômico-comercial e a transmissão de capacidade de produção e de novos padrões de procura e de oferta.

1.3 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Uma das funções a que se propuseram as teorias de comércio internacional consistia na análise dos efeitos das políticas comerciais. Neste trabalho, seus efeitos serão analisados a partir da experiência brasileira. Sua apresentação conceitual, para tanto, é de fundamental importância.

As políticas de comércio internacional referem-se essencialmente à forma como os países atuam junto ao mercado externo. De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), as políticas de comércio internacional envolvem diversas atitudes diferentes adotadas pelos governos em relação ao comércio efetuado por indivíduos e empresas de seu país com indivíduos e empresas de outros países. A escolha dos instrumentos de política econômica depende assim dos objetivos que se pretende atingir com tais instrumentos. Segundo Baumann et. al. (1998), a política comercial estratégica pressupõe a existência de interesses a serem defendidos. Tal questão está intimamente ligada ao debate de importantes temas contemporâneos como economia internacional e desenvolvimento. A atuação dos países junto ao mercado externo, do ponto de vista de sua abertura frente ao comércio internacional²⁹, pode ser observada a partir de dois extremos: o *protecionismo* e o *livre comércio*.

As teorias de comércio internacional mostram que, se todos os países adotassem a prática do livre comércio, haveria o uso mais eficiente dos recursos mundiais. Ainda que não haja dúvida de que a liberdade comercial seja melhor que o completo fechamento de um país contra a concorrência externa, acredita-se que, sob certas condições, torna-se necessária a adoção de restrições ao livre comércio. De acordo com Williamson (1996, p.93):

Existe uma pressuposição de que o livre comércio maximiza a eficiência econômica e, portanto, o bem-estar econômico (...). Existem, porém, circunstâncias em que quase todas as economias aceitam que certa dose de proteção possa ser racional: notadamente para apoiar indústrias nascentes ou indústrias estratégicas ou para gerar receita.

²⁹ O coeficiente de abertura de uma economia, segundo AZÚA (1986) resulta da soma das importações e exportações relativamente ao Produto Interno Bruto – PIB. Quanto maior o quociente resultante, maior o grau de abertura do país.

Serão apresentadas a seguir as políticas, instrumentos e modelos de comércio internacional, os quais serão analisados, posteriormente, no segundo capítulo, visando identificar quais deles foram utilizados pelo Brasil durante o período analisado.

1.3.1 Livre-cambismo

O *livre-cambismo* consiste em uma política comercial que prega a queda das restrições ao comércio entre os países. Nascido em meados do século XVIII e amparado pela política do *laisser-faire*³⁰, tal doutrina defendia a ação governamental no sentido de eliminar todas as barreiras tarifárias e outros obstáculos ao comércio internacional, bem como estimular por todas as formas a liberdade de comércio. É, portanto, uma política baseada na livre concorrência, na desregulamentação das atividades de comércio exterior (não intervenção estatal) e na especialização internacional na produção.

Os defensores dessa doutrina baseavam-se, segundo Maia J. M. (2001), na máxima advinda da divisão internacional do trabalho, da melhor utilização dos recursos naturais, da economia de escala e de uma maior solidariedade, resultante da interdependência entre os países. As vantagens econômicas em torno da divisão internacional do trabalho e da melhor alocação de recursos baseiam-se, inicialmente, segundo Foschete (1999), na *teoria das vantagens absolutas* (Adam Smith) e, posteriormente, na *teoria das vantagens comparativas* (David Ricardo), que procuravam mostrar que se cada país se especializasse em produzir aquilo em que, pela sua dotação de fatores, obtivesse vantagens econômicas sobre outros países, todos ganhariam com o maior crescimento econômico e progresso que adviriam de tal estratégia. A redução dos custos, como consequência de uma melhora na alocação dos fatores, aumentaria o consumo, que aumentaria a produção, que, por sua vez, aumentaria o emprego. Todo este ciclo, por fim, geraria bem-estar para a população.

³⁰ Pressupõe a não-intervenção estatal na economia. “O equilíbrio econômico nasce espontaneamente por meio da livre concorrência e das oportunidades dadas a todos” (MAIA J. M., op. cit.). O estado se preocuparia com a preservação da justiça, defesa nacional, complementação da iniciativa privada e redução das barreiras relativas ao comércio exterior.

Alguns críticos, por outro lado, argumentavam que se os países adotassem tal prática, as matérias-primas necessárias ao processo de industrialização e os gêneros alimentícios teriam seus preços bastante reduzidos. Em contrapartida, o livre comércio garantiria mercados mais amplos para a colocação dos bens industrializados. Nesse sentido, os opositores assentavam-se no argumento de que o livre-comércio não apresentava oportunidades para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, os quais se especializariam somente na produção de bens primários³¹. Como visto, essa mesma crítica foi lançada ao modelo Hecksher-Ohlin, baseando-se na premissa de que os preços dos produtos primários tendiam a estar cada vez mais afastados dos industrializados. Soma-se a isso o fato de que a remoção das barreiras comerciais beneficiaria apenas os países cujas indústrias já se encontrassem em estágios avançados, devendo os países em desenvolvimento adotar meios de proteção a suas indústrias jovens³².

Não obstante as oposições, de acordo com Krugman e Obstfeld (2001), entre os economistas que acreditam que o livre comércio seja uma política não tão perfeita, muitos crêem ser ele melhor que qualquer outra política que o governo pretenda adotar.

1.3.2 Protecionismo

O *protecionismo econômico*, segundo Foschete (1999), defende a tese de que o Estado deve ter um papel crucial na definição e implementação de uma política desenvolvimentista. Cabe ao Estado, dentre outras funções importantes, o controle da atividade produtiva, a promoção das exportações, o controle da entrada de produtos estrangeiros no mercado interno e a imposição de barreiras para a proteção das indústrias nacionais.

De acordo com Ratti (1997, p. 347), a política protecionista pode ser aplicada em diferentes graus de intensidade. “Pode-se ter um protecionismo

³¹ No âmbito da Comissão Econômica para o Progresso da América Latina (CEPAL), integrada à Organização das Nações Unidas (ONU), o economista argentino Raul Prebisch levantou esse problema e criou a chamada *Deterioração dos Termos Internacionais de Troca*. Segundo essa teoria, esses países (produtores agrícolas) só tinham a perder com o modelo do livre-cambismo e a divisão internacional do trabalho.

³² É o que se chama de *proteção às indústrias nascentes*. Esse tipo de barreira está previsto na Organização Mundial do Comércio (OMC), desde o GATT/47, sob certas condições e por prazo suficiente para que a indústria se estabeleça.

agressivo, quando um país rompe todos os laços internacionais com um ou mais países (...); um protecionismo acidental ou defensivo, de caráter provisório, aplicado ante a ameaça de um *dumping*³³ (...); e um protecionismo moderado ou de desenvolvimento³⁴, quando se levantam barreiras necessárias ao desenvolvimento da nação”.

Dentre os principais argumentos em favor do protecionismo, de acordo com Maia J. M. (2001), estão os perigos decorrentes da divisão internacional do trabalho, que faz com o país não produza tudo aquilo de que necessita e que poderia faltarlhe em situações excepcionais em que houvesse impedimentos transitórios às importações (em caso de uma guerra, por exemplo); a ausência do *dumping*, vulnerável no livre comércio; a redução da competitividade advinda dos preços baixos das multinacionais proporcionados pela produção em larga escala, além da inibição quanto à formação de *trustes*, *cartéis* e *oligopólios* por empresas estrangeiras³⁵; a proteção aos recursos naturais, supervisionados pelo Estado e a produção de natureza estratégica ligada à segurança nacional, em que a produção nacional de determinados bens torna-se vital³⁶.

Do outro lado, os argumentos contrários ao protecionismo, ainda de acordo com Maia J. M. (2001), encontram-se fundamentados no fato de que a divisão do trabalho torna-se perigosa quando o exportador estrangeiro fica impossibilitado de atender às solicitações do importador nacional; além disso, a indústria nacional fica acomodada com o protecionismo, na medida em que, pela falta de concorrência e pelo mercado cativo, não precisa melhorar a qualidade do produto. Nesse sentido, haveria uma deterioração industrial por falta de investimentos tecnológicos e incentivos à inovação e desenvolvimento.

³³ Segundo definição do mesmo autor, *dumping*, considerado uma prática desonesta de concorrência, é o lançamento, no mercado estrangeiro, de mercadorias a preços menores do que normalmente vigentes no mercado interno, com o objetivo de eliminar a concorrência, tanto de produtores do país importador, como de outros produtores estrangeiros.

³⁴ De acordo com Ratti (1997), seria o protecionismo moderado a melhor política para os países subdesenvolvidos.

³⁵ O *trust*, cartel e oligopólio, assim como o *dumping*, são considerados formas de desvio ou entraves ao livre comércio internacional. Segundo Pinho et. al. (USP, 2007) e ainda de acordo com Maia J. M. (op. cit.), o *trust* consiste na fusão de várias empresas, de forma a tender para o monopólio, impondo preços e condições; o *cartel* ocorre quando várias empresas fazem um acordo comercial para distribuir entre si quotas de produção, determinar preços e suprimir a livre concorrência – cada empresa conserva, entretanto, sua autonomia interna; já o *oligopólio* consiste em um mercado nas mãos de apenas alguns concorrentes – há um reduzido número de produtores e vendedores.

³⁶ A especialização e o comércio livre criam uma maior interdependência entre os países; por questões de segurança nacional, um país pode querer manter a capacidade de produzir certos bens considerados estratégicos.

Segundo entendimento de Ratti (1997), ambas as políticas comerciais – livre comércio e protecionismo – possuem vantagens e desvantagens e um campo de aplicação variável no tempo e no espaço. O autor afirma que o livre-cambismo total é utópico, já que a maioria dos países pratica algum tipo de protecionismo; explica, porém, que é possível a aplicação de alguns princípios do livre comércio, de maneira limitada, com alguns sucessos e sem o perigo do surgimento de graves desequilíbrios entre países portadores de determinado grau de desenvolvimento econômico³⁷. Murat (1945 apud. RATTI, op. cit., p. 350), há mais de 60 anos, já admitia o livre-cambismo como princípio geral e entendia ser necessária a intervenção protecionista com vistas ao desenvolvimento das forças produtoras nacionais; a acautelar-se contra o risco de guerra e o bloqueio (proteção à agricultura e às indústrias-chaves); a compensar certas vantagens temporárias ou lutar contra o *dumping*; e a permitir a transição entre o protecionismo exarcebado e o liberalismo muito avançado.

1.3.3 Instrumentos de Política Comercial

São instrumentos de política comercial, segundo Krugman e Obstfeld (2001): as tarifas, os subsídios às exportações, as cotas de importações, as restrições voluntárias às exportações, os requisitos locais e outras barreiras não-tarifárias.

1.3.3.1 Tarifas

Entende-se por *tarifa*, tipo de restrição mais antiga aplicado ao comércio, um imposto cobrado quando determinado bem atravessa as fronteiras nacionais, com o objetivo de elevar seus custos. É uma política flexível, sendo também uma das mais eficientes, possuindo, ademais, um forte cunho econômico. Existem dois tipos de tarifas: a *específica* e a *ad valorem*. A tarifa *específica* é aquela aplicada por unidade de mercadoria, sendo um valor fixo em moeda nacional ou estrangeira. A tarifa *ad valorem* é calculada como uma porcentagem sobre o valor da mercadoria

³⁷ Ainda de acordo com Ratti (op. cit., p. 339), “não se pode cair no extremo de uma economia totalmente fechada, pois o comércio exterior é, indiscutivelmente, uma alavanca importante no processo de desenvolvimento econômico de um país e no bem-estar de sua população”.

importada. Como expõem Krugman e Obstfeld (2001), uma tarifa eleva o preço de um bem no país que importa e diminui o preço do bem no país que exporta. Com efeito, as importações diminuem, na medida em que seu preço final é mais caro que os similares nacionais. Trata-se, portanto, de um instrumento de proteção à produção e às indústrias locais.

Dentre outros argumentos em favor do uso de tarifas estão a proteção de níveis de salários e empregos, evitando a concorrência com mercadorias produzidas com mão-de-obra barata; a equiparação do preço do produto importado ao do produto nacional, possibilitando e favorecendo a participação da produção doméstica na concorrência; a proteção das indústrias nascentes e estratégicas; a garantia em atender a demanda em caso de corte do fornecimento externo; a elevação da arrecadação, como fontes adicionais de receita; e as melhorias no balanço de pagamentos, em função da diminuição das importações.

1.3.3.2 *Subsídios às Exportações*

Subsídios às exportações, segundo definição da Organização Mundial do Comércio – OMC, são benefícios conferidos pelo governo a empresas, tratado como um contingente de exportação. Nas palavras de Krugman e Obstfeld (op. cit.), é o pagamento dado pelo governo aos produtores ou indústrias locais para o embarque de mercadorias para o exterior. É considerado, portanto, uma forma de incentivo à exportação e outra forma de proteger a indústria e produção nacionais, manter o nível de emprego, geração de renda, distribuição de riqueza, etc.³⁸. Por outro lado, como expõe Foschete (1999), os subsídios não reduzem as importações, como se observa no uso de tarifas. Além disso, não geram receitas para o governo, pelo contrário: pressupõe despesa governamental; gera ganhos para o produtor; e, em contraposição, prejuízos para o consumidor local. Segundo Krugman e Obstfeld (2001), com o incentivo à exportação, o produtor sente-se mais interessado em vender para o exterior, baixando a oferta interna e fazendo com que os preços locais subam. Ademais, segundo tais autores, o subsídio às exportações piora os termos de troca, baixando o preço da exportação no mercado estrangeiro, levando, portanto, a custos que excedem os benefícios.

1.3.3.3 Cotas de Importações

Krugman e Obstfeld (2001) afirmam que a cota de importação é uma restrição direta à quantidade de algum bem que pode ser importada, executada, normalmente por meio de emissão de licenças a alguns grupos de indivíduos ou empresas. As cotas podem ser globais (aplicadas a todos os países conjuntamente) ou nacionais (fixadas para cada país separadamente), sempre fixadas por prazos determinados. Trata-se, segundo Foschete (1999), de um instrumento mais restritivo que as tarifas, pois os parceiros não podem influenciar a quantidade importada nem com a utilização da baixa do preço de seus produtos.

As cotas resultam em preços domésticos mais elevados, redução do consumo e da quantidade importada. A produção doméstica é aumentada em relação àquela existente com uma tarifa de importação equivalente, fazendo com que as cotas resultem em um efeito protetor maior que o das tarifas. A vantagem da tarifa em relação à cota é que a sua imposição pode manter o consumo e ainda gerar receita, o que não acontece quando aquela é aplicada.

1.3.3.4 Restrições Voluntárias às Exportações

Uma *restrição voluntária às exportações* é uma cota de comércio imposta pelo país exportador, geralmente a pedido do país importador, no sentido de evitar novas restrições; em outras palavras, o país importador induz a nação exportadora a reduzir, 'voluntariamente', suas exportações de um determinado produto, sob a ameaça de aplicação de restrições comerciais, quando aquelas comprometem a indústria doméstica do país importador. Do ponto de vista econômico, de acordo com Krugman e Obstfeld (op. cit.), uma restrição voluntária à exportação age como uma cota de importação, em que as licenças são atribuídas aos governos estrangeiros, tendo um custo bastante elevado para o país importador.

1.3.3.5 Outras Barreiras Não-tarifárias

³⁸ A Política Agrícola Comum da União Européia é um exemplo bastante conhecido de aplicação da política de subsídio.

Dentre outros instrumentos de política comercial, mencionados por Krugman e Obstfeld (2001), estão a necessidade de requisitos locais, os subsídios de crédito à exportação, a aquisição nacional de bens e as barreiras burocráticas. Os *requisitos locais* referem-se a uma exigência governamental de que uma porcentagem de determinados produtos seja produzida nacionalmente. Os *subsídios de crédito à exportação* têm funções similares aos subsídios, tratando, todavia de um empréstimo subsidiado ao comprador. A *aquisição nacional de bens* é a política em que as compras governamentais ou de empresas estatais são limitadas aos produtos nacionais. Por fim, as *barreiras burocráticas* são espécies de regulações governamentais que limitam o comércio, tais como exigências fito-sanitárias, certificação e outros requisitos de segurança e demais exigências alfandegárias.

Há de se considerar ainda outros três importantes instrumentos de política comercial, fundamentais para o estudo em questão, mencionados por Labatut (1994, p. 119). São eles: o estabelecimento de contingentes, os controles monetários e os incentivos fiscais.

1.3.3.6 *Estabelecimento de Contingentes*

O *estabelecimento de contingentes* é a determinação de uma cota de importação para a complementação da produção interna. Em outras palavras, o governo, após fazer os levantamentos da capacidade de produção e absorção do país de determinada mercadoria, estabelece quotas de importação para complementar a produção nacional³⁹. Como expõe Labatut (op. cit., p. 119), é uma maneira bastante lógica de proteção à produção nascente dos países em desenvolvimento.

1.3.3.7 *Controles Monetários e Taxas de Câmbio*

Os *controles monetários* – modificação do preço da *taxa de câmbio*⁴⁰, valorizando ou desvalorizando a moeda – concedem ao governo o poder de alterar indiretamente o preço das importações ou mesmo de impedi-las.

³⁹ Nesse caso, a licença de importação dar-se-á no ato de compra ou no compromisso de compra pelo importador.

⁴⁰ *Taxa de câmbio* é o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional.

As taxas de câmbio podem ser fixas ou flexíveis. No primeiro caso, seu estabelecimento depende, conforme Labatut (1994), de uma situação estável da economia do país e da capacidade de manutenção de um equilíbrio com relação a outras moedas. Sua posição, ademais, depende da conjuntura mundial, caracterizada por uma constante mobilidade de fatores como pressões inflacionárias, crises políticas, ciclos econômicos, etc. O segundo tipo de taxa de câmbio – flexível – consiste no reajuste periódico do câmbio, com o objetivo de desvalorizar a moeda de modo a reduzir a importação e aumentar a exportação, bem como “eliminar a especulação cambial e diminuir seus efeitos sobre o custo de vida”⁴¹ (LABATUT, op. cit., p. 122).

A intervenção governamental no mercado de divisas determina as cotações de moedas estrangeiras e faz com que as operações sejam efetuadas através das taxas pré-estabelecidas pelo governo, permitindo assim, ainda de acordo com Labatut (op. cit., p. 123), equacionar a oferta e a procura de divisas. A preocupação do governo está no controle da entrada e saída de capital evitando gastos desnecessários de divisas e mantendo o equilíbrio do balanço de pagamentos. “O controle cambial nada mais é que a supervisão da taxa de câmbio e da aplicação das divisas”.

1.3.3.8 *Incentivos Fiscais*

É a dispensa na cobrança de impostos e/ou taxas sobre a produção interna com o objetivo de formar preços competitivos nos mercados internacionais, principalmente no que se refere a produções incipientes. Essa concessão de benefícios ou incentivos proporciona aos países em desenvolvimento condições de competir em melhores termos no mercado internacional, desonerando os produtos de exportação e atraindo investimentos na produção⁴².

⁴¹ Outro tipo de controle cambial é a utilização de taxas múltiplas de câmbio, aplicando, por exemplo, taxas mais elevadas nas importações de artigos de luxo e supérfluos, e taxas mais reduzidas nas importações de produtos essenciais, ou ainda, uma taxa para importações e outra para exportações.

⁴² “Certos países em desenvolvimento combatem essa forma natural e leal de desenvolvimento econômico e procuram equiparar erradamente (incentivos fiscais” com subsídios à exportação. A desoneração de impostos é para compensar a ineficiência técnica do país subdesenvolvido, que encontra nessa prática o único meio de poder competir em preço com os países desenvolvidos.

1.3.4 Modelos de Desenvolvimento

Há muito já se discutia no campo teórico qual o modelo ou estratégia mais adequada para o desenvolvimento dos países. Duas tendências totalmente opostas foram freqüentemente debatidas em torno da Economia Política Internacional. A primeira delas enfatiza o crescimento voltado para o mercado interno, substituindo ao máximo as importações através da produção nacional. A segunda, por sua vez, enfatiza o crescimento voltado para o mercado externo, produzindo tudo aquilo em condições ser produzido e tirando o máximo de proveito dos recursos internos.

1.3.4.1 O Modelo de Substituição de Importações

Países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, estimulados pela tese estruturalista da *Deterioração dos Termos de Troca* e, baseados na necessidade de proteção à indústria nascente, iniciaram, após a II Guerra Mundial, um processo de rápida industrialização conhecido como *Modelo de Substituição de Importações*.

Tinham como principal objetivo o fomento às indústrias nacionais, apoiados na idéia de que os termos de troca tendiam a estar cada vez mais desfavoráveis para os países subdesenvolvidos. Como explica Foschete (1999), com o avanço tecnológico e o avanço da produtividade, os países industrializados tendiam a estar cada vez menos dependentes de matérias-primas de países menos desenvolvidos; os produtos primários de alimentação apresentavam baixa elasticidade-renda; e os termos de troca tendiam a estar cada vez mais desfavoráveis para os países subdesenvolvidos.

Dentre os argumentos favoráveis à utilização do modelo, segundo Maia J. M. (2001), estão o mercado cativo – mercado local, em favor do empresário; os empregos que, devido à produção, são gerados internamente, o que favorece o consumidor; e o aumento da arrecadação de impostos, favorecendo o governo. Além disso, o modelo força os produtores estrangeiros a instalar-se no país e ainda contribui para a diminuição das importações, colaborando maciçamente para o balanço de pagamentos. Do outro lado, como a produção é voltada apenas para o pequeno mercado local, as empresas não se beneficiam da escala de produção, produzindo com custos mais elevados. Isentam-se ainda de gastos elevados com

pesquisas e desenvolvimento, tornando o produto nacional obsoleto. Ademais, a produção nacional cresce protegida, contribuindo, com o passar do tempo, para a ineficiência das indústrias.

A política de substituição de importações perdurou na América Latina até os anos 80, quando então se iniciou os processos de abertura econômica na região. Sua implantação no Brasil possuía um sistema híbrido, também voltado para as exportações. Segundo entendimentos de Krugman e Obstfeld (2001), a estratégia de substituição de importações funcionou plenamente como estratégia de estímulo ao crescimento de manufaturas: as economias da América Latina geram uma parcela de produção de manufaturas quase do tamanho daquela dos países avançados. A crítica, entretanto, concentra-se no fato de que a política, como modelo de desenvolvimento, não apresentou uma decolagem da economia ou mesmo sinais de progresso nos países que a adotaram, quando comparados aos dos países avançados. Ademais, as críticas perduram no que tange ao agravamento de problemas como a desigualdade social e o desemprego. Segundo entendimento de Pastore, A. C. (1977, apud AZÚA, 1986, p. 65):

O desenvolvimento econômico somente poderia prosseguir elevando-se a taxa de investimentos relativamente ao produto. A taxa de investimentos poderia se elevar com a criação de oportunidades de investimentos. As oportunidades de investimento, por sua vez, não poderiam ser induzidas pela continuidade do processo de substituição de importações. Seria necessário, portanto, descobrir novos caminhos para a criação de oportunidades de investimentos e a promoção do desenvolvimento econômico.

1.3.4.2 O Modelo Exportador

O *Modelo Exportador*, também conhecido como *industrialização voltada para fora*, baseado no livre comércio, tinha como objetivo principal o abastecimento do mercado externo. Ao contrário do *Modelo de Substituição de Importações*, o mercado doméstico não era reservado ao produtor nacional, propiciando uma concorrência saudável e evitando que as indústrias locais se tornassem ineficientes em função da acomodação.

Nesse modelo, o crescimento da produção não fica limitado ao mercado doméstico nem o consumidor fica restrito apenas ao consumo interno. Em função da

quantidade produzida era possível às indústrias atingirem ganhos de escala em suas produções, o que normalmente abria caminho para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Soma-se a isso o fato de que o atendimento ao mercado externo trazia as divisas, importantes para o enfrentamento de crises internacionais.

Por outro lado, de acordo com Maia J. M. (2001), a conquista dos mercados externos torna-se difícil devido à concorrência das nações que já possuem tradição no mercado. Ademais, para a produção de bens mais sofisticados, utiliza-se uma tecnologia mais avançada, que não é difundida, já que os países desenvolvidos, detentores de tecnologia de ponta, relutam em transpirá-la para os países subdesenvolvidos, fazendo com que seus produtos fiquem em desvantagem no mercado internacional.

“Os países que adotaram o modelo exportador (por exemplo, Hong Kong [,Coréia] e Cingapura⁴³) progrediram mais que a Índia, Paquistão e Argentina, optantes do modelo de substituição de importações.” (SALVATORE D., 1995, apud MAIA J. M. , 2001, p. 138). Os países que se desenvolveram da primeira maneira, como expõem Krugman e Obstfeld (2001, p. 275), alcançaram espetacular crescimento econômico, chegando, em alguns casos, a mais de 10% ao ano. Os autores explicam que:

As altas proporções de exportações e importações sobre o PIB nas nações asiáticas são conseqüências das políticas comerciais; embora elas não pudessem corresponder precisamente ao livre comércio, de qualquer forma deixam o comércio mais livre que nos países em desenvolvimento que tentaram se desenvolver por meio da substituição de importações. E altas taxas de crescimento são a compensação para este regime de comércio relativamente aberto.

A principal diferença entre o modelo coreano (exportador) e o brasileiro (híbrido) assenta-se no fato de que os primeiros mantiveram uma estrutura igualitária com altos índices de investimentos em qualificação de recursos humanos, fazendo com que a industrialização reduzisse as disparidades sociais. O processo de industrialização na América Latina, no entanto, ampliou ainda mais a heterogeneidade estrutural já existente⁴⁴.

⁴³ Em função do nível de crescimento alcançado, tais países passaram a ser conhecidos como Tigres Asiáticos.

⁴⁴ Como explicam Krugman e Obstfeld (op. cit.), o *dualismo econômico* caracterizou a maioria dos países em desenvolvimento. Isso é explicado pela existência de um setor industrial com salários altos e intensivo em capital coexistindo com um setor tradicional com salários baixos, tendo, normalmente, sérios problemas de desemprego urbano. O *dualismo econômico* refere-se, portanto, à divisão de uma única economia em dois setores de níveis muito diferentes de desenvolvimento.

1.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A relação entre comércio internacional e crescimento econômico⁴⁵ há um longo tempo tem sido objeto de debate entre estudiosos e analistas das relações internacionais. Não obstante, o papel que o comércio internacional exerce sobre o crescimento econômico é marcado, ainda hoje, por uma série de controvérsias. Ainda que o crescimento e o volume de comércio sejam correlacionados por Kaldor (apud JAYME JR., 2001) como fatos estilizados de crescimento econômico, o entendimento não é pacífico. A relação entre estas duas variáveis até então permanece obscura, apresentando, no plano teórico, argumentos um tanto ambíguos.

Algumas abordagens procuram mostrar as insuficiências das teorias de comércio internacional ao elencar as variáveis de influência deste último sobre o crescimento econômico. De acordo com Jayme Jr. (op. cit.), a origem da literatura teórica acerca da relação entre comércio e crescimento encontra-se na *teoria das vantagens comparativas*, assim como no *modelo Hecksher-Ohlin*. Embora os resultados de alguns modelos indiquem que os padrões de comércio podem ter efeitos sobre o crescimento econômico, não há evidências claras sobre a relação causal entre essas variáveis.

De um lado, alguns autores tentam demonstrar que a abertura comercial pode obstar o crescimento econômico, dados seus efeitos perversos sobre a indústria nascente, ou em função de restrições de balanço de pagamento. Foi nesse sentido que nações desenvolvidas, como os EUA, Alemanha e Japão, no século XIX, e nações em desenvolvimento, em especial da América Latina, na segunda metade do século XX, adotaram sistemas de restrições às importações para desenvolver suas indústrias por meio do já citado *modelo de substituição de importações*. O que se observou foi que o crescimento de países desenvolvidos e subdesenvolvidos não se deu de forma equânime⁴⁶. Apesar do relativo crescimento na América Latina, especializada em produtos primários, aquele se deu de forma

⁴⁵ Variação positiva do Produto Interno Bruto – PIB em um determinado período de tempo.

⁴⁶ Segundo Salvatore, D. (1995, apud MAIA J. M., 2001, p. 165), “embora a taxa de crescimento econômico dependa, nos países em desenvolvimento, primeiramente das condições internas, o comércio internacional pode contribuir significativamente para o processo de desenvolvimento”.

maior nos países desenvolvidos, produtores de bens de maior elaboração (industrializados).

Demais autores, por outro lado, convergem na crença de que economias abertas tendem a convergir mais rapidamente para um estado de crescimento equilibrado do que economias fechadas. A experiência internacional oferece exemplos clássicos do crescimento econômico baseado no modelo exportador. Dentre tais exemplos, como expõe Siqueira (2006), destaca-se a experiência asiática, comentada anteriormente, em que o rápido crescimento de países como Coréia, Hong Kong e Cingapura e, mais recentemente e de forma singular⁴⁷, China foi acompanhado por uma alavancagem das exportações (VIEIRA, 2006). Pode-se afirmar que, em grande medida, tal crescimento foi proporcionado, assim como pela política cambial e outros fatores, pelo grau do coeficiente de abertura comercial, o que gerou um significativo aumento das exportações e dos ganhos de produtividade, além de maiores investimentos, colaborando para o desenvolvimento produtivo e tecnológico.

De acordo com Medeiros e Serrano (2009, p. 1), a relação entre exportações e crescimento econômico constitui um tema polêmico e, não raramente, apresenta-se de forma obscura:

A polarização entre uma modalidade de crescimento liderado pelas exportações e um crescimento liderado pelo mercado interno, ou a existência de um mercado orientado para fora e outro orientado para dentro, revelam interpretações e mecanismos de causalidade muitos distintos e mesmo opostos. A rigor, a versão neoclássica do crescimento liderado pelas exportações enfatiza não propriamente o papel das exportações no crescimento, mas a importância da neutralidade de incentivos (tarifas, taxa real de câmbio, etc.) e da abertura externa (importações) para uma alocação eficiente de recursos. (...) As exportações podem ser mais ou menos importante para a expansão da economia – de acordo com uma série de características estruturais de cada país –, entretanto, seu papel no financiamento e relaxamento da restrição externa ao crescimento é absolutamente central e estratégico para os países.

⁴⁷ De acordo com Vieira (2006), a média da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da China, no período de 1991 a 2003 foi de 11,45%, bem acima da taxa de crescimento de outros países ou mesmo regiões como América Latina e Caribe (3,85%) e a Ásia (7,87%).

1.4.1 Crescimento Econômico *versus* Desenvolvimento Econômico

Torna-se necessária para o presente estudo uma breve diferenciação teórica entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômicos para que seja possível uma posterior análise, no terceiro capítulo, das influências do comércio internacional sobre a dinamização da economia brasileira.

Segundo entendimento de Dobb (1963, apud AQUINO, 2004), há várias medidas que podem ser adotadas para se avaliar o crescimento econômico. Dentre elas, destacam-se a produção industrial, a produção *per capita*, o aumento da produção por trabalhador empregado e o produto nacional. O modelo de Solow (apud AQUINO, op.cit.), defende a tese de que o crescimento econômico depende de três fatores básicos: poupança, crescimento demográfico e progresso tecnológico. Furtado (1967), define crescimento econômico simplesmente como o aumento da produção ou do fluxo de renda. De forma semelhante, Mankiw (2001) define o crescimento como o aumento da produção de bens físicos e de serviços e da geração de riquezas de um país em um curto espaço de tempo. *O crescimento econômico é, portanto, a variação positiva do Produto Interno Bruto em um determinado período de tempo.*

O *desenvolvimento econômico*, de acordo com Bresser-Pereira (2008), é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital, levando ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população. Segundo definição de Williamson (1996), o desenvolvimento econômico é o processo por meio do qual uma sociedade tradicional que emprega técnicas primitivas, transforma-se numa economia moderna, de alta tecnologia e de elevada renda. Shumpeter (1982), por sua vez, afirma que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o crescimento de renda *per capita* não assegura. *O desenvolvimento econômico é, portanto, o crescimento econômico continuado, implicando assim uma mudança estrutural, beneficiando a economia e a população como um todo.*

1.4.2 As Políticas Comerciais e o Crescimento Econômico

Serão apresentadas a seguir algumas breves conclusões de Jaymes (2001), em seu artigo sobre comércio internacional e desenvolvimento econômico, em que apresenta estudos empíricos sobre os efeitos da liberalização comercial sobre o crescimento econômico.

- i. Sachs e Warner (1995, apud JAYMES, op. cit. p. 6) aplicaram um modelo para determinar se a liberação comercial resulta em uma melhor performance econômica. Segundo tal modelo, um país apresenta uma economia aberta caso não apresente nenhuma das características a seguir, e fechada caso apresente três delas: barreiras não-tarifárias incidindo sobre pelo menos 40% do comércio; tarifa média de pelo menos 40%; um prêmio de 20% ou mais no mercado paralelo de câmbio; uma economia socialista; e monopólio estatal na maioria das exportações. Assim, o crescimento econômico é maior nas economias abertas que nas fechadas; aquelas tendem a convergir para um crescimento mais equilibrado que essas.
- ii. As conclusões de Edward (1993, apud JAYMES, op. cit., p. 7), ao focalizar o comportamento do crescimento da produtividade nos países da América Latina, fortalecem a visão de que abertura comercial favorece o crescimento econômico. Adverte, ainda, que as economias mais abertas, particularmente no mundo em desenvolvimento, podem desfrutar de inovações técnicas internacionais por meio da abertura de suas economias.
- iii. O estudo de casos nacionais oferece, de acordo com Jaymes (op. cit.), resultados mais precisos sobre a relação entre abertura e crescimento. As especificidades das variáveis institucionais, os padrões históricos e outras características econômicas locais fazem com que a abertura das economias produza, nos diversos países, resultados diferenciados.
- iv. Frankel e Romer (1999, apud JAYMES, 2001, p. 9), utilizaram características geográficas⁴⁸ para estimar o impacto do comércio sobre a

⁴⁸ O comércio internacional é tratado como uma função da proximidade geográfica de um país com os demais. Um país pode comercializar mais porque está próximo a países populosos, enquanto outros podem comercializar menos por se encontrarem em situação de isolamento, por exemplo. De acordo com a variável geográfica, países menores podem fortalecer sua participação no comércio internacional simplesmente porque possuem menores possibilidades de aumentar o comércio interno.

renda e o crescimento, tomando como indicador de comércio internacional a participação do fluxo total de comércio no PIB. Suas conclusões sugerem que o comércio interno do país aumenta a renda.

Sintetizando tais considerações, de acordo com Jaymes (2001, p. 10):

Constata-se o fato de que, tanto a liberalização comercial quanto a liberalização da conta de capital, (...) parecem dar sustentação aos modelos de comércio e crescimento pelo lado da oferta. (...) A política comercial tem de se tornar um meio para permitir maior abertura, em oposição a políticas intervencionistas de comércio, tais como as associadas às estratégias de crescimento por substituição de importações. (...) A idéia básica está na crença de que, apesar da presença de algumas distorções, maior inserção internacional implica maior crescimento.

Complementando o embate teórico entre políticas comerciais e crescimento e, mais especificamente, considerando a influência do comércio sobre a estabilização econômica, se o objetivo fundamental da política comercial é colaborar com a melhoria do bem-estar da população, tudo o que for modernizado nele deve incluir, segundo Labatut (1994), os seguintes fatores: aumento da oferta de empregos, melhoria salarial, desenvolvimento tecnológico em todos os sentidos; melhor preparo dos recursos humanos; melhor eficácia empresarial; melhor infraestrutura de energia elétrica, combustíveis, meios de transportes e armazenamento; estímulo ao empresário, através de financiamentos às exportações e investimentos em pesquisa e tecnologia; melhor racionalização da administração pública; e melhor eficiência na fiscalização. De acordo com o autor:

O comércio exterior é complexo porque reflete as influências internas e externas e nem sempre é possível se fazer o que se deve, e sim apenas o que se pode. Porém, o objetivo principal de sua política é colaborar no sentido de dar ao povo o melhor bem-estar. Dessa forma, a sua estratégia não pode ser simplista, ela tem que ter capacidade de prever os melhores objetivos e planejar uma tática capaz de se poder enfrentar os riscos calculados. (LABATUT, op. cit., p. 11).

Nesse contexto, de acordo com Delfim Neto (1999, p. 21, apud GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M., 2000, p. 188): “As políticas que produzem o crescimento econômico podem ser identificadas (...) como aquelas que geram a estabilidade macroeconômica, estimulam a eficiência microeconômica e abrem a economia para o comércio internacional”.

Vistas as teorias e políticas de comércio internacional, será feita uma análise, a partir da realidade brasileira, no que tange às políticas fiscal e aduaneira, com o objetivo de identificar quais delas foram adotadas pelo país durante os períodos abordados, bem como suas principais implicações e efeitos sobre o desempenho do comércio exterior e a estabilização da economia nacional.

2 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

2.1 PANORAMA HISTÓRICO

O Brasil, ao longo de sua história, sempre esteve inserido no comércio internacional. Sua política comercial envolveu historicamente um grande debate nacional e, desde suas origens, na primeira metade do século XIX, governos e lideranças sociais a ela vinculavam as possibilidades do crescimento econômico⁴⁹.

Como expõe Cervo (1997), a política comercial brasileira esteve atrelada a diferentes paradigmas de inserção internacional. Desde o século XIX até 1930, predominou no país uma política liberal conservadora; essa foi substituída pelo nacional-desenvolvimentismo, que perdurou até 1989, quando então se adotou um paradigma de inserção liberal.

Por mais de um século, desde sua independência em 1822, o Brasil foi governado por uma elite que considerava a exportação o principal objetivo econômico do país, e a importação, a única fonte de produtos industriais. Entretanto, de acordo com Baumann et. al. (1998), foram esses capitais mercantis e a capacidade empresarial gerada nessa sociedade agroexportadora que permitiram o surgimento da industrialização brasileira, a qual se desenvolveu, por um longo período, à margem daquela sociedade⁵⁰. Mas o Brasil do século XIX, ainda de acordo com os autores, era pouco dinâmico, com uma estrutura financeira que não estimulava o desenvolvimento industrial, um pequeno mercado interno e um mercado de trabalho perturbado por séculos de escravidão. No decorrer dos anos, como explica Cervo (op. cit), o país conheceu fortes oscilações no curto prazo entre o protecionismo, por vezes exarcebado, e o livre comércio, reivindicado pelos interesses da agroexportação⁵¹.

⁴⁹ A percepção macroeconômica ou a consciência de que a política de comércio exterior condiciona as estruturas econômicas, segundo Cervo (1997), ocorreu cedo no Brasil, em 1840.

⁵⁰ Ao Estado convinha não só a expansão da economia agrícola como também a expansão das indústrias.

⁵¹ Segundo Baumann et. al. (1998, p. 97) essa proteção à produção industrial que existiu em alguns períodos foi resultado, todavia, do "crônico desequilíbrio fiscal do Estado ou do estrangulamento cambial", e não de uma política, de fato, protecionista.

Até o início do século XX, mais especificamente até a década de 1920, os princípios que norteavam a política econômica brasileira eram, segundo Suzigan (1975, p. 247, apud Baumann et. al., 1998, p. 97), claramente liberais: mercado livre de câmbio, tarifa fiscal, política fiscal tradicional de orçamento equilibrado e austeridade monetária. Nesse período, persistiu no Brasil a falta de uma política de proteção propriamente dita, a qual ocorria apenas acidentalmente. Pode-se, pois, mencionar a utilização das tarifas aduaneiras como instrumentos de política fiscal; sua elevação acabava por, involuntariamente, proteger a indústria local. Nesse sentido, ainda de acordo com Suzigan (1975, apud BAUMANN et. al., 1998), essas tarifas fiscais, combinadas com algum incentivo ao importador de bens de capital, era a forma típica de proteção que surgiu como subproduto ou como consequência das políticas econômicas, e não de uma política efetivamente protecionista.

Os anos compreendidos entre meados da década de 30 à década de 80 caracterizaram-se, segundo Mendes e Teixeira (2004), pela prevalência de um modelo de desenvolvimento que recebeu várias denominações, como nacional-desenvolvimentista (já citado por Cervo, 1997), de substituição de importações, estatal-intervencionista, dentre outros. A industrialização, nesse período, é profundamente influenciada por uma nova ordem mundial em que o Estado e o planejamento são colocados como elementos centrais ao desenvolvimento econômico. Segundo tais autores, a crença do capitalismo como única fonte de progresso e a idéia que capitalismo avançado significa indústria são fatores que se destacam na conversão da industrialização no ponto central do debate intelectual.

Até a década de 1930, como explica Labatut (1994), o Brasil sofreu um processo de crescimento para dentro, ou um expansionismo do mercado interno, o qual dependia do sucesso das exportações dos produtos primários. A crise internacional de 1929⁵², as baixas nos preços mundiais de produtos de exportação, a escassez de divisas contraindo as importações e o crescente aumento da demanda – tudo isso representando verdadeiros desafios para os formuladores de política comercial, como explica Cervo (1997) - fizeram surgir a necessidade de se

⁵² A crise de 1929 iniciou-se em um contexto americano de grande produtividade agrícola e industrial, advinda do período da I Guerra Mundial, e de ausência de consumidores internos e externos – caracterizando, a princípio, uma crise de superprodução. Em meio a essa crise, o preço das ações americanas começou a cair, provocando, posteriormente, a quebra ou o *crash* da Bolsa de New York, momento de eclosão da crise de 1929. Seus impactos foram observados em vários países, inclusive no Brasil.

produzir internamente aquilo que não podia ser importado. Esse período é considerado, de fato, o marco inicial do apoio à indústria, e representou, portanto, um novo momento para o país. A determinação de promover o crescimento das indústrias como opção política resultou de percepções de interesses da sociedade e teve como principal instrumento de proteção à produção a política cambial. O que se observou, ao final da década, foi um forte crescimento da produção industrial brasileira.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), o crescimento industrial do país viria a sofrer algumas limitações advindas das dificuldades de se importar bens de capital e matérias-primas essenciais. Além disso, os níveis de proteção às indústrias foram reduzidos, como explicam Baumann et. al. (1998), pelo congelamento da taxa de câmbio e a deterioração das tarifas aduaneiras, como consequência da forte inflação do período. Ao fim da Guerra, o país possuía grandes reservas cambiais e uma moeda sobrevalorizada, mantendo uma economia aberta, com o câmbio livre e baixas alíquotas tarifárias. O resultado foi uma rápida deterioração das reservas que, em pouco mais de um ano, viriam a desaparecer, fazendo com que a política comercial brasileira tomasse rumos diferentes.

Com vistas no enfrentamento da crise cambial, e sem que uma desvalorização da moeda realimentasse as pressões inflacionárias, é implantado, em 1947, um sistema de controle de importações para fazer face ao déficit do comércio exterior, a ele agregado um novo regime de câmbio com licença prévia. De acordo com Oliveira (1993), o sistema de controle quantitativo sobre as compras externas obteve impactos positivos sobre a substituição de importações, mantendo uma taxa cambial sobrevalorizada e privilegiando as compras de insumos e equipamentos necessários à continuidade da industrialização⁵³. Labatut (1994) explica, porém, que tal política não gerou o desejado alívio cambial. Contribuiu, de um lado, para modificar a composição das importações, tornando mais crítica a dependência externa de matérias-primas necessárias ao funcionamento das indústrias. Do outro, não gerou receita compensatória de exportação, já que grande parte da produção era consumida pelo próprio mercado interno em franca expansão. Soma-se a isso, como explicam Baumann et. al. (op.cit.), a falta de produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira na década de 1950, resultado da

ausência de uma política de promoção das exportações.

Em 1957, o governo brasileiro implantaria uma política protecionista com o objetivo explícito de estimular a industrialização brasileira. Dentre as principais medidas adotadas estão a criação da Lei de Tarifas, que substituiu as tarifas específicas por tarifas *ad valorem*; a manutenção do subsídio à importação de bens de capital e insumos básicos; e a atração do capital estrangeiro pelo tratamento cambial favorecido⁵⁴. Após um período de rápido crescimento e montagem de importantes segmentos da indústria, dessa vez sob explícita política de substituição de importações, a crise do início da década de 1960 viria a marcar novas alterações na política cambial⁵⁵. Como explica Oliveira (1993), a continuidade da industrialização passou a exigir a superação dos problemas relacionados ao estancamento do investimento direto estrangeiro, à inflação crescente e à incapacidade das exportações gerarem divisas nos montantes requeridos. A constante sobrevalorização da moeda, desestimulando as exportações, e o atraso na substituição de importações de bens de capital e insumos básicos⁵⁶ eram, segundo Baumann et. al. (1998), outros dois importantes problemas a serem superados.

O ano de 1964 significou o início de um novo regime político no país e foi marcado, essencialmente, por uma relativa abertura na política comercial brasileira. Dentre as principais mudanças, destacam-se, além da reforma tributária, as alterações na política cambial, o estímulo à entrada de capitais estrangeiros, a introdução de incentivos aos exportadores e a liberalização progressiva do regime de importações. De acordo com Baumann et. al. (1998), uma razoável liberalização das importações deu-se pela redução dos níveis tarifários e pela concessão de algumas isenções tarifárias, tanto para insumos e bens de capital, como para regimes especiais, tais como o *drawback*⁵⁷. A política cambial e de estímulo às

⁵³ A sobrevalorização cambial, na segunda metade dos anos 1940, representou um imposto sobre os exportadores, em favor da substituição de importações (OLIVEIRA, 1993, p. 8).

⁵⁴ Tal favorecimento incluía, de acordo com Baumann et. al. (1998), a liberdade cambial para transações financeiras e a importação de equipamentos sem cobertura cambial.

⁵⁵ Oliveira (1993) ressalta que a reforma não objetivava aprofundar a industrialização por substituição de importações, mas visava torná-la apenas mais eficiente; assim como não se cogitava a implantação de um modelo exportador: tratava-se apenas de incentivar as exportações para elevar a capacidade de importação do país.

⁵⁶ Segundo Suzigan (1975, p. 454, apud BAUMANN et. al., 1998, p. 103), o subsídio cambial à importação desses bens, que favoreceu a formação de capital na indústria, contribuiu para atrasar o desenvolvimento da produção interna dos mesmos.

⁵⁷ O *drawback* é um incentivo à exportação que compreende a suspensão, isenção ou restituição dos tributos incidentes na importação de mercadorias utilizadas na industrialização de produto exportado ou a exportar. (BRASIL, MDIC, 2009).

exportações permitiu o acelerado crescimento das vendas externas e, particularmente, ainda de acordo com os autores, foi capaz de produzir o crescimento das exportações industriais. Destarte, a reorientação dessa política de comércio exterior brasileira que se estendeu até 1973 ocasionou impactos efetivamente positivos sobre os fluxos de importações e exportações realizadas pelo país.

Nos anos que se estenderam entre 1974 a 1980, o expressivo aumento do preço do petróleo e a recessão mundial que se seguiu afetaram profundamente as contas externas brasileiras, ocasionando um relativo fechamento comercial do país durante o período. As medidas adotadas durante a crise foram, segundo Baumann et. al. (1998), na tentativa de sustentar as taxas de crescimento da economia e os níveis de investimento industrial, por meio do endividamento externo, da elevação de tarifas e de maiores restrições quantitativas às importações. A política cambial caracterizou-se por um sistema de minidesvalorizações e manteve, notadamente, relativa estabilidade. Não obstante, a queda das exportações e a perda de competitividade dos produtos brasileiros contribuiriam para a piora da balança comercial⁵⁸. Para tanto, como explica Oliveira (1994), o país adotou subsídios e incentivos às exportações e restrições às importações. A aceleração inflacionária⁵⁹ em 1979, durante a segunda crise mundial do petróleo, faria com que novas medidas relativas ao comércio exterior fossem tomadas. Dentre elas destacam-se a desvalorização cambial, a eliminação de subsídios às exportações, a adoção de políticas restritivas fiscais e monetárias domésticas e uma maior restrição às importações, para que os superávits comerciais fizessem face ao crescente serviço da dívida externa. (BAUMANN et. al. 1998).

Em face da crise do setor externo, as políticas brasileiras na década de 1980 resumiram-se em políticas restritivas fiscais e monetárias e um maior fechamento comercial para produtos estrangeiros. Segundo Souza et. al. (2003), o país deveria enfrentá-la com uma política cambial ativa de desvalorização da moeda e uma política comercial de represamento das importações. Como explicam

⁵⁸ A balança comercial é definida como a diferença existente entre o valor total de exportações menos o valor total de importações que são realizadas por um país. Se seu saldo é positivo, tem-se um superávit comercial; do contrário, observa-se um déficit comercial.

⁵⁹ A inflação equivale ao aumento no nível geral de preços, ou ainda, a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. Seu oposto é chamado de deflação. Quando a inflação chega a zero, diz-se que houve uma estabilidade dos preços.

Baumann et. al. (op. cit.), a política de minidesvalorizações⁶⁰ sofreu várias descontinuidades durante o período, em tentativas fracassadas de combater a inflação. A crescente dívida e a exaustão de fontes para financiamentos tornaram necessária a obtenção de superávits comerciais, os quais dependiam de fortes medidas de controle de importação. Dentre elas estavam a suspensão temporária da importação de uma série de produtos, a exigência de financiamento externo das importações e o estabelecimento de programas de importações, por meio dos quais se tinha um controle dos níveis de importações anuais por parte das empresas.

A reforma tarifária implantada no país em 1988 foi o marco inicial de um amplo processo de liberalização comercial. Essa liberalização, segundo Baumann et. al. (op. cit.), fazia parte da chamada Nova Política Industrial, que tinha por objetivo a modernização e o aumento da competitividade do parque industrial, por meio, principalmente, da concessão de benefícios fiscais, tais como a isenção de impostos de importação. A reforma tarifária, de acordo com Oliveira (1994), implicou, portanto, uma redução das tarifas nominais e propiciou uma simplificação e consolidação dos regimes de tarifação de bens importados⁶¹. Tais medidas foram de suma importância para a política comercial brasileira e antecederam o programa de abertura comercial de 1990. Essa reorientação na política de comércio exterior do Brasil, de inserção liberal, com algumas mudanças relativas às políticas econômico-comerciais, se estenderia no país até os dias de hoje.

Após uma síntese histórica das políticas comerciais brasileiras, serão analisadas adiante as políticas fiscal e aduaneira implantadas no país entre os anos de 1990 e 2002, visando identificar, no terceiro capítulo, se, durante o período em questão, elas contribuíram para a estabilização da economia brasileira.

⁶⁰ Tal política tinha sido, anteriormente, de grande importância na redução da instabilidade na área cambial.

⁶¹ De acordo com Baumann et. al. (1998), houve uma redução expressiva das alíquotas e de parte dos regimes especiais de importação, preservando somente àqueles vinculados à exportação. O rígido sistema de restrições não-tarifárias vigente desde 1974, segundo os autores, foi mantido relativamente intocado.

2.2 POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE OS ANOS 1990 E 2002

A década de 1990 significou um novo momento para a política econômico-comercial do Brasil – foi o marco inicial do paradigma de inserção liberal. Caracterizou-se por uma disposição na liberalização do comércio e na abertura da economia, incluindo uma maior preocupação com a inserção do país no cenário internacional. Do ponto de vista político, como expõem Mendes e Teixeira (1994), constituiu uma fase de transição para um modelo de crescimento e desenvolvimento para o país.

2.2.1 Contexto Internacional

Com o fim da Guerra Fria⁶² (1989), novos países ganham espaço e visibilidade no sistema internacional. As relações comerciais ocorrem no contexto de uma nova ordenação da economia mundial. Livre comércio e multilateralismo ditam a inserção dos países na economia internacional.

Nesse contexto, em substituição ao GATT (1947), é criada, em 1995, a Organização Mundial do Comércio - OMC, organismo multilateral responsável pela regulamentação do comércio internacional. Junto à criação do órgão, segue uma série de adoções de acordos multilaterais entre os países, assim como a criação de zonas de livre comércio e blocos econômicos regionais.

Os anos 1990 registram ainda uma série de crises econômicas internacionais. Dentre elas destacam-se a crise monetária da Europa (1992-93), a crise do México (1994), a dos Tigres Asiáticos (1996), a do Japão (1997) e a crise Russa (1998). Cabe lembrar que, até então, existiam fortes vestígios nas economias atingidas pelas crises da década de 1980. Nesse sentido, com o objetivo de recuperar tais economias, em especial da América Latina, o Fundo Monetário Internacional – FMI recomenda então a adoção do *Consenso de Washington*, conjunto de medidas neoliberais que pregava a desregulamentação da economia, a liberdade de circulação, a isenção fiscal do capital financeiro em nível mundial e uma

⁶² Confronto político, econômico e ideológico entre os Estados Unidos, capitalista, e a União Soviética, comunista. Caracterizou-se essencialmente pela corrida armamentista e pelo envolvimento em conflitos locais.

participação mínima do Estado⁶³. Seus critérios eram baseados, segundo Giambiagi e Moreira (2000), na disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma fiscal, liberalização do financiamento, unificação da taxa de câmbio em níveis competitivos, liberalização comercial, abolição de barreiras ao investimento externo direto, privatização, desregulamentação e garantia do direito de propriedade.

A interação comercial brasileira ocorre em um contexto de uma intensa globalização financeira e comercial que, aliada ao regionalismo, oferece maior alcance e inserção internacional para a nação. É nesse sentido que o país adota, no decorrer dessa década, políticas de modernização da economia, da produção nacional, da criação e aperfeiçoamento de um bloco econômico regional (MERCOSUL) e de intensificação dos fluxos comerciais, inclusive com redução de tarifas de importação e reformulação dos incentivos à exportação.

2.2.2 Políticas Econômicas

Os profundos desequilíbrios macroeconômicos herdados da década de 1980, como explica Carvalho (2007), tornaram mais intensa a percepção de que era necessário mudanças na política econômica brasileira. Nesse contexto, como mencionado anteriormente, iniciou-se, pois, um amplo processo de reforma econômica, caracterizada pela liberalização financeira e abertura da economia, tanto para os fluxos comerciais quanto para os fluxos de capitais. Foi criado, ainda, um extenso programa de privatizações e uma profunda desregulamentação da economia, minimizando o papel central do Estado na promoção do crescimento nacional⁶⁴.

Destaca-se, no período, como expõem Baumann et. al. (1998), o crescimento das importações e exportações – estas, porém, a um ritmo bem menor, o que se expressa na transição dos mega-superávits para déficits comerciais a partir de 1995 –, incluindo ainda mudanças quanto aos investimentos externos diretos – IED. “A disponibilidade de liquidez em nível mundial permitiu à economia brasileira atrair tal entrada de capital, a partir da liberalização, mediante oferta de um

⁶³ Com suas iniciativas pró-mercado, o *Consenso de Washington* ajudaria os países a se ajustarem diante da crise externa dos anos 1980.

⁶⁴ A reforma dos anos 1990 redefiniu o papel do Estado e fortaleceu o mercado na definição da alocação de recursos. As forças de mercado, funcionando livremente, por si só levariam ao crescimento econômico. Ao Estado caberia apenas a manutenção da estabilidade macroeconômica.

diferencial de taxas de juros em relação ao exterior”. (BAUMANN et. al., 1998, p. 267).

A transição da economia brasileira, de um relativo fechamento ao mercado externo para uma maior exposição aos fluxos de comércio, como expõe Oliveira (1994), envolveria transformações significativas na estrutura produtiva interna do país. Dentre os principais obstáculos à abertura comercial, de acordo com o autor, estavam a *competitividade sistêmica*, a *crise de estabilização*, e o *desenho da política de abertura comercial*.

Segundo Oliveira (op. cit), do ponto de vista da *competitividade sistêmica*, mesmo os segmentos competitivos internacionalmente ressentem-se de um ambiente favorável à concorrência em nível mundial. No curto prazo, o Estado precisaria aparelhar-se para prover serviços de apoio de maneira rápida e envolvendo o mínimo de burocracia, o que exigiria uma reforma desregulamentadora. No médio prazo, era preciso superar as deficiências de infraestrutura e energia, que por sua vez, dependeriam do sucesso do processo de privatização. No longo prazo, era necessária a diminuição dos atrasos tecnológicos e educacionais.

A abertura comercial em um contexto de *crise de estabilização* e de renegociação do débito externo lograria o maior desafio à economia brasileira: a desorganização do sistema de preços, segundo o autor, colaria dificuldades aos esforços competitivos da indústria. Além disso, a inflação acentuaria as desvantagens comparativas em setores como os de bens de capital, onde o ciclo produtivo é tipicamente mais elevado. Do outro lado, o sucesso da abertura comercial dependia de uma regulamentação das relações do país com a comunidade financeira internacional, que poderia possibilitar ganhos indiretos para o país. Por fim, era preciso estimular o investimento, tendo em vista que a repercussão da instabilidade macroeconômica sobre aquele, nos anos 1980, sugeria um risco à abertura comercial com uma taxa de investimento excessivamente baixa.

Um dos maiores problemas da política macroeconômica, até o período em questão, estaria, segundo Oliveira (op. cit.), na combinação inadequada das políticas fiscais e monetárias, a qual implicaria juros altos e conseqüente apreciação do câmbio. A questão da *condução da política cambial* refere-se tanto ao nível da taxa de câmbio quanto a sua volatilidade. A apreciação do câmbio, de acordo com o

autor, seria indesejável em um momento de abertura da economia, elevando a participação dos fluxos de comércio como percentual do PIB. Sua volatilidade, por outro lado, agrava a instabilidade estrutural decorrente do risco de restrição cambial, factível com o problema da dívida externa.

2.2.2.1 *As Reformas Econômicas*

A década de 1990 iniciou-se com uma preocupação básica advinda da década anterior: o combate à inflação. A busca pela estabilidade e pela baixa dos preços foram metas de diferentes governos brasileiros nas últimas décadas (SOUZA, et. al., 2003). Como explicam Gremaud et. al. (2007), a experiência proporcionada pelos diversos planos heterodoxos e o aprendizado com seus insucessos levaram ao aparecimento de novos diagnósticos sobre a natureza da inflação brasileira e as causas de fracasso das tentativas de estabilização até então implementadas. Soma-se ao diagnóstico tradicional do descontrole monetário e fiscal a elevada e crescente liquidez dos haveres financeiros não monetários.

Com o objetivo de romper com a indexação da economia da década de 1980, o país adotou então, no início da década de 1990, um plano de reformas monetária, fiscal e administrativa⁶⁵.

Como explicam Gremaud et. al. (op. cit.), a reforma monetária centrou-se basicamente na drástica redução da liquidez da economia, visando com isso evitar as pressões de consumo e retomar a capacidade do Banco Central de fazer política monetária ativa. O impacto imediato foi uma grande desestruturação em termos de emprego e produção, provocando uma retração no PIB de 8% no segundo semestre de 1990.

A reforma fiscal, de acordo com o autor, tinha por objetivo a promoção de um ajuste fiscal na ordem de 10% do PIB, eliminando um déficit projetado de 8% (1989) e gerando 2% de superávit (1990). Esse ajuste seria feito por uma série de medidas, entre elas: a redução do custo de rolagem da dívida externa; a suspensão dos subsídios, incentivos fiscais e isenções; a ampliação da base tributária e do setor exportador, entre outros. A resposta dessa reforma foi um superávit primário de 1,2% do PIB. Gremaud et. al. (op. cit.) ressaltam, porém, que tal índice foi, em

⁶⁵ Esse plano de reformas monetária, fiscal e administrativa ficou conhecido como Plano Collor I.

grande parte, resultado do imposto extraordinário (IOF) e da redução dos gastos com a rolagem da dívida pública.

Por fim, a reforma administrativa tinha por objetivo o aumento da eficiência da administração no setor público e a redução de gastos, com programas de privatizações, melhorias dos instrumentos de fiscalização e maior controle sobre os bancos. O programa de privatização, bastante controverso, foi alvo de muitas críticas, principalmente quanto aos ativos que seriam aceitos como pagamento.

Destacam-se ainda, de acordo com Gremaud et. al. (2007), outras importantes medidas adotadas durante o período: a mudança do regime cambial para um sistema de taxas flutuantes, definidas livremente no mercado; e a mudança na política comercial, dando início ao processo de liberalização do comércio exterior, com uma redução qualitativa das tarifas de importação de uma média de 40% para menos de 20% em quatro anos. Soma-se a essas medidas voltadas para o setor externo, a eliminação dos incentivos às exportações, com o objetivo principal de diminuir os gastos públicos – servindo assim como um instrumento de política fiscal. A aceleração inflacionária no segundo semestre de 1990, os menores incentivos às exportações e a maior facilidade às importações, entre outros fatores, contribuíram significativamente para a deterioração do saldo da balança comercial do período. A ausência de fluxo de capitais que possibilitasse a manutenção de um déficit em transações correntes, como expõem Gremaud et. al. (op. cit.), forçou o Banco Central a investir no mercado cambial, desvalorizando a moeda e contribuindo para aumentar ainda mais o processo inflacionário.

Frente ao fracasso do primeiro plano de reformas da década de 1990, é lançado, já em 1991, um processo de reforma financeira⁶⁶, visando eliminar o *overnight*⁶⁷ e outras formas de indexação e um congelamento de preços e salários. O resultado foi outro plano fracassado. O país não conseguiu reduzir a inflação e ainda teve seu desempenho fiscal comprometido pela baixa arrecadação e pelas elevadas taxas de juros. Por outro lado, essas taxas de juros, promovidas com uma política cambial definida de manutenção da taxa de câmbio real, aliadas à abertura financeira e ao excesso de liquidez internacional, promoveu uma grande entrada de capital externo no país e a conseqüente elevação das reservas, promovendo, de acordo com Gremaud et. al. (op. cit.), certo alívio do ponto de vista externo.

⁶⁶ Esse plano de reforma financeira ficou conhecido como Plano Collor II.

Internamente, a entrada de recursos externos pressionava a expansão monetária, fazendo que o país recorresse à esterilização por meio das operações de mercado aberto com o lançamento de títulos públicos para impedir a valorização da taxa de câmbio real. Como resultado, houve uma profunda ampliação da dívida pública.

Embora o período de 1990-93 tenha sido marcado por uma profunda instabilidade econômica, trouxe à tona, segundo Gremaud et. al. (2007), a discussão sobre privatização e a mudança na estratégia de comércio exterior – com a liberalização das importações –, além da volta do fluxo de recursos externos ao país. Ao longo de 1993 a 1994, o fluxo de capitais para a economia brasileira cresceu significativamente. De acordo com Gremaud et. al. (op. cit), até julho de 1994, a política econômica foi preparando as condições para a implantação de um novo plano de combate à inflação.

2.2.2.2 O Plano Real e a Âncora Cambial

Após várias tentativas fracassadas de combate à inflação, é implantado no país, a partir do final de 1993, o Plano Real, que surge em um contexto diferente dos anteriores: o país possuía um significativo volume de reservas internacionais; tinha uma economia mais exposta à concorrência – devida ao processo de abertura comercial –, limitando assim a capacidade do aumento dos preços; além de uma inserção internacional distinta da vigente nos planos anteriores. Segundo Zini Jr. (1996), o Plano Real foi uma tentativa engenhosa de romper com a inércia inflacionária sem o uso do controle de preços e salários. Para Corazza, significou, na realidade, uma estratégia muito arriscada de estabilização e crescimento com base no ingresso de capitais voláteis.

A idéia básica do Plano, como explica Zini Jr. (op. cit.), era a introdução de uma nova moeda com paridade fixa ao dólar. Franco (1998, apud Corazza), resume a ideologia do Plano Real relativo ao novo modelo de desenvolvimento decorrente da nova inserção externa da economia brasileira. Essa nova inserção faria crescer a produtividade, elevaria os salários e os lucros e substituiria o investimento público

⁶⁷ Taxa de juros dos títulos do governo, cuja remuneração era diária.

pelo privado, especialmente o estrangeiro⁶⁸. Dentre as principais características do plano de estabilização estavam a sua aplicação gradual, com uma substituição natural de moedas, e uma preocupação com os desequilíbrios existentes na economia.

De acordo com Gremaud et. al. (2007), o Plano Real dividiu o ataque inflacionário em três fases: (1) ajuste fiscal; (2) indexação completa da economia – Unidade Real de Valor; e a (3) reforma monetária – transformação da URV em reais (R\$).

(1) O ajuste fiscal objetivava equacionar o desequilíbrio orçamentário da economia brasileira, evitando, pois, as pressões inflacionárias. Baseou-se, segundo Gramaud et. al. (op. cit), em três elementos básicos: corte de despesas, aumento dos impostos e diminuição nas transferências do governo federal. Para tanto, seguiu-se assim com a implementação de três medidas básicas.

- a. O *Plano de Ação Imediata (PAI)*, lançado em meados de 1993, determinava um corte de gastos no valor de US\$ 7 bilhões concentrados nas despesas de investimento e pessoal.
- b. A criação de um novo imposto, de caráter temporário, sobre as movimentações financeiras, o *Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF)*, com uma alíquota de 0,25% sobre o valor de toda operação, gerou uma série de vantagens para o governo, que não precisava compartilhar o imposto com outras esferas, tinha uma real facilidade em seu recolhimento e uma ampla base tributária.
- c. Por fim, houve a criação do *Fundo Social de Emergência (FSE)*, alimentado por 15% da arrecadação de todos os impostos. O FSE ampliava os recursos livres à disposição do governo federal.

Gremaud et. al. (op. cit.) ressaltam que todas essas medidas tinham caráter temporário. Durante sua vigência o governo deveria fazer os ajustes e reformas necessários.

⁶⁸ De acordo com Corazza, a idéia era a de que todos os problemas e mazelas associados ao modelo anterior seriam superados a partir da abertura operada pelas forças de mercado.

- (2) Para indexar a economia – corrigir os desequilíbrios de preços relativos –, por meio da simulação de uma hiperinflação, é criado, no primeiro semestre de 1994, a *Unidade Real de Valor (URV)*, cujo valor na moeda vigente até então, o cruzeiro, seria corrigido diariamente pela taxa de inflação. A URV passaria a funcionar como unidade de conta no sistema e manteria uma paridade fixa com o dólar. Seu valor seria, portanto, a própria taxa de câmbio. Gremaud et. al. (2007) sintetizam esse processo como um sistema bimonetário, em que a URV funcionava como unidade de conta, expressando o preço das mercadorias. As transações eram liquidadas em cruzeiro real: no momento da transação convertia-se o preço da mercadoria expresso em URV em CR\$ pela cotação do dia da URV. Isso fazia com que a inflação persistisse no CR\$, mas não na unidade de conta, que tinha seu valor corrigido pela própria inflação da moeda ruim⁶⁹.
- (3) Com a conversão de praticamente todos os preços em URV, iniciou-se a reforma monetária com a implantação do Real, cujo valor era igual ao da URV do dia. Todos os preços em CR\$ foram convertidos em R\$, dividindo-se pelo valor da URV do dia “D”. A conversão, em um primeiro momento, impulsionou a pressão inflacionária na tentativa de um aumento de preços que, por falta de condições de sustentação dos mesmos, não perdurou por muito tempo.

Dentre outras importantes medidas adotadas no Plano Real, cabe ressaltar a adoção da (4) âncora monetária – controle da demanda e da expansão monetária, limitando a capacidade do repasse de custos para os preços – e da (5) âncora cambial – câmbio flutuante e valorização da taxa de câmbio, travando os preços internos devido ao fato das importações se tornarem atrativas.

- (4) O sucesso do Plano Real, de acordo com Gremaud et. al. (2007), estava vinculado à capacidade de impedir que os choques se transformassem em processo inflacionário. Para tanto, o governo anunciou metas de

⁶⁹ Gremaud et. al. (op. cit.) explicam que, como existe uma defasagem no cálculo da inflação, caso ela tivesse se acelerado, haveria um resíduo inflacionário mesmo nesta unidade de conta.

expansão monetárias bastante restritivas, restringiu operações de crédito e impôs depósito compulsório de 100% sobre as captações adicionais do sistema financeiro. A política econômica tentaria controlar a demanda e desestimular processos especulativos, mantendo as taxas de juros elevadas.

- (5) Quando o Plano Real foi lançado, o país possuía um grande volume de reservas internacionais. Segundo Gremaud et. al. (2007), a manutenção de taxas de juros elevadas, aliada à continuidade da liquidez internacional, fez com que os fluxos de capitais externos se mantivessem. Em contrapartida, o governo deixaria o câmbio flutuar, provocando uma valorização do mesmo, ao passo em que, com uma economia aberta e um volume significativo de reservas, as importações se tornaram atrativas, travando assim os preços internos e as possibilidades de propagação de choques⁷⁰.

A estratégia de estabilização brasileira, segundo Gremaud et. al. (op. cit), não se diferenciou significativamente da adotada em outros países da América Latina. O instrumento utilizado para estabilizar as economias, de uma forma geral, foi a utilização de uma reforma monetária, em que a nova moeda tinha uma taxa de câmbio fixa com o dólar. Nesse sentido, a âncora cambial foi o principal instrumento para forçar a estabilização nacional.

2.2.2.3 Impactos e Problemas do Plano Real

Dentre os principais impactos do Plano Real para a economia brasileira estão a rápida queda da taxa de inflação, que manteve uma taxa decrescente durante toda a década; o crescimento da demanda e da atividade econômica; e a valorização cambial.

⁷⁰ As importações se tornaram atrativas não só pela valorização cambial, como também pela eliminação de restrições não-tarifárias e a redução gradual de alíquotas de importação. Com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum – TEC, no âmbito do MERCOSUL, como explica Maia, K. (2001), alguns setores apresentaram, por exemplo, consideráveis quedas em suas tarifas de importação.

O crescimento da demanda e da atividade econômica, em contraposição àquilo que se objetivava com a implementação da âncora monetária, ocorreu, com expõem Gremaud et. al. (2007), por diversos fatores. O aumento da demanda foi traduzido pelo aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda – provocado pela ausência do imposto inflacionário –, traduzindo uma pressão sobre a demanda; pela recomposição dos mecanismos de crédito na economia, derivados da queda da inflação e sua estabilidade; e pela ampliação dos investimentos por parte das empresas, pelo próprio crescimento da demanda e pela maior disponibilidade de crédito. Essa ampliação dos investimentos das empresas seria a própria razão da expansão da atividade econômica, em que a produção industrial foi impulsionada pela crescente demanda.

Outra consequência do Plano Real, como explicam Gremaud et. al. (op. cit.), foi a valorização cambial. Todos os países que utilizavam a taxa de câmbio para a estabilização sofreram valorizações cambiais devido à inflação residual não passada ao câmbio no momento seguinte. A possibilidade de importação, com a folga cambial e a manutenção da taxa de câmbio, ainda de acordo com os autores, forçou os preços internos a acomodarem-se aos internacionais⁷¹. De acordo com Baumann et. al. (1998, p. 267):

Essa valorização, em um contexto de abertura comercial e sem a ‘camisa-de-força’ das metas quanto ao saldo comercial, implicou forte pressão para baixo sobre os preços dos bens comercializáveis, revertendo a tendência altista característica do período anterior. A contrapartida foi uma aceleração no crescimento das importações, em função da taxa valorizada de câmbio real e do efeito termos-de-troca desta taxa cambial sobre o poder de compra dos residentes, um efeito inverso ao das desvalorizações típicas dos ajustes comerciais.

No que tange ao comércio exterior, a valorização cambial, somada à demanda aquecida, levariam ao aparecimento de déficits na balança comercial em 1995, como consequência do aumento das importações e do fraco desempenho das exportações. Gremaud et. al. (op. cit.) explicam que os superávits da balança comercial eram utilizados para compensar os déficits da balança de serviços,

⁷¹ Gremaud et. al. (op. cit., p. 480) explicam que a valorização da taxa real de câmbio no Brasil não se deu apenas em função da inflação residual. A política cambial serviu para aprofundar a ancoragem dos preços. “(...) com a valorização cambial, a abertura comercial e o volume significativo de reservas, criou-se uma camisa de força para os preços internos, podendo-se dizer que o Brasil adotou nesse período uma espécie de superâncora cambial”.

mantendo um saldo equilibrado em transações correntes. Os autores explicam ainda que, a curto prazo, isso não seria um problema para a economia do país enquanto tivesse reservas suficientes para seu financiamento. O país deveria, pois, ao longo do tempo, deveria encontrar meios para aumentar sua competitividade e gerar reservas para pagamentos futuros.

Visando o controle dos déficits em transações correntes, o governo adotou uma série de medidas voltadas principalmente para a restrição do crédito interno. Ademais, houve a implantação de restrições à entrada do capital estrangeiro. A queda das reservas internacionais mostra a determinação do Banco Central em evitar a desvalorização cambial. Sem alterar o câmbio e com a economia aquecida no final de 1994, manteve-se o déficit em transações correntes. Segundo Gremaud et. al. (2007, p. 484):

A crise mexicana⁷² foi o primeiro grande teste à estratégia implementada no Plano Real. Tornou-se claro no início de 1995 que não se poderia deteriorar ainda mais as contas externas. Isto é, a política econômica não poderia perder o controle sobre a inflação, mas teria também que cuidar da situação externa, para impedir uma crise cambial. Pode-se dizer que, nesse momento, encerrava-se a primeira fase da condução do Plano Real, e inaugurava-se a segunda fase.

2.2.2.4 A Segunda Fase do Plano Real

A solução encontrada pelo governo diante da perda de reservas que vinha sofrendo foi a ampliação do controle sobre a demanda interna, através das restrições ao crédito e da elevação da taxa de juros, o que, por outro lado, contribuía para a atração de investimentos externos. Além disso, o governo promoveu pequenas desvalorizações da taxa de câmbio e buscou incentivos para estimular os exportadores. Em um caminho controverso, observou-se um retrocesso no processo de abertura comercial, com a elevação de tarifas de uma série de produtos.

O principal instrumento brasileiro nesse período, segundo Gremaud et. al. (op. cit.), passou a ser a política monetária, buscando conter a demanda, administrar a taxa de juros e manter o país atraente ao capital estrangeiro como forma de

⁷² O quadro político conturbado de 1994 e os profundos desequilíbrios macroeconômicos, serviram de especulação aos investidores estrangeiros, que passaram a apostar na desvalorização da moeda, provocando um ataque contra ela. O governo foi obrigado a deixar a moeda desvalorizar e recorrer ao FMI e outros governos para atender a fuga de recursos. (GREMAUD et. al., 2007, p. 484).

financiar os déficits comerciais. A elevação da taxa de juros, fez com que as reservas aumentassem rapidamente. No entanto, a política adotada, de acordo com Gremaud et. al. (2007), trouxe uma série de conseqüências para a economia.

As políticas adotadas nesse período e a reversão das expectativas dos agentes fizeram, pois, com que houvesse uma grande retração na atividade econômica no segundo semestre de 1995. Como explicam Gremaud et. al. (op. cit., p. 486):

Como grande parte da expansão anterior tinha se dado com base no crédito e a retração se deu antes que os investimentos anteriores tivessem maturado, verificou-se um grande aumento na taxa de inadimplência na economia, o que acabou provocando uma crise financeira. (...) além da inadimplência das empresas, verificou-se também o aumento da inadimplência dos consumidores, que tomaram recursos emprestados a uma alta taxa de juros em um contexto em que os salários estavam deixando de ser indexados.

A manutenção do câmbio sobrevalorizado em 1995 significou a ampliação do endividamento externo, um aumento significativo da dívida pública e o retardamento do crescimento. O comércio exterior adquiriu, segundo Cervo (2003, p. 7), uma função de variável dependente da estabilidade de preços, perdendo o caráter de instrumento estratégico de desenvolvimento. Como expõe o autor:

O comércio exterior sacrificou as duas funções históricas que preenchia, por um lado, a de promotor da produção interna como um todo ou de setores específicos que se pretendesse estimular e, por outro, a de promotor da formação de capital para fazer face aos serviços da dívida externa ou para investir. Reverteu a tradição de gerar superávit e agravou com seus efeitos o balanço de pagamentos. Depois de experimentar esses efeitos nocivos da política de comércio exterior, [o país] ensaiou uma correção a partir da crise financeira de 1999.

A grande perda de reservas, o quadro recessivo, a deterioração do saldo em conta corrente, a elevação da dívida pública em relação ao PIB, dentre outros fatores, contribuíram, segundo Gremaud et. al. (op. cit.), para a mudança cambial em meados de 1998.

2.2.2.5 O Plano Real e o Câmbio Flutuante

No final de 1998 e início de 1999, houve um aceleração da saída de capitais, ao passo em que o volume das reservas diminuía cada vez mais. Nesse contexto, era necessário que se fizesse reformulações no câmbio ou reformas cambiais. Em 1999, o país adota o sistema de taxas flutuantes, com uma desvalorização nominal na ordem de 70% nos primeiros meses. Segundo Gremaud et. al. (2007), tendo em vista a experiência de crises econômicas observadas em todos os países que passaram por problemas cambiais, o desempenho da economia brasileira em 1999 pode ser considerado satisfatório, tendo em vista a magnitude da mudança cambial ocorrida.

Como explicam os autores, para evitar que a pressão cambial se transformasse em processo inflacionário, o país adotou uma política bastante restritiva, com a criação do Comitê de Política Monetária – COPOM, estipulando uma meta para a taxa de juros de 45% a.a.. Essa elevada taxa de juros tinha como objetivo conter a saída de recursos e diminuir o processo especulativo em torno da taxa de câmbio, estabilizando seu valor.

Em um primeiro momento, após a mudança cambial, a inflação teve uma elevação significativa – ficando, entretanto, abaixo da taxa de variação cambial. Não muito demorou para que se observasse, de fato, a queda na taxa de inflação. Com o relativo controle inflacionário e a manutenção das taxas de juros elevadas, o processo de desvalorização da taxa de câmbio foi cessado. A moeda sofre uma pequena valorização, para, posteriormente, sofrer uma nova desvalorização, mantendo-se, pois, oscilante.

A adoção do sistema de câmbio flutuante e a perda da âncora cambial como referencial de preços, fez com que o Banco Central adotasse o *Sistema de Metas de Inflação*⁷³ como regra para a política monetária. Tal sistema, de acordo com Gremaud et. al. (op. cit.), contribuiu de maneira significativa para evitar que o choque cambial se transformasse em pressões inflacionárias e para manter a confiança dos indivíduos de que o governo estava comprometido com a estabilização da economia.

⁷³ Gremaud et. al. (op. cit.) explicam que por meio desse sistema, o Banco Central deve cumprir a meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, utilizando, para tanto, a taxa de juros, que, por meio de seus impactos sobre a demanda influencia a inflação.

O ano de 1999 significou uma reversão do desempenho fiscal do governo, que apresentou expressivos superávits primários, necessários para a absorção de choques na economia, a liberação da taxa de juros para o controle da inflação e a diminuição da dívida pública ao longo do tempo, diminuindo, entre outros, a volatilidade cambial e a taxa de juros de longo prazo, logo, permitindo a estabilização.

O bom desempenho fiscal do país durante o período deveu-se principalmente à redução dos gastos governamentais com juros e o aumento de sua arrecadação. De um lado, segundo Gremaud et. al. (2007), a desvalorização cambial retirou grande parte da incerteza cambial embutida na taxa de juros, fazendo com que ela diminuísse. Do outro, a criação da *Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF)*⁷⁴, além da extensão e do aumento percentual de outras contribuições, contribuíram significativamente para a elevação do resultado primário.

No que tange ao setor externo, a importância da desvalorização cambial estava na melhora das contas externas. Como expõem Gremaud et. al. (op.cit., p.501):

[O objetivo] era a reversão do déficit da balança comercial e a diminuição do déficit em transações correntes, fazendo com que o país precisasse capturar menos recursos no exterior, o que possibilitaria a redução das taxas de juros e a retomada do crescimento.

A reforma cambial de 1999 contribuiu para a rápida queda das importações, caracterizada pela sensibilidade à taxa de câmbio e pela contenção da demanda. Verificou-se, pois, uma redução de 27% (cerca de 9 bilhões) no déficit em transações correntes e uma queda de 5,2 bilhões no déficit da Balança Comercial. O fraco desempenho das exportações, segundo Gremaud et. al. (op. cit., p. 501), deveu-se a redução dos preços das principais *commodities* exportáveis em função da fraca demanda mundial, queda da atividade econômica na América Latina e incertezas por parte dos exportadores⁷⁵. Como explicam os autores:

⁷⁴ A CPMF foi criada em substituição ao IPMF, implantado logo no início do Plano Real, como pode ser visto na p. 56, como uma das tentativas de equilibrar o orçamento. A alíquota passaria de 0,25% (IPMF) para 0,38% (CPMF).

⁷⁵ De acordo com Gremaud et. al. (2007), o forte período de valorização da taxa de câmbio levou a uma destruição dos canais de comercialização. As incertezas em relação ao câmbio tornou o processo lento devido à demora maior na tomada de decisão.

(...) O forte período de valorização da taxa de câmbio levou a uma destruição dos canais de comercialização; isto, por si só, levaria a uma demora para a recuperação das exportações. Com as incertezas em relação à taxa de câmbio, esse processo tenderia a ser ainda mais lento, pois leva a uma demora maior na tomada de decisões.

Não demoraria muito, entretanto, para se observar a melhora no desempenho exportador do país. O ano de 2000, como explicam Gremaud et. al. (2007) apresentou a maior taxa de crescimento econômico do período (4,3%). Este foi impulsionado pelo elevado crescimento das exportações, como consequência da taxa de câmbio; pelos investimentos, que cresceram significativamente devido à queda da taxa de juros; e pelo consumo, que acompanhou o próprio crescimento econômico.

No ano seguinte, em 2001, já não se observou um bom desempenho econômico. O país cresceria 1,31%, cerca de apenas 30% do crescimento observado no ano anterior. Esse fraco desempenho seria explicado principalmente pelo choque externo, provocando profundas pressões cambiais e pela crise energética, provocando uma retração do consumo e do investimento. Como resultado, o país sofreria uma forte desvalorização cambial. As exportações, nesse sentido, continuaram a crescer, ultrapassando o volume do ano anterior. Em contrapartida, as pressões inflacionárias decorrentes da desvalorização cambial, como explicam Gremaud et. al. (op. cit.), forçou o governo a elevar a taxa de juros, retraindo o investimento. Como consequência, houve uma elevação da dívida pública e das pressões inflacionárias, baixa taxa de crescimento e elevada taxa de desemprego.

O país entra em 2002 com uma forte elevação do risco-país⁷⁶. O panorama econômico brasileiro, em continuação ao ano anterior, apresenta fuga de capitais, fortes pressões cambiais e inflacionárias – com conseqüente aumento da taxa de juros –, e deterioração da dívida pública. “Nesse contexto de profunda instabilidade, o investimento se retraiu ainda mais e o crescimento econômico se manteve

⁷⁶ O risco-país mede o grau de insegurança que um país representa para o investidor estrangeiro. Segundo Bresser-Pereira e Nakano (2002) é o diferencial de juros de um título do governo norte-americano e um título do governo brasileiro. Para se determinar o risco-Brasil em reais reduz-se da taxa estabelecida pelo Banco Central a taxa de inflação esperada, o risco de depreciação e a taxa de juros dos títulos do tesouro americano. Quanto maior é o risco-país, menor é a capacidade do país de atrair investimentos estrangeiros.

extremamente baixo". (GREMAUD et. al., 2007, p. 509). O setor exportador, por outro lado, manteve o crescimento com a desvalorização do câmbio, apresentando uma taxa de 3,7% quando comparado a 2001. Apesar desse desempenho, somado ao elevado superávit primário do período, o país não apresentou um bom desempenho em termos de crescimento econômico.

Grema.ud et. al. (op. cit., p. 510) sintetizam bem os dois períodos do Plano Real, marcados e/ou diferenciados entre si, em especial, pelos objetivos em torno da âncora cambial (1994-98) e do câmbio flutuante (1999):

[A primeira fase do Plano Real], com o objetivo principal de garantir a estabilização da economia, no que foi bem sucedido, centrou-se na valorização cambial, que acabou provocando um profundo desequilíbrio externo. Paralelamente, assistiu-se a uma profunda deterioração das contas públicas. A manutenção da valorização cambial acabou levando a baixas taxas de crescimento econômico pela necessidade de se manterem elevadas taxas de juros para atrair o capital estrangeiro. [A segunda fase] começou com uma crise cambial que levou a uma alteração completa da política macroeconômica: passou a se basear em câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Apesar da melhora do desempenho fiscal e do setor externo, o país continuou a apresentar baixas taxas de crescimento econômico. Quando o país parecia que ia entrar em uma trajetória sustentável de crescimento, crises externas e problemas de infra-estrutura voltaram a trazer à tona a fragilidade da economia brasileira.

2.2.3 Políticas Comerciais

Não há dúvidas de que as políticas econômica e comercial estão intrinsecamente ligadas entre si. As políticas de comércio exterior ou as diretrizes de política externa adotadas pelo país influenciam diretamente sua economia, do mesmo modo em que as políticas internas são capazes de ditar os rumos do comércio, a intensidade dos fluxos e o desempenho comercial do país.

Como visto, a política de comércio exterior do Brasil sofreu profundas alterações no início da década de 1990 com a abertura comercial e as reformas sofridas internamente. As alterações cambiais, a redução das tarifas e um aumento significativo das importações são algumas das principais mudanças em torno dessa nova ordem econômica. A seguir, é feita uma síntese das principais características e fatores relacionados com as políticas comerciais durante o período de 1990 a 2002.

1990 – 2002	POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
<p>Plano Collor I 1990-92</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mudança na política comercial, dando início ao processo de liberalização do comércio exterior; ✓ Transformação do regime cambial em um sistema de taxas flutuantes (definidas livremente pelo mercado); ✓ Eliminação das restrições não-tarifárias e redução gradual das alíquotas de importação; ✓ Facilitação no financiamento de produtos importados; ✓ Aumento significativo das importações; ✓ Eliminação dos incentivos às exportações; ✓ Ausência de fluxo de capital que possibilitasse a manutenção de um déficit em transações correntes; ✓ Deterioração do saldo da balança comercial.
<p>Plano Collor II 1991</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Abertura financeira do país frente ao excesso de liquidez internacional; ✓ Atração do capital externo provocado pelo aumento da taxa de juros; ✓ Elevação das reservas.
<p>Plano Real 1993-1994</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manutenção dos fluxos de capitais externos devido à taxa de juros elevada; ✓ Significativo volume de reservas; ✓ Flutuação do câmbio e sua valorização; ✓ Taxa de câmbio fixa com o dólar (âncora cambial); ✓ Atração das importações.

**Crise do Plano Real
1995-1998**

- ✓ Contínuos déficits comerciais a partir do final de 1994;
- ✓ Alteração na política comercial visando a redução dos déficits em conta corrente por meio da balança comercial;
- ✓ Aumento das tarifas de importação de alguns produtos;
- ✓ Menor autonomia no âmbito da política tarifária devido à TEC;
- ✓ Adoção de restrições não-tarifárias como meio de proteger os setores ameaçados da concorrência externa;
- ✓ Atração de investimentos externos como consequência da restrição à demanda interna por meio da elevação da taxa de juros;
- ✓ Promoção de pequenas desvalorizações da taxa de câmbio;
- ✓ Busca de incentivos para estimular os exportadores;

**Mudança Cambial
1999**

- ✓ Adoção de um sistema de taxas flutuantes;
- ✓ Desvalorização do câmbio nominal na ordem de 70% nos primeiros meses;
- ✓ Queda das importações;
- ✓ Diminuição do déficit da balança comercial;
- ✓ Diminuição do déficit em transações correntes;
- ✓ Fraco desempenho das exportações devido à queda nos preços das principais *commodities* exportáveis;

2000

- ✓ Desvalorização taxa de câmbio;
 - ✓ Crescimento das exportações - 14,7% ;
 - ✓ Crescimento das importações - 13,3%;
 - ✓ Diminuição do déficit da balança comercial;
-

2001-2002	<ul style="list-style-type: none">✓ Desvalorização taxa de câmbio;✓ Crescimento das exportações;✓ Diminuição das importações;✓ Superávit comercial.
------------------	--

Vistas as políticas econômico-comerciais brasileiras durante os anos 1990 e 2002, serão analisadas a seguir algumas variáveis estratégicas na tentativa de identificar os impactos de tais políticas sobre o desempenho do comércio exterior brasileiro e a estabilização da economia nacional.

3 O COMÉRCIO COMO ELEMENTO ESTABILIZADOR DA ECONOMIA NACIONAL

A partir de uma análise de dados que nos remete ao desempenho do comércio exterior brasileiro e a indicadores internos de crescimento, é possível estudar os impactos das políticas fiscais e aduaneiras adotadas pelo país sobre a estabilização da economia nacional.

3.1 IMPACTOS DO COMÉRCIO SOBRE O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA

A análise do setor externo, em um primeiro momento, é de fundamental importância para se discutir os impactos do comércio sobre as variáveis internas da economia brasileira. Dentre as variáveis, serão analisados o grau de abertura comercial e a intensidade dos fluxos de comércio, o desempenho da balança comercial – bem como seu impacto sobre as transações correntes – e o volume dos investimentos estrangeiros e da dívida externa. Tais análises permitem verificar, de um lado, se as políticas fiscal e aduaneira adotadas pelo Brasil entre 1990 e 2002 contribuíram para a intensificação dos fluxos comerciais, com o aumento da participação brasileira no comércio mundial. Do outro, permitem verificar os impactos das políticas comerciais sobre o equilíbrio da balança comercial, bem como sobre a atração dos investimentos internacionais e a relação com a dívida externa⁷⁷.

3.1.1 Abertura Comercial e Fluxos de Comércio

Os impactos do processo de abertura econômica⁷⁸ no Brasil refletiram, dentre outros, sobre o canal da produtividade. A abertura comercial levou à

⁷⁷ Cabe esclarecer que os dados anteriores a 1990, quando citados de forma comparativa, podem ser vistos nos Anexos IA e IB ao final do trabalho. As tabelas e gráficos apresentados são de própria autoria, calculados e construídos a partir de dados oficiais.

⁷⁸ Abertura comercial e financeira de um país face ao mercado externo. Pode ser medida pela participação da corrente de comércio (soma total das exportações e importações – fluxos de comércio) em relação ao PIB.

competitividade e a conseqüente elevação da produção interna⁷⁹. Os resultados abrangem o aumento expressivo do coeficiente de comércio entre 1990 e 2002. Os fluxos comerciais⁸⁰ dobraram, passando de US\$ 52,1 bilhões em 1990 para US\$ 110,9 bilhões em 2000.

Tabela 1 – A Abertura Comercial e os Fluxos de Comércio

Ano (1990- 2002)	Exportações US\$ bi (FOB*) A	Importações US\$ bi (FOB) B	Fluxos Comerciais US\$ bi A+B	PIB US\$ bi	Abertura Econômica % (A+B)/PIB
1990	31,4	20,7	52,1	469,3	11,1
1991	31,6	21,0	52,6	405,7	13,0
1992	35,8	20,6	56,4	387,3	14,5
1993	38,6	25,3	63,9	429,7	14,9
1994	43,5	33,1	76,6	543,1	14,1
1995	46,5	49,8	96,3	705,4	13,7
1996	47,7	53,3	101,0	840,3	12,0
1997	53,0	59,7	112,7	871,3	12,9
1998	51,1	57,7	108,8	844,0	12,9
1999	48,0	49,3	97,3	586,8	16,6
2000	55,1	55,8	110,9	645,0	17,2
2001	58,2	55,6	113,8	553,8	20,6
2002	60,4	47,2	107,6	504,4	21,3
Total	600,9	549,1	1.150	7.786,1	Me= 14,98

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

* *Free on Board*. Modalidade de *Inconterms* (termos de comércio internacional) utilizada para transporte marítimo ou hidroviário de interior, em que o vendedor se compromete a entregar o produto no porto de embarque designado pelo comprador, cuidando inclusive do desembaraço da mercadoria.

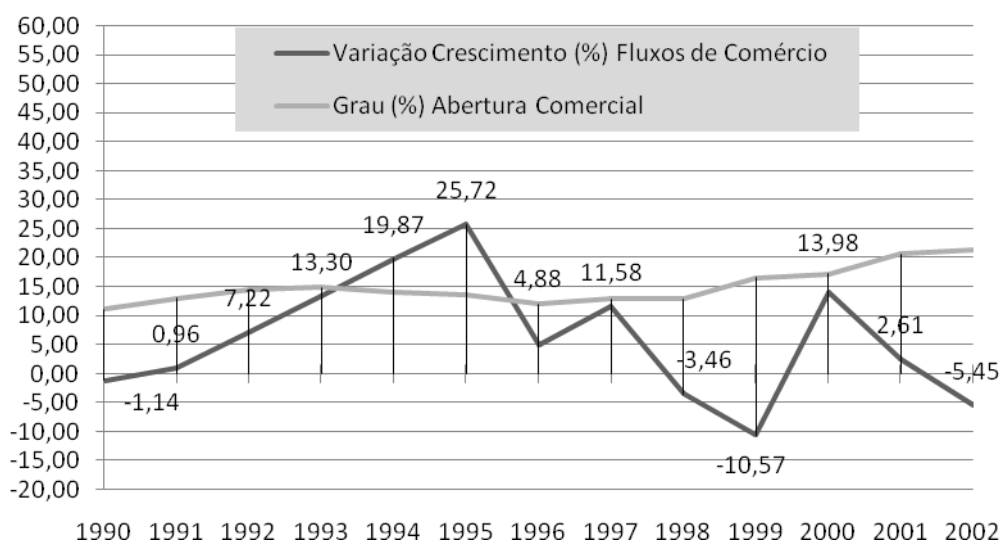
⁷⁹ Como explica Vieira (2006), a literatura sobre o tema, ainda que não consensual, indica uma associação positiva entre o grau de abertura comercial e o crescimento econômico, o que, segundo o autor, pode ser empiricamente verificado na experiência chinesa das últimas décadas. A existência de menores barreiras comerciais em associação a uma estabilidade da taxa de câmbio e à adoção de políticas monetária e fiscal sólidas são importantes instrumentos na promoção do crescimento econômico.

⁸⁰ Os *fluxos de comércio* podem ser entendidos como o volume total do intercâmbio comercial de um país com o resto do mundo. Referem-se essencialmente a quantidade de exportações e importações realizadas por um país durante um determinado período e estão intrinsecamente correlacionados e/ou dependentes do coeficiente de abertura comercial do país.

Os dados da **Tabela 1** sugerem que o comércio exterior como proporção do PIB era da ordem de 11% no início da década de 1990, atingindo 21% em 2002⁸¹. Tal crescimento pode ser explicado pelo aumento das exportações – as quais cresceram cerca de 93% durante o período, passando de US\$ 31,4 bilhões em 1999 para US\$ 60,4 bilhões em 2002 – e pela diminuição das importações, ambos os efeitos provocados pela mudança cambial em 1999, permitindo a desvalorização do câmbio.

Uma análise gráfica dos fluxos de comércio permite verificar que, apesar de seu aumento significativo, observou-se períodos de grande queda no intercâmbio comercial brasileiro. Como pode ser verificado no **Gráfico 1**, há uma queda de 10,57% no crescimento comercial de 1999 quando comparado ao crescimento do ano anterior. Essa diminuição dos fluxos comerciais pode ser explicada pela queda das importações, devido ao câmbio desvalorizado, e pelo fraco desempenho das exportações, em face da queda dos preços das principais *commodities* exportáveis. Já a queda de 5,45% em 2002 teve como causa a diminuição expressiva das importações, que já vinham ocorrendo gradualmente desde o ano de 2000. Em contrapartida, as exportações cresceram cerca de 3,7%, dando continuidade ao crescimento iniciado em 2000.

Gráfico 1 – Percentual do Coeficiente de Abertura e dos Fluxos Comerciais



Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

⁸¹ Cabe ressaltar que no mesmo período em questão, o coeficiente de abertura comercial chinês saltou de 31,85% em 1990 para 54,77% em 2002. Atualmente, o Brasil mantém um coeficiente de abertura econômica na média de 21%, apresentando em 2008 um grau de 23,6%, fortemente influenciado pela intensificação das exportações brasileiras, como pode ser visto no Anexo IB.

A análise dos fluxos comerciais brasileiros revela um intercâmbio comercial significativo para a economia nacional. O período em questão apresentou variações positivas sobre os fluxos comerciais da década de 1980 – contribuindo para a maior inserção dos produtos nacionais – e serviu de base inicial para o desempenho econômico-comercial atual.

3.1.2 Balança Comercial

A balança comercial⁸² brasileira durante os anos 1990 a 2002 oscilou entre o superávit e o déficit comercial em três períodos principais. Conforme pode ser observado na **Tabela 2**, o país iniciou os anos 1990 com a manutenção da balança comercial superavitária da década de 1980, apresentando um saldo médio de US\$ 12,1 bi até 1994, ano antecedente à crise de estabilização. O período compreendido entre 1995 e 1998 é marcado por profundos déficits na balança comercial, provocado essencialmente pelo aumento contínuo das importações devido à valorização cambial (ver **Gráfico 2**). Tais déficits só seriam revertidos com a adoção do câmbio flutuante em 1999, quando então se notou, em um primeiro momento, a diminuição do déficit comercial, que, posteriormente, já em 2002, apresentaria superávit maior que a média inicial.

Tabela 2 – Balança Comercial Brasileira

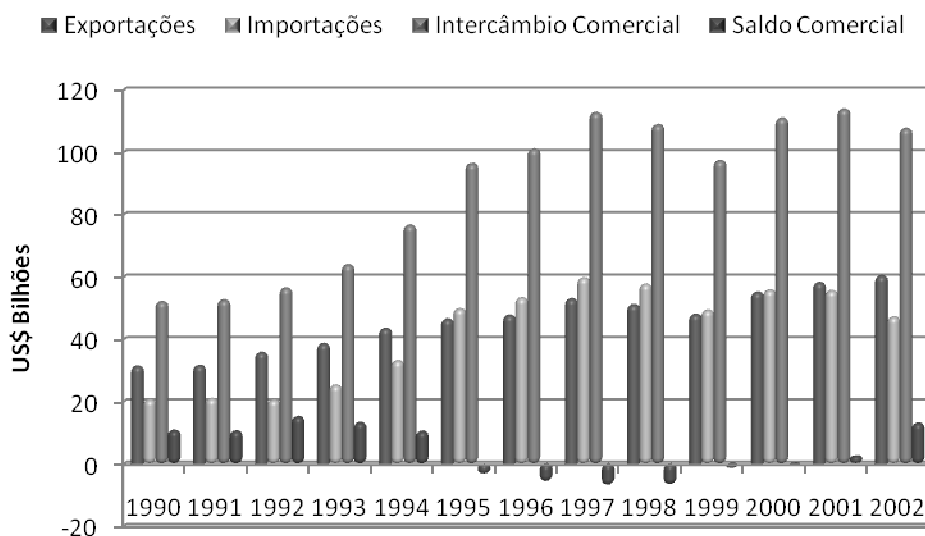
Ano (1990-2002)	Exportações US\$ bi (FOB) A	Importações US\$ bi (FOB) B	Balança Comercial US\$ bi (FOB) A-B
1990	31,4	20,7	10,8
1991	31,6	21,0	10,6
1992	35,8	20,6	15,2
1993	38,6	25,3	13,3
1994	43,5	33,1	10,5
1995	46,5	49,8	-3,3
1996	47,7	53,3	-5,6
1997	53,0	59,7	-6,8
1998	51,1	57,7	-6,6

⁸² A balança comercial é definida como a diferença existente entre o valor total de exportações menos o valor total de importações que são realizadas por um país. Se seu saldo é positivo, tem-se um superávit comercial; do contrário, observa-se um déficit comercial.

1999	48,0	49,3	-1,3
2000	55,1	55,8	-0,7
2001	58,2	55,6	2,6
2002	60,4	47,2	13,1
Total	600,9	549,1	36,8 Me=3,9

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Gráfico 2 – Evolução Comércio Exterior Brasileiro



Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

As exportações brasileiras do início da década de 1990, em especial durante as primeiras reformas econômicas sofridas internamente, mantiveram relativo desempenho quando comparadas aos dois últimos anos da década de 1980, momento inicial do processo de abertura econômico-comercial. As vendas externas na virada da década caíram para UR\$ 31,4 bi (cerca de 8% relativos ao ano anterior), como consequência da suspensão dos subsídios, incentivos fiscais e isenções ocasionados pela reforma fiscal durante o Plano Collor I. No ano seguinte, com o aumento da taxa de juros, a atração do capital externo e a intensa pressão sobre a taxa de câmbio, o governo entra no mercado visando impedir a valorização cambial. Ainda com a ausência de incentivos, as exportações crescem cerca de 13 % até 1992. As importações, por outro lado, observando seu desempenho médio de 1990 a 1992, revelam um crescimento de 26% quando comparadas à média dos últimos dois anos da década passada: os valores médios passaram de

UR\$ 16,5 bi (1988/89) para UR\$ 20,8 bi (1990/92). Esse significativo aumento das importações brasileiras deve-se às políticas internas adotadas durante o período, dentre as quais cabe lembrar os incentivos às importações provocados pela eliminação das restrições não-tarifárias e a redução gradual das alíquotas tarifárias.

No período que se segue, já com a implantação do Plano Real e da âncora cambial, – ainda que não tivesse, de fato, políticas de incentivo às exportações e estando ainda valorizada a taxa de câmbio – há uma continuidade do crescimento relativo das exportações, cerca de 12,7%. Na mesma direção, embora com taxas de crescimento maiores, as importações brasileiras até 1994 cresceriam a uma taxa de 30,8%, resultado, em especial, da forte valorização cambial do período.

No período da crise de estabilização, mais especificamente em 1995 e 1996, o crescimento médio das exportações brasileiras cairia 4,7%. No ano seguinte, em 1996, com a promoção de pequenas desvalorizações da taxa de câmbio e da busca de incentivos para estimular os exportadores, as exportações cresceriam 21,8%. Já em 1997, as exportações cairiam 3,6%, mantendo, porém, um volume maior que àqueles dos anos 1995 e 1996. As importações, durante esse período, que mantiveram constantes crescimentos até 1997, foram fortemente guiadas pelo câmbio elevado. Sua queda em 1998 deveu-se ao aumento das tarifas de importação de alguns produtos e a adoção de restrições não-tarifárias como meio de proteger setores ameaçados pela concorrência externa, objetivando diminuir os déficits na balança comercial do país.

O ano de 1999 e os posteriores que se seguem são analisados diante de um novo contexto na economia nacional. A adoção do câmbio flutuante e o ‘findar’ da crise refletem diretamente nos fluxos comerciais brasileiros. Sob essa nova perspectiva, as exportações brasileiras cresceram cerca de 26% até 2002, enquanto as importações caíram 15% em relação a 2001, impulsionadas pela desvalorização cambial. A recessão verificada em países que passaram por crises cambiais não foi verificada durante a transição de 1999, apresentando um desempenho econômico satisfatório diante das mudanças ocorridas.

Os dados da **Tabela 2** permitem observar um superávit na balança comercial (média de UR\$ 12,2 bilhões) durante os três primeiros anos de reformas econômicas da década de 1990. Destarte, tem-se que tais dados, quando comparados ao final da última década, revelam, em contrapartida, uma queda de

30,9 % no superávit comercial do país. Os dois primeiros anos de implantação do Plano Real mostram a continuidade do superávit, com um saldo médio de US\$ 11.9 bilhões. Desde então até a mudança cambial em 1999, o quadro da balança comercial brasileira é visto como deficitário, apresentando reversões em 1999, após a mudança cambial. A positivação do saldo comercial seria iniciada em 2001, apresentando um expressivo superávit em 2002.

Tabela 3 – Importações de Bens de Capital

Ano (1990-2002)	Importações Brasileiras US\$ bi (FOB) A	Importações Bens de Capital US\$ bi (FOB) B	Participação % B/A
1990	20,7	2,9	14,0
1991	21,0	3,2	15,2
1992	20,6	3,3	16,0
1993	25,3	3,9	15,4
1994	33,1	5,4	16,3
1995	49,8	8,8	17,7
1996	53,3	10,4	19,5
1997	59,7	12,8	21,4
1998	57,7	12,5	21,7
1999	49,3	10,1	20,5
2000	55,8	9,7	17,4
2001	55,6	10,9	19,6
2002	47,2	8,7	18,4
Total	549,1	102,6	18,68

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil – BACEN

Ao contrário do que se observou com os fluxos comerciais dos anos 1990-2002 e sua evolução diante da década de 1980, ao considerar o período como um todo, pode-se dizer que houve uma deterioração da balança comercial brasileira, uma vez que a média do saldo comercial se apresentou positiva em US\$ 8,6 bilhões na década de 1980, enquanto na década de 1990 o saldo médio comercial foi de US\$ 3,7 bilhões. Levando em conta os três primeiros anos do século XXI, a média sobe para US\$ 4,0 bilhões, ainda abaixo do desempenho da década perdida. Isso se deveu ao acúmulo generalizado de importações realizadas durante o período,

inicialmente pelo favorecimento dado com as reduções tarifárias e, posteriormente, pelo favorecimento cambial brasileiro até 1998.

À primeira vista, os déficits comerciais podem ser vistos como fatores desestabilizadores da economia. Deve-se atentar, todavia, para a composição de tais importações, que podem representar, por outro lado, importantes meios de dinamização do parque industrial.

Cerca de 18,7% das importações brasileiras realizadas entre 1990 e 2002, conforme **Tabela 3**, foram de bens de capital. A média de importação desses bens alcançada em toda a década de 1980, cerca de US\$ 1,8 bilhões, seria superada já nos três primeiros anos da década seguinte com uma média de US\$ 3,1 bilhões, um aumento de 72%. O crescimento das importações do setor foi fortemente impulsionado pela redução nas tarifas incidentes sobre insumos, componentes e bens de capital, como fonte de apoio à indústria nacional.

Tabela 4 – Participação das Exportações Brasileira no Comércio Mundial

Ano (1990-2002)	Exportações Brasileiras US\$ bi (FOB) A	Variação %	Exportações Mundiais US\$ bi (FOB) B	Variação %	Participação % (A/B)
1990	31,4	-8,6	3.395,3	13,9	0,93
1991	31,6	0,7	3.498,5	3,0	0,90
1992	35,8	13,2	3.708,0	6,0	0,97
1993	38,6	7,7	3.725,1	0,5	1,04
1994	43,5	12,9	4.204,0	12,9	1,04
1995	46,5	6,8	5.042,0	19,9	0,92
1996	47,7	2,7	5.308,0	5,3	0,90
1997	53,0	11,0	5.518,0	4,0	0,96
1998	51,1	-3,5	5.386,0	-2,4	0,95
1999	48,0	-6,1	5.583,0	3,7	0,86
2000	55,1	14,7	6.348,0	13,7	0,87
2001	58,2	5,7	6.074,0	-4,3	0,96
2002	60,4	3,7	6.353,0	4,6	0,95
Total	600,9	Me=4,68	64.142,9	Me=6,21	0,94

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

As exportações brasileiras mantiveram uma média participativa de 0,94% nas exportações mundiais durante o período, conforme **Tabela 4**. Enquanto essas tiveram um crescimento médio de cerca de 6,21%, as exportações brasileiras tiveram um crescimento de 4,68%. O índice é fortemente elevado pelo crescimento de 14,7% das exportações no ano de 2000. Analisando os dados entre 1990 e 1999 tem-se uma taxa média de 3,68% e os períodos que apresentaram menor crescimento foram os anos de 1990, 1998 e 1999, com taxas de crescimento de -8,6, -3,5 e -6,1, respectivamente. Os dados econômicos do país na década de 90 representam exportações totais de US\$ 600,9 bilhões, com média anual de US\$ 46,2 bilhões.

Tabela 5 – Participação do Saldo Comercial em Transações Correntes

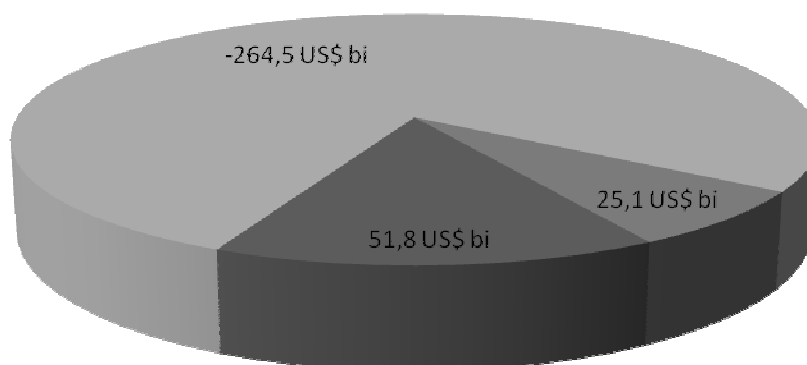
Ano (1990-2002)	Balança Comercial US\$ bi (FOB) A	Serviços e Rendas Líquido US\$ bi B	Transferências Unilaterais Correntes US\$ bi C	Saldo em Transações Correntes A+B+C+D
1990	10,8	-15,4	0,8	-3,8
1991	10,6	-13,5	1,6	-1,3
1992	15,2	-11,3	2,2	6,1
1993	13,3	-15,6	1,6	-0,7
1994	10,5	-14,7	2,4	-1,8
1995	-3,3	-18,5	3,6	-18,2
1996	-5,6	-20,3	2,4	-23,5
1997	-6,8	-25,5	1,8	-30,5
1998	-6,6	-28,3	1,5	-33,4
1999	-1,3	-25,8	1,7	-25,4
2000	-0,7	-25,0	1,5	-24,2
2001	2,6	-27,5	1,6	-23,3
2002	13,1	-23,1	2,4	-7,6
Total	51,8	-264,5	25,1	-187,6

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN.

À exceção do ano de 1992, em todo o período de 1990 e 2002, o saldo brasileiro em transações correntes se apresentou deficitário⁸³ (ver **Tabela 5**), como consequência do saldo negativo da conta de serviços ao longo do período.

Salvo a participação negativa da balança comercial entre os anos de 1995 e 2000, devido à defasagem cambial, os déficits em transações correntes foram 100% resultados do saldo negativo da conta de serviços. Os períodos mais críticos são os anos de 1997 e 1998, com um déficit respectivo de 30,5% e 33,4%⁸⁴, enquanto o melhor ano, único com saldo positivo, foi o de 1992, que apresentou US\$ 6,1 bi em conta corrente, mostrando a importância do comércio para as contas nacionais.

Gráfico 3 – Composição das Transações Correntes



■ Balança Comercial ■ Serviços e Rendas ■ Transferências Unilaterais Correntes

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN.

A conta corrente brasileira reflete de forma notável a importância do comércio sobre a estabilização econômica. Ainda que houvesse apenas um ano com saldo positivo, as exportações, entre 1990 e 1994, foram responsáveis por cobrir 85,7% do déficit em serviços e rendas, mostrando, pois, sua importância sobre as transações correntes brasileiras.

⁸³ Torna-se necessário ressaltar a importância dos saldos positivos em conta corrente: maior confiança dos investidores estrangeiros que aplicam em portfólio (Bolsas e Fundos de Investimentos) e dos bancos externos para a concessão de créditos. Está ligado ao conceito de risco-país (ver p 64).

⁸⁴ O saldo em transações correntes em 1994 mostra, segundo Maia J. M. (2001), por que a crise mexicana teve pouco efeito na economia brasileira. Por outro lado, em virtude dos saldos preocupantes de 1997 e 1998, as crises russa e asiática tiveram efeitos significativos sobre a economia nacional.

3.1.3 Investimentos Externos Diretos

O papel dos investimentos externos na economia é notável. Em 1988, como explica Maia J. M. (2001), o país converteu muitos empréstimos em capitais de risco, solucionando diversos problemas como a remessa de juros e amortizações e colaborando com o balanço de pagamentos e a economia nacional, reinvestindo lucros e gerando empregos e divisas.

O comportamento dos investimentos externos diretos no país pode ser verificado na **Tabela 5**. Até 1994, os fluxos de IED estiveram na média de US\$ 2,2 bilhões. Comparados à média atingida na década de 1980, de US\$ 1,7 bilhões, o crescimento médio alcançado até então foi de 22,7%. Sua maior atração pela economia brasileira seria verificada a partir de 1995.

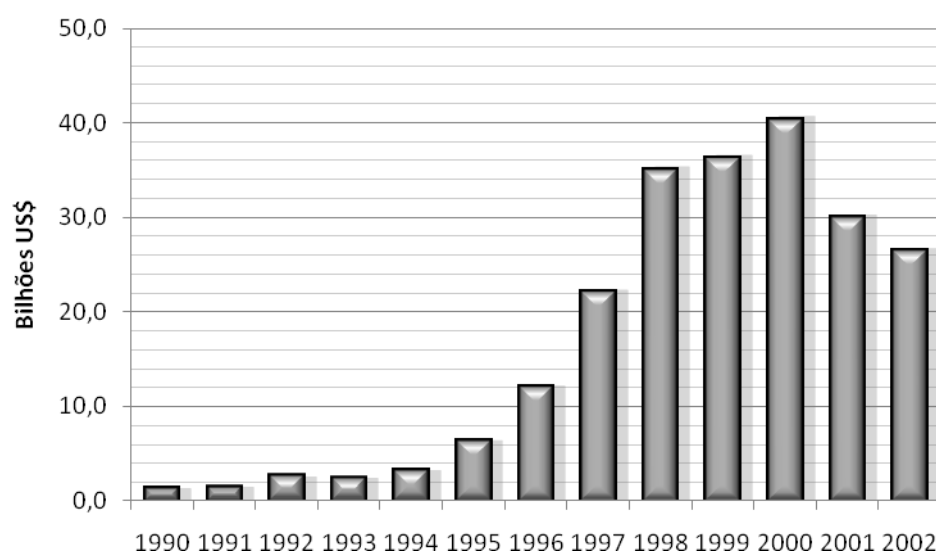
Tabela 6 – Investimentos Externos Diretos no Brasil

Ano (1990- 2002)	IED Entrada US\$ bi A	IED Saída US\$ bi B	IED Líquido US\$ bi A-B
1990	1,4	0,4	1,0
1991	1,4	0,3	1,1
1992	2,6	0,6	2,1
1993	2,4	1,1	1,3
1994	3,2	1,1	2,2
1995	6,4	2,0	4,4
1996	12,0	1,2	10,8
1997	22,1	3,1	19,0
1998	35,0	6,1	28,9
1999	36,3	7,7	28,6
2000	40,3	7,5	32,8
2001	30,0	7,6	22,5
2002	26,5	9,9	16,6
Total	219,5	48,4	171,0

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil – BACEN

A atração do investimento direto observada a partir da metade de década de 1990, conforme **Tabela 6**, pode ser explicada pelo contexto da liberalização comercial adotada no início da década de 1990, da liquidez internacional e, em especial, das taxas de juros diferenciadas em relação às do exterior. Até 1999, os fluxos de IED tiveram crescimento contínuos, sustentando a partir de 1996 fortes crescimentos sobre os investimentos de portfólios, cerca de 273% (variação da média de IED sobre a média de investimentos de portfólio entre 1996 e 2002). Verificou-se, ademais, o aumento da participação dos IED sobre todos os investimentos externos totais captados pelo país.

Gráfico 4 – Fluxos de Investimento Externo Direto no País



Fonte: Dados do Banco Central do Brasil – BACEN

O aumento dos investimentos diretos representou uma evolução positiva para o país. Revelou um comportamento capaz de explicar os saldos positivos na conta capital e financeira. Entre 1990 e 1994 o percentual participativo do IED sobre a conta capital e financeira do balanço de pagamentos foi na média de 22,4%, subindo para uma média de 24,1% entre 1995 e 1996. Em 1997, 1998 e 2001, tal participação alcança maiores patamares, chegando a formar, respectivamente, 73,6%, 97,1% e 83% do saldo final. Nos anos 1999, 2000 e 2002, os IED líquidos foram maiores que o próprio saldo da conta capital e financeira, financiando, portanto, outras subcontas nacionais.

3.1.4 Dívida Externa

A importância do comércio para a dívida externa está justamente na obtenção de divisas, seja por meio das exportações e/ou atração de investimentos, visando seu pagamento. Desde 1980, o aumento da dívida externa brasileira foi contínuo, chegando em 1990 com uma dívida externa total de US\$ 123,4 bilhões. Até 1996, a dívida líquida brasileira praticamente não se alterou, apresentando pequenas oscilações para mais ou para menos. Isso se deveu principalmente ao aumento das reservas internacionais, as quais mantiveram o saldo da dívida líquida relativamente constante.

A falta de uma política que promova ou permita as vendas externas e a entrada de capitais de risco, força as reservas internacionais para baixo, dificultando o pagamento da dívida. É nesse sentido que, a partir da segunda metade da década de 1990, o país procurou incentivar os superávits comerciais, de modo a compensar os déficits na balança de serviços e permitir o pagamento dos juros da dívida externa.

Tabela 7 – Indicadores da Situação Externa

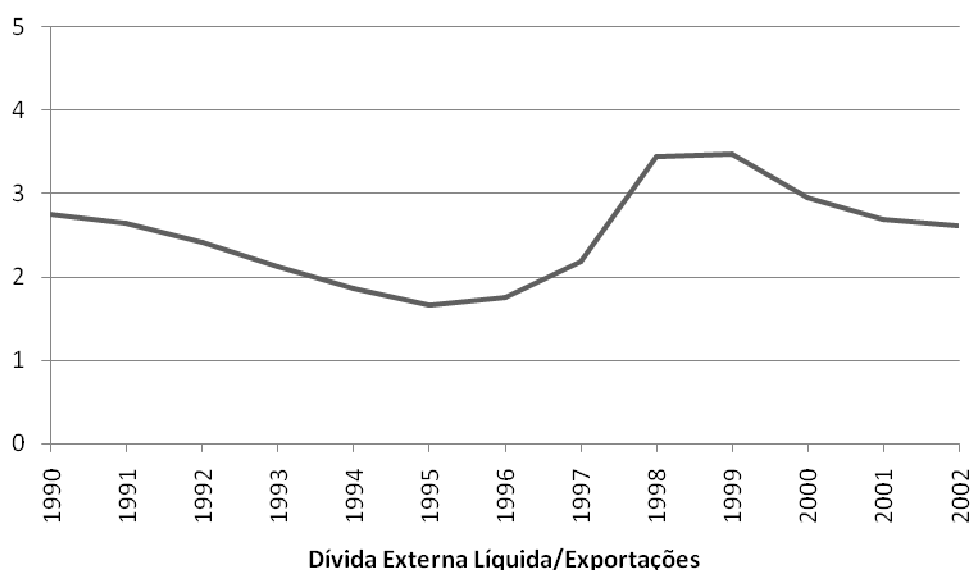
Ano (1990- 2002)	Dívida Externa US\$ bi	Dívida Líquida	Dívida líquida/ Export.	Juros/ Export.	Dívida Líquida	Reservas internaciona is Liquidez US\$ bi	Reservas/ Import.
1990	123,4	86,4	2,75	0,31	86,4	10,0	0,48
1991	123,9	83,7	2,65	0,27	83,7	9,4	0,45
1992	135,9	86,6	2,42	0,20	86,6	23,8	1,16
1993	145,7	82,2	2,13	0,22	82,2	32,2	1,27
1994	148,3	80,9	1,86	0,15	80,9	38,8	1,17
1995	159,3	77,2	1,66	0,18	77,2	51,8	1,04
1996	179,9	84,0	1,76	0,21	84,0	60,1	1,13
1997	200,0	115,5	2,18	0,20	115,5	52,2	0,87
1998	241,6	175,8	3,44	0,24	175,8	44,6	0,77
1999	241,5	167,0	3,48	0,31	167,0	36,3	0,74
2000	236,2	163,1	2,96	0,27	163,1	33,0	0,59
2001	226,1	156,6	2,69	0,26	156,6	35,9	0,65
2002	227,7	157,6	2,61	0,22	157,6	37,8	0,80
Total	2.389,5	1516,7	2,51 Me	0,23 Me	1516,7	484,7	0,86 Me

Fonte: IPEADATA.

O índice de vulnerabilidade apresentado na **Tabela 7** (dívida externa líquida/exportações) mostra quantos anos são necessários para o pagamento da dívida, ressaltando a importância do papel das exportações nesse contexto. A título comparativo, é um índice importante a ser observado durante o período.

Como pode ser observado no **Gráfico 5**, os quatro primeiros anos da década de 1990, o coeficiente de vulnerabilidade da dívida externa brasileira mantém uma média constante de 2,49, caindo até 1996 para uma média de 1,76. Em 1997, o índice sobe para 2,18, apresentando nos dois anos posteriores uma média de 3,46, devido ao aumento da dívida externa durante o período. Por fim, os últimos anos mantêm uma média de 2,75 anos.

Gráfico 5 – Coeficiente de Vulnerabilidade da Dívida Externa Brasileira

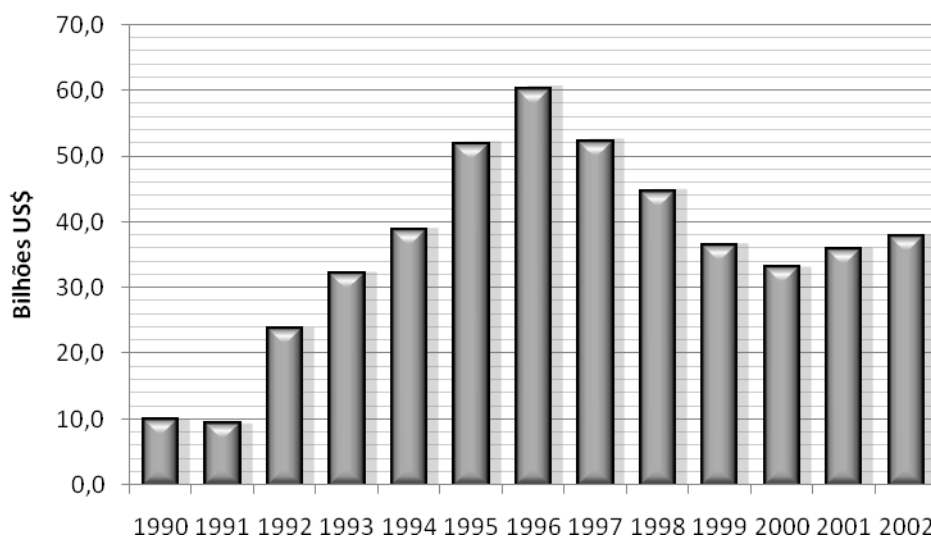


Fonte: IPEADATA.

A relação juros da dívida sobre as exportações mostra a parcela das exportações comprometidas com o pagamento da dívida externa. Os dados mostram um comprometimento maior das exportações brasileiras nos anos de 1990 e 1999, exatamente os anos que apresentaram maior taxa de juros. Observa-se que durante todo o período o pagamento dos juros da dívida externa significou quase 16% de toda a venda externa realizada entre 1990 e 2002. Já a relação entre as reservas internacionais e as importações mostra o quanto os compromissos comerciais em moeda estrangeira estão garantidos pelas reservas externas do país. Entre os anos de 1992 e 1996 a situação foi bastante favorável, chegando a apresentar reservas

para mais de um ano de importações (média de 1,15 ano). A reserva se mantém favorável no período devido à entrada de recursos externos a partir de 1992 e pelo bom desempenho das transações correntes verificado no mesmo ano.

Gráfico 6 – Reservas Internacionais (liquidez internacional)



Fonte: IPEADATA.

O **Gráfico 6** mostra um significativo acúmulo de reservas internacionais a partir de 1992, coincidindo com os anos de aumento das exportações e entradas de IED. Esse aumento das reservas durante o período, além de servir como uma variável de proteção contra alterações nos fluxos de capitais internacionais, foi um importante instrumento de ajuste externo para o país.

3.2 IMPACTOS DO COMÉRCIO SOBRE O SETOR INTERNO DA ECONOMIA

Dentre as variáveis do ponto de vista interno da economia brasileira, serão analisados o balanço de pagamentos, o Produto Interno Bruto e a inflação. Dentro do tópico balanço de pagamentos é retomada a discussão apresentada anteriormente sobre o papel das exportações e do investimento externo direto sobre a estabilização econômica. No tópico seguinte analisa-se a relação exportação e PIB, bem como as taxas de crescimento deste durante o período em questão. Por fim, a inflação é analisada tendo por base as políticas econômico-comerciais

apresentadas no capítulo anterior, procurando identificar os momentos de estabilização.

3.2.1 Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos⁸⁵ talvez seja uma das variáveis mais importantes a serem analisadas quanto aos impactos econômicos do setor externo sobre a economia nacional. A seguir, na **Tabela 8**, segue os dados a serem analisados.

Tabela 8 – Balanço de Pagamentos Brasileiro

Ano (1990- 2002)	Export. (FOB) US\$ bi	Import. (FOB) US\$ bi	Balança Comerci al US\$ bi	Serviços e Rendas US\$ bi	Transaçõ es Correntes US\$ bi	Conta Capital e Financeir a US\$ bi	Saldo Balanço de Pagamento s US\$ bi
1990	31,4	20,7	10,8	-15,40	-3,80	4,60	0,47
1991	31,6	21,0	10,6	-13,50	-1,30	0,16	-0,3
1992	35,8	20,6	15,2	-11,30	6,10	9,95	14,7
1993	38,6	25,3	13,3	-15,60	-0,70	10,49	8,7
1994	43,5	33,1	10,5	-14,70	-1,80	8,69	7,2
1995	46,5	49,8	-3,3	-18,50	-18,20	29,09	12,9
1996	47,7	53,3	-5,6	-20,30	-23,50	33,97	8,7
1997	53,0	59,7	-6,8	-25,50	-30,50	25,80	-8,0
1998	51,1	57,7	-6,6	-28,30	-33,40	29,70	-8,0
1999	48,0	49,3	-1,3	-25,80	-25,40	17,32	-7,9
2000	55,1	55,8	-0,7	-25,00	-24,20	19,33	-2,2
2001	58,2	55,6	2,6	-27,50	-23,30	27,05	3,3
2002	60,4	47,2	13,1	-23,10	-7,60	8,00	0,3
Total	600,9	549,1	36,8 Me=3,9	-264,50	-187,60	224,15	30,0

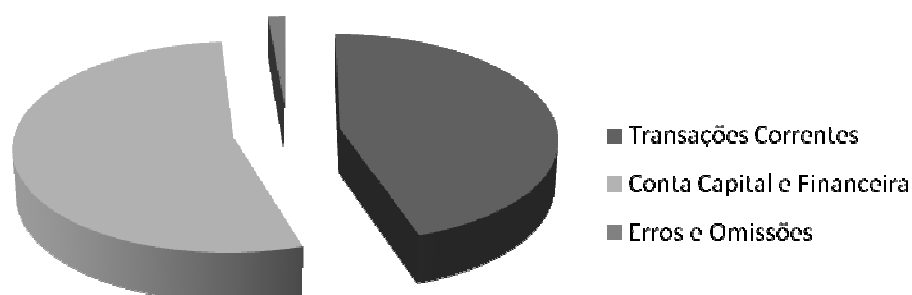
Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN.

O balanço de pagamentos brasileiro entre os anos 1990 e 2002 sofreu várias oscilações de saldo, com variações significativamente boas em 1992 e 1995, outras não tão satisfatórias, como as de 1997 a 1999.

⁸⁵ De acordo com o conceito do FMI, o balanço de pagamentos é o registro sistemático de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes em determinado país e os residentes no resto do mundo durante certo período. A periodicidade é de um ano, mas é bastante comum a apresentação de balanços trimestrais e até mesmo mensais, possibilitando o acompanhamento da situação econômica do país.

A média do saldo das contas nacionais durante o período é de US\$ 2,3 bilhões, apresentando uma soma de US\$ 30 bilhões até 2002. Comparado ao período da década de 1980, com uma média de - US\$ 0,15 bilhão e saldo até 1989 de - US\$ 1,5 bilhão, verifica-se uma evolução expressiva no balanço de pagamentos da década de 1990. Entre anos 2003 e 2008, é verificada uma média de US\$ 2,7 bilhões, que não muito se diferencia, em termos estruturais, daquela apresentada até 2002.

Gráfico 7 – Composição do Balanço de Pagamentos



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN.

A composição do balanço de pagamentos é em muito verificada pela maior presença da conta capitais e financeiras, que, em geral, apresentou crescentes aumentos durante o período. As transações correntes não ficariam para trás em termos de números, apresentando elevados crescimentos, por outro lado, deficitários.

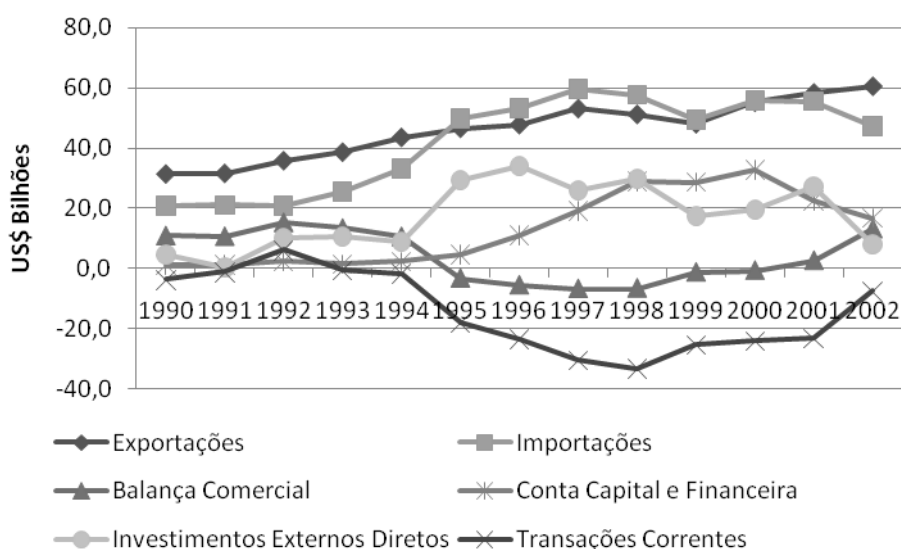
Notadamente, a conta capitais e financeira foi severamente impulsionada no início da década de 1990 pela entrada de capitais estrangeiros, seja de investimentos de portfólio, seja de investimentos externos diretos, como visto no decorrer do capítulo. Os dados apresentados mostraram a elevada participação em especial dos investimentos externos diretos nos saldos positivos da conta capital e financeira. Mesmo no período de menor saldo, como foi o de 1991 (US\$ 0,4 bilhões), a relevância do IED foi grande. Nesse mesmo ano, o IED líquido somado à conta

capital e financeira foi de US\$ 1,1 bilhão. Em outros períodos, como visto, a participação dos IED chegaram a ser maior que o saldo da conta, notadamente nos anos de 1999, 2000 e 2002.

Foi visto que a balança comercial brasileira se deteriorou em meados da década de 1990. Essa subconta é de grande importância na conta corrente brasileira para financiar os profundos déficits da conta de serviços e rendas ocasionado, em especial, pelo pagamento de juros ao exterior. Ocorre que durante o período, a partir de 1994, houve um intenso aumento das importações gerando déficits comerciais. Estes, somados aos déficits na conta de serviços e rendas, geraram, pois, saldos negativos em transações correntes em todo o período, com exceção do ano de 1992. Em contrapartida, procurou-se ressaltar a importância exercida pelas exportações sobre as transações correntes, que, apesar da ausência de incentivos em certos períodos, colaborou profundamente para a conta nacional, chegando, outras vezes, a cobrir o déficit provocado pelas importações e parte daquele da conta de serviços e rendas, notadamente entre 1990 e 1994 e no ano de 2002.

A evolução das subcontas, dos fluxos comerciais e investimentos estrangeiros diretos podem ser visualizadas no **Gráfico 8** a seguir:

Gráfico 8 – Evolução das Contas do Balanço de Pagamentos



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN.

A abertura econômico-comercial brasileira, o contexto mundial de liberalização financeira junto à liquidez internacional durante o período em questão mostrou a importância das exportações e dos investimentos externos sobre as contas nacionais. Ainda que a estabilização e o crescimento dependam de uma série de outros fatores, pode-se, pois, dizer que ambas as variáveis serviram de amortecedores para as contas nacionais, colaborando, portanto, para a estabilização econômica brasileira.

3.2.2 Produto Interno Bruto

A evidência histórica mostra que as exportações geram impactos positivos sobre a produtividade, contribuindo para o dinamismo da economia. Ainda que em muito se discuta o baixo crescimento econômico das últimas décadas, as exportações mantiveram, com pequenas variações, sua participação no aumento do Produto Interno Bruto.

Tabela 9 – Produto Interno Bruto

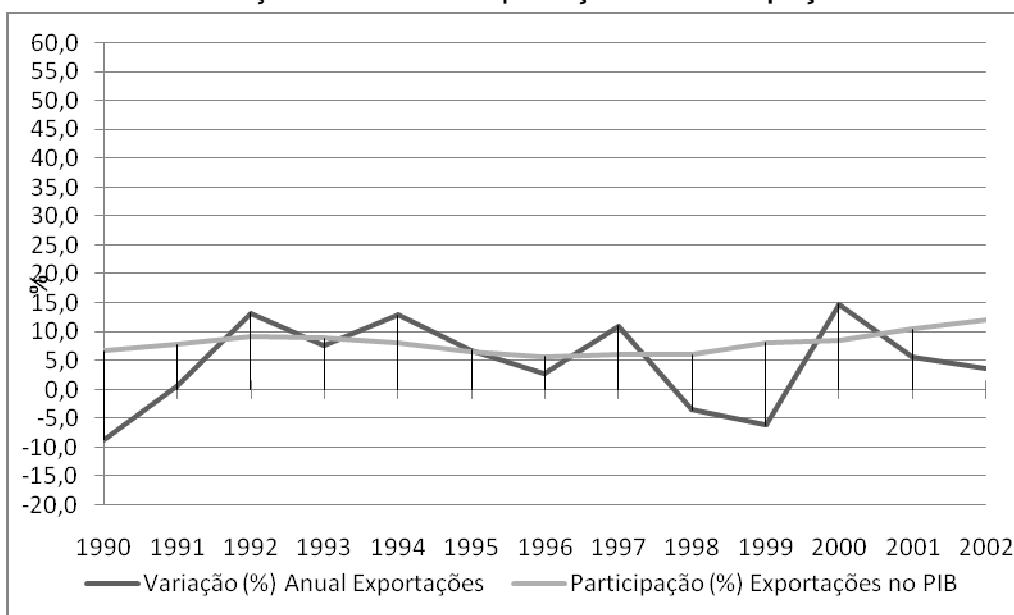
Ano (1990- 2002)	Exportações (FOB) US\$ bi	PIB US\$ bi	Taxa Real PIB %	Participação Exportações/PI B %
1990	31,4	469,3	-4,4	6,69
1991	31,6	405,7	1,0	7,79
1992	35,8	387,3	-0,5	9,24
1993	38,6	429,7	4,9	8,98
1994	43,5	543,1	5,9	8,01
1995	46,5	705,4	4,2	6,59
1996	47,7	840,3	2,2	5,68
1997	53,0	871,3	3,4	6,08
1998	51,1	844	0,0	6,05
1999	48,0	586,8	0,3	8,18
2000	55,1	645	4,3	8,54
2001	58,2	553,8	1,3	10,51
2002	60,4	504,4	2,7	11,97
Total	600,9	7.786,10	1,9	8,03

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

A importância do comércio exterior para o crescimento econômico pode ser vista a partir da participação das exportações no PIB. A expansão das exportações durante o período de 1990 e 2002 desempenhou um papel importante no crescimento brasileiro. O aumento de cerca de 52% das exportações de 1999 para 2002, gerou um aumento na participação daquelas sobre o PIB em torno de 56%. Isso pode ser verificado na **Tabela 9**, que mostra que a participação do comércio no Produto Interno Bruto era de 6,69%, passando para 11,97% em 2002.

A média participativa das exportações no PIB durante o período em questão foi de 8,03%. Comparado à década de 1980, houve uma queda de 20% na participação das vendas externas sobre a produtividade nacional. No período seguinte, de 2003 a 2007, a participação se elevaria em cerca de 62%, passando de uma média de 8,03% para 13,3%.

Gráfico 9 – Variação Anual das Exportações e Participação no PIB

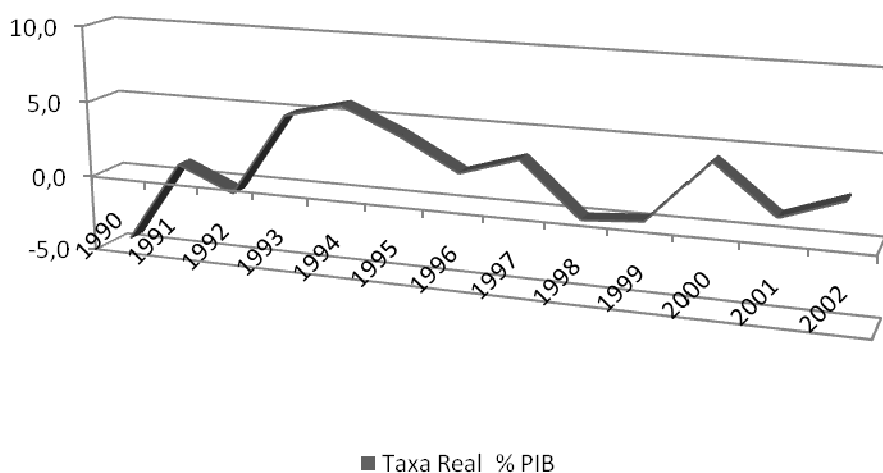


Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

O crescimento do PIB, medido por sua taxa real de variação, durante os anos 1990 e 2002 foi na média de 1,9% (ver **Tabela 9** e **Gráfico 10**). Esse crescimento, quando comparado à taxa média de variação dos anos 1980 (3,0%), revela uma queda de 36% no aumento do Produto Interno Bruto. A ausência de crescimento em 1998 originou-se da crise cambial do período. O melhor crescimento do período, como pode ser notado, aconteceu justamente após o início do Plano Real.

Entre 2003 e 2007 a taxa de variação do PIB revela um aumento de 3,8%. As exportações durante esse período cresceram cerca de 60,7% em um cenário favorável na economia global, passando de uma média de US\$ 46 bilhões para US\$ 117 bilhões, o que pode explicar, nesse sentido, o aumento da taxa de variação do PIB.

Gráfico 10 – Variação Taxa Real do Produto Interno Bruto



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

3.2.3 Inflação

A inflação foi um problema grave enfrentado pelo país durante o período aqui abordado. Desde o início da década de 1990, como explica Franco (1996), repetia-se a máxima de que a estabilização dependia tanto de reformas monetárias e fiscais precisas, quanto do ataque a problemas de natureza fundamental, em especial no tocante às relações do país com o exterior, os quais estariam na origem da própria inflação.

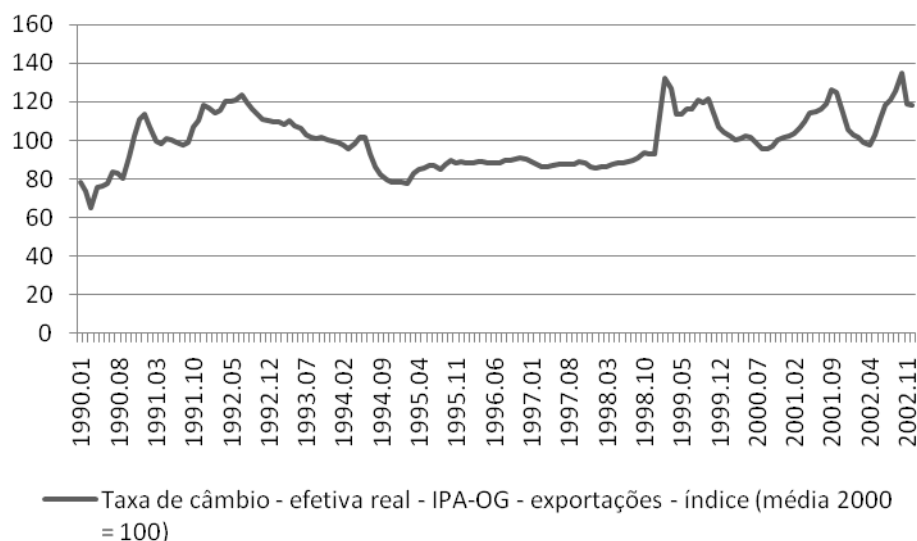
Ainda que as políticas adotadas durante o período, em especial o Plano Real, não tenham eliminado as pressões inflacionárias, o entendimento sobre seu sucesso é pacífico. À princípio, o controle inflacionário – ainda que persistente uma inflação residual –, e o aumento das taxas de investimentos significaram os resultados positivos das reformas.

A relação entre comércio e inflação está justamente nas políticas de comércio internacional adotadas pelo país visando o controle inflacionário e a estabilização econômica.

As primeiras reformas do início da década de 1990 voltadas para o setor externo, como vistas no capítulo anterior, abrangem a liberalização comercial e a adoção de taxas flutuantes, definidas livremente pelo mercado. A liberalização comercial é marcada, em especial, pela redução das barreiras ao comércio (importação) e pela ausência de incentivos à exportação, devido à redução dos gastos públicos. Até a segunda reforma de 1992 não foi verificado o controle da inflação, que, ao contrário, se acelerou.

A introdução do Plano Real foi marcada, dentre outras reformas, pela implantação da âncora cambial – flutuação e valorização do câmbio –, que, somada à redução tarifária, permitiu a atração das importações e travou os preços internos, controlando a inflação. A valorização do câmbio foi garantida, em especial, pela forte entrada de recursos externos no país.

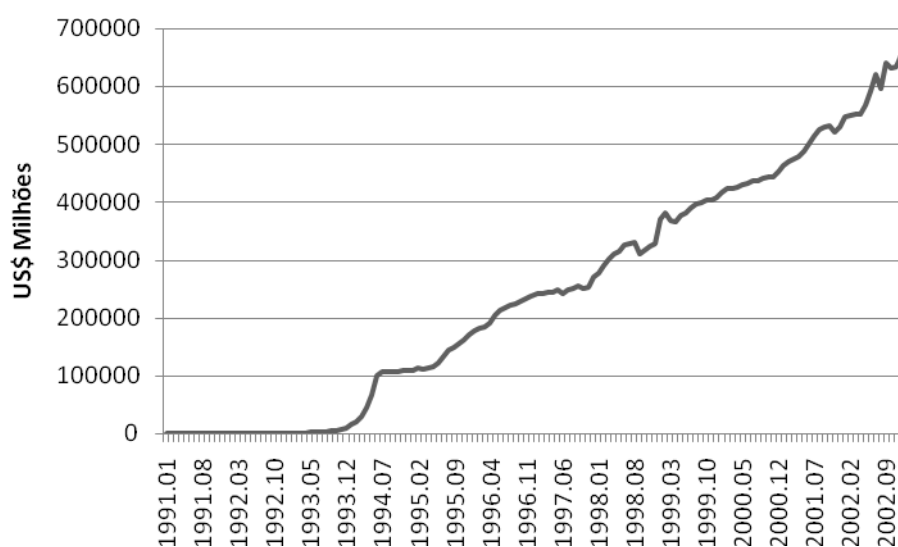
Gráfico 11 – Taxa de Câmbio Efetiva Real



Fonte: IPEADATA

Por outro lado, a manutenção de tal política levou a um crescente desequilíbrio fiscal. A deterioração das contas do governo foi acompanhada pelo crescimento da dívida, devido à alta taxa de juros básica utilizada pelo país para a atração de investimentos externo.

Gráfico 12 – Dívida Interna Líquida do Setor Público



Fonte: IPEADATA

A mudança para câmbio flutuante em 1999 se fez necessária em virtude da crise da valoração cambial. A criação do COPOM e a adoção de uma alta taxa de juros teve por objetivo a contenção da saída de capitais e a diminuição do processo especulativo em torno da taxa de câmbio. Em um primeiro momento, a inflação sofre um pequeno aumento antes de ser, de fato, estabilizada. A desvalorização cambial só foi cessada com o controle cambial e a manutenção da taxa de juros elevada. Nesse sentido, a criação do *Sistema de Metas de Inflação* foi fundamental para evitar as pressões inflacionárias e manter a confiança então existente sobre a economia nacional.

CONCLUSÃO

A análise dos fluxos comerciais brasileiros durante os anos de 1990 e 2002 permitiu verificar que, mesmo com variações de crescimento oscilantes, o intercâmbio comercial brasileiro foi significativo para a economia nacional. Apresentou variações positivas sobre os fluxos comerciais da década de 1980 e serviu de base para o desempenho econômico-comercial atual. Os dados sobre a abertura econômica do país sugeriram a transição da economia para uma nova fase de inserção internacional, com uma evolução de 20% – quando comparados isoladamente os anos de 1990 e 2002 –, representando um aumento da participação brasileira no comércio internacional.

Verificou-se que a abertura comercial adotada a partir do Governo Collor, aliada à valorização implantada no primeiro período do Plano Real, contribuiu para a dinamização do parque industrial brasileiro. Ainda que o déficit na balança comercial, proporcionado pelo aumento das importações, soe um tanto negativo para a economia nacional, procurou-se mostrar que, sob outra ótica, as importações foram positivas para o país. O processo de abertura comercial em um contexto de fechamento industrial da década anterior, aliado às reduções tarifárias, contribuiu para o aumento das importações de matérias-primas e bens de capital.

A partir de 1999, com a desvalorização do câmbio, o aumento das exportações e a queda das compras externas proporcionaram uma reversão positiva na balança comercial brasileira, com uma importante participação do comércio exterior no balanço em transações correntes, em especial, até a primeira e após a segunda fase do Plano Real.

A liberalização comercial e a política de valorização do câmbio contribuiu para uma maciça entrada de investimentos diretos no país. Tais investimentos revelaram, a partir de 1996, saldos positivos crescentes capazes de explicar o saldo positivo na conta capital e financeira.

As divisas geradas pelas exportações e pelos investimentos externo diretos se mostraram ferramentas importantes para o pagamento dos juros da dívida, o que pôde ser observado a partir do coeficiente de vulnerabilidade da dívida externa, estabelecendo-se como importantes variáveis dentro do balanço de pagamentos.

A relação entre as exportações e o Produto Interno Bruto estreitou-se durante o período. Observou-se que a participação das exportações no PIB cresceu cerca de 56% quando comparada entre as extremidades do período abordado.

O processo de abertura econômica e financeira vivenciado pelo país não reflete, por si só, no crescimento econômico, não podendo, para tanto, ser analisado como uma única variável. Os anos de 1990 a 2002 foram os marcos de reestruturação da política de comércio exterior, em que arranjos e transformações na estrutura interna do país foram observados para consolidar a linha econômico-comercial brasileira.

Ainda que o período em questão tenha sido marcado pelo baixo crescimento e dinamismo da economia nacional, em especial da década de 1990, observou-se, por meio do estudo, que as políticas fiscal e aduaneira adotadas pelo país contribuíram, entre outras formas, para o crescimento e o dinamismo do comércio exterior brasileiro, gerando impactos positivos sobre a economia nacional, especialmente sobre o balanço de pagamentos, contribuindo, de tal forma, para a estabilização da economia nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Leonardo Cembranelli De. **China: Políticas de Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico**. Brasília, 2004.

AZÚA, Daniel E. Real de. **O Neoprotecionismo e o Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

BAJO, Oscar; RUBIO BAJO, Oscar. **Teorias Del Comercio Internacional**. Illustrated Edition. Antoni Bosch Editor, 1991.

BAUMANN, Renato (Org.), et. al. 1996. O Brasil e a Economia Global. In ZINI JR., Álvaro A. **Política Cambial com Liberdade de Câmbio**. 12ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier: SOBEET, 1996, cap. 7.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Ronaldo; PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

BONELLI, Regis. **Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: Desempenho e Competitividade**. Texto para Discussão nº 327. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/1994/td_0327.pdf. Acesso em 10 nov 2012.

_____; VEIGA, Pedro da Mota; BRITO, Adriana Fernandes de. **As Políticas Industriais e de Comércio Exterior no Brasil: Rumos e Indefinições**. Texto para Discussão nº 527. Rio de Janeiro, IPEA, 1997. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0527.pdf. Acesso em 17 nov 2012.

_____; PINHEIRO, Armando Castelar. **Comparative Advantage or Economic Policy? Stylized Facts and Reflections on Brazil's Insertion in the World Economy (1994-2005)**. Texto para Discussão nº 1275a. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1275a.pdf. Acesso em 20 nov 2012.

BRASIL. Banco Central: <http://www.bacen.gov.br>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas: <http://www.ibge.gov.br>

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas: <http://www.ipea.gov.br> / <http://www.ipeadata.gov.br>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores: <http://www.mre.gov.br>

_____. **BRAZIL TRADE NET. Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-comerciais do Brasil.** Disponível em <http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDBrasil.pdf>.

Acesso em 20 nov 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: <http://www.desenvolvimento.gov.br> / <http://www.mdic.gov.br>

_____. **200 Anos de Comércio Exterior.** Compact Disc, 2008. CD-Rom. Disponível em <http://www.portaldoexportador.gov.br> e <http://www.aprendendoaexportar.gov.br>.

_____. **Evolução do Comércio Exterior Brasileiro e Mundial.** Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1231183481.xls.

Acesso em 23 nov 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. NAKANO, Yoshiaki. Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3 (87), jul-set/2002. Disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/87-10.pdf>. Acesso em 10 dez 2012.

CARVALHO, Veridiana Ramos da S. A Restrição Externa e a Perda de Dinamismo da Economia Brasileira. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.14, n.28, p. 395-424, 2007.

CORAZZA, Gentil. **O Brasil e as Relações Financeiras Internacionais:** uma análise comparativa entre o Plano de Metas, o II PND e o Plano Real. Disponível

em: <http://www.ucm.es/info/ec/jec9/pdf/A03%20-%20Corazza,%20Gentil.pdf>. Acesso em 15 dez 2012.

CERVO, Amado Luiz. Política de Comércio Exterior e Desenvolvimento: A Experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 40 (2), 1997, p. 5-26. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n2/a01v40n2.pdf>. Acesso em 06 nov 2012.

DIXIT, K.; NORMAN, Victor. **Theory of International Trade: A Dual, General Equilibrium Approach**. Illustrated Edition. Cambridge University Press, 1980.

FONSECA, Manuel Alcino R. **Uma Macro Análise da Economia Brasileira: 1991-2005**. Planejamento, 2006. Disponível em <http://www.planejamento.org>.

FOSCHETE, Mozart. **Relações Econômicas Internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

FRANCO, Gustavo H. B. **A Inserção Externa e o Desenvolvimento**. BACEN, Brasília, 1996.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: <http://www.imf.org>

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício, M. Políticas Neoliberais? Mas o que É o Neoliberalismo? **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 171-190, jun – 2000.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antônio S.; TONETO JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

JAYMES JR., Frederico G. Comércio Internacional e Crescimento Econômico – O comércio afeta o desenvolvimento? Teoria e Política. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, 2001.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional – Teoria e Política**. 5ª Edição. São Paulo: Makron Books, 2001.

LABATUT, Enio Neves. **Política de Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1994.

MAIA, J. M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 7ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2001.

MAIA, Katy. **O Impacto do Comércio Internacional, da Mudança Tecnológica e da Demanda Final na Estrutura de Emprego no Brasil (1985-1995)**. Fundação de Estudos Sociais do Paraná. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200103045.pdf>. Acesso em 20 nov 2012.

MANKIW, N.G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Tradução da 2ª edição. Rio de Janeiro: Campos, 2001.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil**. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/2.pdf>. Acesso em 25 out 2012.

MENDES, Constantino. C.; TEIXEIRA, Joanílio R. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Uma Releitura das Contribuições de Celso Furtado**. Série Textos para Discussão. Departamento de Economia – UNB, Texto nº 320, 2004. Disponível em <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/320agosto2004CCMeJRT.pdf>. Acesso em 19 out 2012.

OLIVEIRA, Gesner. **Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira**. Texto para Discussão nº 313. Rio de Janeiro, IPEA, 1993. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/1993/td_0313.pdf. Acesso em 15 nov 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: <http://www.wto.org>.

_____. **Subsidy - Glossary**. Disponível em http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/subsidy_e.htm. Acesso em 25 nov 2012.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 9ª Edição. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Comércio Internacional: Oportunidades para o desenvolvimento regional. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, nº. 25, p 115-154, jun-2006.

SOUZA, M. J. P.; GRÜNDLING R. D. P.; RONDINEL, Ricardo. A Balança Comercial Bilateral Brasil – Estados Unidos (1983-2002): Uma Abordagem Econométrica. **Revista de Economia e Desenvolvimento**, n. 13, 2003. Disponível em http://w3.ufsm.br/eed/edicoes_artigos/edicao_15/Art%2004%20Mauricio-15-2003.pdf. Acesso em 20 nov 2012.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval (organizador). **Manual de Economia**. USP, Equipe de Professores da. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

VIEIRA, Flávio Vilela. China: Crescimento Econômico de Longo Prazo. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº. 3 (103), p 401- 424, jul/set-2006.

WILLIAMSON, John. **Economia Aberta e a Economia Mundial** – Um texto de Economia Internacional. 13ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1996.

ANEXO I A

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio Exterior - SECEX
Departamento de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior - DEPLA

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - 1950 a 2008

Período	PIB BRASIL			EXP BRASIL (FOB)				EXPORTAÇÃO MUNDIAL (FOB)		IMP BRASIL (FOB)			SALDO COMERCIAL	IMP BRASIL (CIF)			IMPORTAÇÃO MUNDIAL (CIF)		COMÉRCIO MUNDIAL	PIB MUNDO	
	US\$ bi (A)	Tx. real %	Abert. econ. /1	US\$ bi (B)	Var. %	Part.% B/A	B/C	US\$ bi (C)	Var. %	US\$ bi (D)	Var. %	Part.% D/A	US\$ bi FOB (B - D)	US\$ bi (E)	Var. %	US\$ bi (F)	Part.% E/F	Em volume %	US\$ bi	Tx. real %	
1950	15,0	6,7	15,3	1,4	23,6	9,0	2,37	57,2	-	0,9	-1,6	6,3	0,4	1,0	-	59,6	1,68	
1951	18,6	4,6	18,7	1,8	30,6	9,5	2,28	77,5	35,5	1,7	83,1	9,3	0,0	1,9	90,0	82,3	2,31	
1952	21,9	7,6	14,3	1,4	-19,8	6,5	1,90	74,5	-3,9	1,7	-0,3	7,8	-0,3	1,9	0,0	81,4	2,33	
1953	12,4	4,5	21,7	1,5	8,5	12,4	2,04	75,5	1,3	1,1	-33,5	9,2	0,4	1,2	-36,8	77,4	1,55	
1954	11,2	7,9	26,5	1,6	1,5	13,9	2,01	77,8	3,0	1,4	23,7	12,6	0,1	1,5	25,0	80,4	1,87	
1955	11,4	8,7	22,2	1,4	-8,9	12,5	1,68	84,8	9,0	1,1	-22,0	9,7	0,3	1,2	-20,0	90,3	1,33	
1956	14,6	2,5	17,3	1,5	4,1	10,1	1,57	94,5	11,4	1,0	-5,3	7,2	0,4	1,1	-8,3	99,4	1,11	
1957	21,1	8,4	12,7	1,4	-6,1	6,6	1,37	101,6	7,5	1,3	22,8	6,1	0,1	1,4	27,3	109,1	1,28	
1958	12,2	10,5	19,8	1,2	-10,7	10,2	1,29	96,5	-5,0	1,2	-8,2	9,7	0,1	1,3	-7,1	101,8	1,28	
1959	15,3	9,5	16,3	1,3	3,1	8,4	1,25	102,4	6,1	1,2	2,6	7,9	0,1	1,3	0,0	108,1	1,20	
1960	17,1	9,6	15,0	1,3	-1,0	7,4	1,11	114,5	11,8	1,3	6,9	7,6	0,0	1,4	7,7	121,1	1,16	
1961	17,2	8,7	15,6	1,4	10,6	8,1	1,17	119,7	4,5	1,3	-0,1	7,5	0,1	1,4	0,0	126,8	1,10	
1962	20,0	6,5	12,6	1,2	-13,5	6,1	0,97	125,1	4,5	1,3	0,9	6,5	-0,1	1,4	0,0	133,9	1,05	
1963	24,0	0,4	11,3	1,4	15,8	5,9	1,02	137,3	9,8	1,3	-0,6	5,4	0,1	1,4	0,0	145,8	0,96	
1964	21,7	3,6	11,6	1,4	1,7	6,6	0,93	153,9	12,1	1,1	-16,2	5,0	0,3	1,2	-14,3	162,1	0,74	10,9	
1965	22,8	2,4	11,1	1,6	11,5	7,0	0,96	167,0	8,5	0,9	-13,4	4,1	0,7	1,0	-16,7	176,1	0,57	6,6	
1966	28,5	6,8	10,7	1,7	9,2	6,1	0,95	183,5	9,9	1,3	38,5	4,6	0,4	1,4	40,0	193,7	0,72	7,7	
1967	31,3	4,4	9,9	1,7	-5,0	5,3	0,86	192,6	5,0	1,4	10,6	4,6	0,2	1,7	21,4	213,2	0,80	5,7	
1968	34,1	9,7	10,9	1,9	13,7	5,5	0,83	225,8	17,2	1,9	28,7	5,4	0,0	2,1	23,5	237,0	0,89	10,8	
1969	37,4	9,4	11,5	2,3	22,9	6,2	0,89	258,4	14,4	2,0	7,4	5,3	0,3	2,3	9,5	269,4	0,85	12,2	
1970	42,6	10,4	12,3	2,7	18,5	6,4	0,91	299,7	16,0	2,5	25,8	5,9	0,2	2,8	21,7	314,4	0,89	8,7	
1971	49,2	11,4	12,5	2,9	6,0	5,9	0,86	335,9	12,1	3,2	29,5	6,6	-0,3	3,7	32,1	345,8	1,07	7,0	
1972	58,8	11,9	14,0	4,0	37,4	6,8	1,00	399,9	19,1	4,2	30,3	7,2	-0,2	4,8	29,7	406,7	1,18	8,4	
1973	84,1	13,9	14,7	6,2	55,3	7,4	1,11	556,1	39,1	6,2	46,3	7,4	0,0	7,0	45,8	561,3	1,25	12,1	
1974	110,4	8,1	18,7	8,0	28,3	7,2	0,96	829,1	49,1	12,6	104,2	11,5	-4,7	14,2	102,9	824,6	1,72	5,4	
1975	129,9	5,2	16,1	8,7	9,0	6,7	1,02	850,7	2,6	12,2	-3,4	9,4	-3,5	13,6	-4,2	869,9	1,56	-7,3	
1976	154,0	10,3	14,6	10,1	16,8	6,6	1,06	958,7	12,7	12,4	1,4	8,0	-2,3	13,7	0,7	975,2	1,40	11,8	
1977	177,2	4,9	13,6	12,1	19,7	6,8	1,12	1.086,3	13,3	12,0	-2,9	6,8	0,1	13,3	-2,9	1.116,8	1,19	4,2	
1978	201,2	5,0	13,1	12,7	4,4	6,3	1,01	1.257,6	15,8	13,7	13,8	6,8	-1,0	15,1	13,5	1.292,0	1,17	4,7	
1979	223,5	6,8	14,9	15,2	20,4	6,8	0,94	1.625,0	29,2	18,1	32,2	8,1	-2,8	19,8	31,1	1.630,3	1,21	5,2	

Fonte: Exportações e Importações Brasileiras: SECEX e MF/SRF.

Taxa real de variação do PIB: IBGE.

PIB em dólar: BACEN

PIB mundial: International Financial Statistics (FMI) e World Economic Outlook

Comércio Mundial: OMC

/1 O grau de abertura da economia é medido pela participação da corrente de comércio em relação ao PIB.

(*) Previsão BACEN

(**) Estimativa OMC / Statistics Database em 27/03/2009

(***) Previsão FMI

Elaboração: SECEX/DEPLA.

ANEXO I B

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio Exterior - SECEX
Departamento de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior - DEPLA

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - 1950 a 2008

Período	PIB BRASIL			EXP BRASIL (FOB)				EXPORTAÇÃO MUNDIAL (FOB)		IMP BRASIL (FOB)			SALDO COMERCIAL		IMPORTAÇÃO MUNDIAL (CIF)		COMÉRCIO MUNDIAL	PIB MUNDO		
	US\$ bi (A)	Tx. real % econ. /1	Abert. /1	US\$ bi (B)	Var. %	Part.% B/A	B/C	US\$ bi (C)	Var. %	US\$ bi (D)	Var. %	Part.% D/A	US\$ bi FOB (B - D)	US\$ bi (E)	Var. %	US\$ bi (F)	Part.% E/F	Em volume %	US\$ bi	Tx. real %
1980	237,8	9,2	18,1	20,1	32,1	8,5	1,04	1.940,8	19,4	23,0	26,9	9,7	-2,8	25,0	26,3	2.006,3	1,25	2,3
1981	258,6	-4,3	17,6	23,3	15,7	9,0	1,21	1.924,2	-0,9	22,1	-3,8	8,5	1,2	24,1	-3,6	1.990,0	1,21	-0,6
1982	271,3	0,8	14,6	20,2	-13,4	7,4	1,14	1.765,5	-8,2	19,4	-12,2	7,2	0,8	21,1	-12,4	1.860,3	1,13	-2,2
1983	189,5	-2,9	19,7	21,9	8,5	11,6	1,26	1.734,5	-1,8	15,4	-20,4	8,1	6,5	16,8	-20,4	1.800,2	0,93	2,6
1984	189,7	5,4	21,6	27,0	23,3	14,2	1,47	1.840,6	6,1	13,9	-9,8	7,3	13,1	15,2	-9,5	1.918,4	0,79	8,4
1985	211,1	7,9	18,4	25,6	-5,1	12,1	1,37	1.872,0	1,7	13,2	-5,5	6,2	12,5	14,3	-5,9	1.942,1	0,74	2,6
1986	257,8	7,5	14,1	22,3	-12,8	8,7	1,09	2.046,4	9,3	14,0	6,8	5,4	8,3	15,6	9,1	2.121,3	0,74	4
1987	282,4	3,6	14,6	26,2	17,3	9,3	1,09	2.401,1	17,3	15,1	7,2	5,3	11,2	16,6	6,4	2.484,6	0,67	5,5
1988	305,7	-0,1	15,8	33,8	28,8	11,1	1,23	2.742,0	14,2	14,6	-3,0	4,8	19,2	16,1	-3,0	2.834,7	0,57	8,5
1989	415,9	3,2	12,7	34,4	1,8	8,3	1,15	2.981,5	8,7	18,3	25,0	4,4	16,1	19,9	23,6	3.068,3	0,65	6,4
1990	469,3	-4,4	11,1	31,4	-8,6	6,7	0,93	3.395,3	13,9	20,7	13,1	4,4	10,8	22,5	13,1	3.491,6	0,64	3,9	22.489	2,6
1991	405,7	1,0	13,0	31,6	0,7	7,8	0,90	3.498,5	3,0	21,0	1,8	5,2	10,6	23,0	2,2	3.609,9	0,64	3,7	23.888	1,8
1992	387,3	-0,5	14,5	35,8	13,2	9,2	0,97	3.708,0	6,0	20,6	-2,3	5,3	15,2	23,1	0,4	3.847,5	0,60	4,8	24.041	2,0
1993	429,7	4,9	14,9	38,6	7,7	9,0	1,04	3.725,1	0,5	25,3	22,9	5,9	13,3	27,7	19,9	4.021,2	0,69	4,4	24.442	2,3
1994	543,1	5,9	14,1	43,5	12,9	8,0	1,04	4.204,0	12,9	33,1	31,0	6,1	10,5	36,0	30,0	4.430,0	0,81	9,3	26.261	3,7
1995	705,4	4,2	13,7	46,5	6,8	6,6	0,92	5.042,0	19,9	49,8	50,5	7,1	-3,3	53,8	49,4	5.267,4	1,02	7,4	29.120	3,7
1996	840,3	2,2	12,0	47,7	2,7	5,7	0,90	5.308,0	5,3	53,3	7,1	6,3	-5,6	56,8	5,6	5.534,2	1,03	5,1	29.870	4,1
1997	871,3	3,4	12,9	53,0	11,0	6,1	0,96	5.518,0	4,0	59,7	12,0	6,9	-6,8	63,3	11,4	5.592,7	1,13	10,1	29.736	4,2
1998	844,0	0,0	12,9	51,1	-3,5	6,1	0,95	5.386,0	-2,4	57,7	-3,4	6,8	-6,6	61,0	-3,6	5.524,4	1,10	4,6	29.508	2,8
1999	586,8	0,3	16,6	48,0	-6,1	8,2	0,86	5.583,0	3,7	49,3	-14,7	8,4	-1,3	51,8	-15,1	5.818,6	0,89	4,6	30.908	3,8
2000	645,0	4,3	17,2	55,1	14,7	8,5	0,87	6.348,0	13,7	55,8	13,3	8,6	-0,7	59,1	14,1	6.613,3	0,89	10,8	31.916	4,7
2001	553,8	1,3	20,6	58,2	5,7	10,5	0,96	6.074,0	-4,3	55,6	-0,4	10,0	2,6	58,7	-0,6	6.438,8	0,91	-0,2	31.677	2,2
2002	504,4	2,7	21,3	60,4	3,7	12,0	0,95	6.353,0	4,6	47,2	-15,0	9,4	13,1	49,9	-14,9	6.734,2	0,74	3,5	32.954	2,8
2003	553,6	1,1	21,9	73,1	21,1	13,2	0,98	7.425,0	16,9	48,3	2,2	8,7	24,8	51,0	2,2	7.870,5	0,65	5,7	37.048	3,6
2004	663,8	5,7	24,0	96,5	32,0	14,5	1,07	9.016,0	21,4	62,8	30,0	9,5	33,7	66,4	30,0	9.557,0	0,69	9,7	41.677	4,9
2005	882,4	3,2	21,7	118,3	22,6	13,4	1,15	10.290,0	14,1	73,6	17,2	8,3	44,7	77,8	17,2	10.907,4	0,71	6,4	45.022	4,5
2006	1.072,0	3,8	21,3	137,5	16,2	12,8	1,16	11.887,0	15,5	91,4	24,2	8,5	46,1	96,6	24,2	12.600,2	0,77	8,4	48.736	5,1
2007	1.295,5	5,4	21,7	160,6	16,9	12,4	1,18	13.619,0	14,6	120,6	32,0	9,3	40,0	127,5	32,0	13.968,0	0,91	5,9	54.673	5,0
2008	1.569,4 (*)		23,6	197,9	23,2	12,6	1,25	15.773,7 (**)	15,8	173,2	43,6	11,0	24,7	183,1	43,6	16.415,0 (**)	1,12	4,1 (***)	62.141 (***)	5,2

Fonte: Exportações e Importações Brasileiras: SECEX e MF/SRF.

Taxa real de variação do PIB: IBGE.

PIB em dólar: BACEN

PIB mundial: International Financial Statistics (FMI) e World Economic Outlook

Comércio Mundial: OMC

/1 O grau de abertura da economia é medido pela participação da corrente de comércio em relação ao PIB.

(*) Previsão BACEN

(**) Estimativa OMC / Statistics Database em 27/03/2009

(***) Previsão FMI

Elaboração: SECEX/DEPLA.